**Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública**

**Percepção de Risco Ambiental em Cortiço Vertical:
Uma Metodologia de Avaliação**

Patricia Brant Mourão Teixeira Mendes

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública para obtenção do título de Doutor em Saúde Pública.

Área de Concentração: Saúde Ambiental

Orientador: Prof. Dr. Wanderley da Silva Paganini

**São Paulo
2006**

Percepção de Risco Ambiental em Cortiço Vertical: Uma Metodologia de Avaliação

Patricia Brant Mourão Teixeira Mendes

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Saúde Pública.

Área de Concentração: Saúde Ambiental

Orientador: Prof. Dr. Wanderlei da Silva Paganini

**São Paulo
2006**

É expressamente proibida a comercialização deste documento tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da tese/dissertação.

*A todos os moradores do Edifício
União – heróis anônimos - que
tornaram esta tese possível.*

Agradecimentos

O doutorado foi um processo muito especial para mim. Foi denso, apaixonante intenso e cheio de sinergia. Acho que os Deuses conspiraram ao meu favor, colocando pessoas especiais nas horas certas.

Tudo começou com o professor Carlos Celso, um grande mestre que reconheceu o meu potencial, deu-me uma nova identidade: a de pesquisadora e de produtora de idéias. Ensinou-me também que, para poder voar, inicialmente seria necessário me apaixonar e me divertir para poder soltar a minha criatividade e fazer lindas acrobacias em céu de brigadeiro.

A professora Maria Ruth, minha primeira chefe no passado, aparece com um convite lindo a participar do Projeto Piloto de um cortiço. Apostou e incentivou o nosso trabalho.

O Professor Paganini, que orientou sem tutelar, me acolheu como uma amiga, se solidarizou nos momentos difíceis, me incentivou a buscar os sonhos, cobrou prazos com mão de ferro, pois seguro morreu de velho.

Carminha, minha tia, minha madrinha, minha irmã mais velha e não poderia deixar de ser minha ÍDOLA, mais uma vez me socorreu e ajudou a parir esta criança chamada tese de doutorado.

A Professora Lucia, amiga que no tempo se tornou minha irmã de coração foi mais uma vez interlocutora das minhas reflexões teóricas.

Ao Professor Ciampa, com suas contribuições fantásticas, continua sendo, sem dúvida, o meu guru e filósofo nas minhas construções teóricas.

Aos meus grandes amigos e compadres Ba e Zu, que mais uma vez me apoiaram neste processo, ora pondo a disposição os sofisticados recursos de computação, ora ajudando-me a fazer a revisão da minha tese.

Aos moradores do Edifício União, estas pessoas maravilhosas, que me acolheram e me ensinaram a viver com mais leveza e a brigar pelos meus sonhos.

A Márcia, esta líder maravilhosa, incansável e sempre disponível, que me ajudou muito na minha pesquisa, levantando os dados do cortiço, agendando as entrevistas com os moradores.

O grupo da orientação coletiva, Miriam, Adriana, Miriam, Moisés, Camila, Ana Paula, Irineu, Luis Romeu, Alceu e Cláudia, que me ajudaram a expor um trabalho oral, apoiando, dando feedback e transmitindo confiança.

Aos meus novos amigos de doutorado Kastrup e Flávia, que me ajudaram de todas as formas superar os últimos momentos do doutorado.

Ao Gil, um grande professor das palavras, que me ajudou a superar o medo de falar em público e a descobrir a minha verdadeira voz.

A minha família maravilhosa que vem sempre me apoiando, meus tios, pais e irmãos.

E por último, não poderia deixar de agradecer aos homens da minha vida, o meu marido, o Rei Arthur e os príncipes da Távola Redonda, meus filhos, que me apoiaram ao seu modo na minha trajetória acadêmica.

RESUMO

Mendes, Patrícia B.M.T. – **Percepção de Risco Ambiental em Cortiço Vertical: uma metodologia de avaliação** [tese de doutorado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2006

A presente tese de doutorado é o resultado de uma pesquisa-ação sobre a percepção de risco ambiental de moradores em um cortiço vertical na região central da cidade de São Paulo, como parte integrante de um projeto interdisciplinar sobre a requalificação de cortiços verticais, desenvolvido pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e pela Faculdade de Saúde Pública da USP. Esta pesquisa teve como objetivo desenvolver uma metodologia de avaliação de percepção de risco para monitorar e gerenciar as situações de perigo em comunidades que residam em habitações precárias verticalizadas. Por se tratar de uma pesquisa-ação, apresenta um estudo longitudinal de três anos (2003-2006). A metodologia utilizada foi assentada em alguns princípios: a participação popular, a construção de novos conhecimentos, o exercício coletivo de tomada de decisões, a aprendizagem coletiva de novas habilidades e o fortalecimento emancipatório dos moradores. Programas de gerenciamento de risco ambiental voltado para cortiços inexistem em São Paulo; assim a proposta da construção de um plano de gerenciamento pelos moradores tornou-se importante neste processo e valeu-se de estratégias “comuns”, possíveis de serem implantadas pelo poder público e ou replicáveis por outras instituições. A participação da população na tomada de decisões possibilitou uma mudança nas percepções e nos hábitos existentes, motivando-a a formular um gerenciamento mais eficaz dos riscos, promovendo melhorias na qualidade de vida no cortiço.

Descritores: Percepção de Risco, Saúde Ambiental, Metodologia de Avaliação.

ABSTRACT

Mendes, Patricia B.M.T. – **Percepção de Risco Ambiental em Cortiço Vertical: uma metodologia de avaliação/ Perception of Environmental Health Risk in a Vertical Slum Building: a Evaluation Methodology [Thesis]**. São Paulo (BR): Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2006

This study is about the perception of environmental health risks by inhabitants living in a vertical slum building in the central area of São Paulo. This research is part of big social project for requalification of vertical slum buildings. developed by two Post- Graduation Center: Architecture(Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-FAU) and Public Health (Faculdade de Saúde Pública _ FSP). This study is an action research which takes place in a building finished by its inhabitants. It portrays the reality of poor urban population living under the threats of environmentally hazardous areas. This study is longitudinal with a focus on the need of a specific methodology to analyze the process of popular awareness of risks in such hazardous areas. This study was based on population access to information, collective knowledge construction, participation on the collective decision making and the learning of new skills. The main goal of this project was to develop an assessment method in risk's perception to be used in environmental health risk communication for communities living in hazardous areas. Therefore, there is no environmental risk policy or program for slum buildings in Brazil. This experience provided good results and possibilities for a policy in this field. Finally, this experience has shown that it is possible to empower the inhabitants through the participation in the collective decision-making process, new knowledge and abilities, new behavior and also a possibility of projects to enhance the quality of life.

Descriptors: Perception of Risk, Environmental Health, Evaluation Studies

Índice

INTRODUÇÃO	15
1º CAPÍTULO:	
1 O PROCESSO DE ENCORTIÇAMENTO NA METRÓPOLE PAULISTANA	18
1.1. OS CORTIÇOS PAULISTANOS	19
1.1.2. Os Cortiços Verticais e a Deterioração da Área Central da Cidade	26
1.2. O PAPEL DO ESTADO E DA INICIATIVA PRIVADA NAS POLÍTICAS HABITACIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO	29
1.3. DEFININDO CORTIÇOS	36
1.4. AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS X INVISIBILIDADE DOS CORTIÇOS	40
1.5. OS DESDOBRAMENTOS AMBIENTAIS: Os Perigos e Riscos em Cortiços	47
2º CAPÍTULO:	
2 PESQUISA-AÇÃO: A METODOLOGIA ESCOLHIDA	54
2.1. A ESCOLHA DO TEMA: Percepção de Risco em Saúde Ambiental	55
2.2. A ESCOLHA DO OBJETO DE ESTUDO: A Percepção de Risco em Saúde Ambiental	62
2.3. A INCLUSÃO NO PROJETO-PILOTO: A formação de um Projeto Interdisciplinar	64
2.3.1. Objetivo do Projeto Interdisciplinar	66
2.3.2. Princípios que embasam o desenvolvimento do Projeto	67

2.4. PESQUISA-AÇÃO: A Metodologia Escolhida	68
2.5. OBJETIVOS	68
2.6. “AMBIANCE” DO OBJETO DE ESTUDO	70
2.6.1. “Ambiance”/território	71
2.6.2. “Ambiance”/História	73
2.6.3. “Ambiance”/ O perfil dos moradores	79
2.7. OS SUJEITOS DA PESQUISA	85
2.8. OS INSTRUMENTOS	85
2.8.1. Planilha da Análise Preliminar de Perigo (APP)-	85
2.8.2. Questionário	86
2.8.3. O diário de campo do pesquisador	87
2.8.4. Entrevistas	87
2.8.5. Reuniões com os moradores	88
2.8.6. Registro fotográfico	88
2.8.7. Pôster	89
2.9. O PROCESSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	89
2.9.1. A Dinâmica do Grupo Construtor	93
3º CAPÍTULO	
3 A PERCEPÇÃO DE RISCO AMBIENTAL NUM CORTIÇO VERTICAL	95
3.1. A PERCEPÇÃO DE RISCO DO PESQUISADOR	96
3.1.2. A EXPERIÊNCIA DE VER: Os perigos do cortiço	97
3.2. A HISTÓRIA DO CORTIÇO CONTADA PELOS MORADORES	109
3.3. QUANDO O PERIGO MOSTRA A SUA CARA, Um novo olhar se apresenta	12

3.4. A EXPERIÊNCIA DE VER DOS MORADORES: Os perigos do cortiço	136
3.6. PERCEBENDO OS RISCOS E BUSCANDO NOVAS POSTURAS	150
3.7. A REDE DE PARCEIROS: Os Stakeholders	158
4º CAPÍTULO	
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
4.1. AVALIAÇÃO DA METODOLOGIA UTILIZADA	162
4.2. FATORES QUE INTERFERIRAM NOS RESULTADOS	165
4.3. A REPLICABILIDADE	172
4.4. A MUDANÇA DE PERCEPÇÃO DE RISCO AMBIENTAL DOS MORADORES	173
5 REFERÊNCIAS	176
6 ANEXOS	183
6.1. Modelo do Questionário	184
6.2. Termo de Consentimento da Entrevista	188
6.3. Roteiro das Entrevistas	190
6.4. Avaliação Preliminar dos Riscos de Incêndio	194

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Algumas Leis e Decretos específicos sobre cortiços a partir da década de 90	43
Quadro 2	Unidades entregues pelo PAC- CDHU	45
Quadro 3	Doenças Transmitidas por Roedores e Insetos	104
Quadro 4	Planilha Analise Preliminar de Perigo	106
Quadro 5	Organograma da Brigada de Incêndio do Cortiço	144
Quadro 6	Plano de Prevenção da Brigada de Incêndio do Cortiço	145
Quadro 7	Avaliação das Situações de Perigo pelos Moradores	149
Quadro 8	Rede de Parceiros envolvidos no projeto de 2001 a 2007	159

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Números de Apartamentos por andar	80
Gráfico 2	Número de moradores por unidade habitacional	80
Gráfico 3	Grau de satisfação dos moradores em relação ao tamanho do apartamento	81
Gráfico 4	Número de Moradores do Cortiço segundo a faixa etária	82
Gráfico 5	Porcentagem dos Moradores segundo local de trabalho	82
Gráfico 6	Proporção dos moradores trabalhadores segundo a situação previdenciária	83
Gráfico 7	Distribuição dos Moradores segundo o nível de escolaridade	84
Gráfico 8	Distribuição dos moradores até 18 anos segundo o nível de escolaridade	84
Gráfico 9	Avaliação dos entrevistados em relação a sua saúde e de seus familiares	85
Gráfico 10	Percepção de Risco dos Moradores	156
Gráfico 11	Avaliação dos Moradores sobre o grau de satisfação em relação ao cortiço	157
Gráfico 12	Avaliação da qualidade de vida percebida no centro	158

Lista de Fotografias

Foto 1	Lateral do cortiço da Rua Sólon	18
Foto 2	Hospedaria do Imigrante	19
Foto 3	Avenida Paulista no início do século XX	32
Foto 4	Antiga muralha do Carmo e a Várzea inundada pelo Tamanduateí	33
Foto 5	Os Brigadistas Construtores	54
Foto 6	Localização do Cortiço Vertical	71
Foto 7	O cortiço vertical no bairro	72
Foto 8	Rede de água externa	74
Foto 9	Mutirão no andar térreo	78
Foto 10	Mutirão no oitavo andar	78
Foto 11	Alunos e Moradores na Semana do Cortiço Vivo	78
Foto 12	Professores e Autoridades na Semana do Cortiço Vivo	78
Foto 13	Lixo no vizinho	95
Foto 14	Rede de Esgoto	95
Foto 15	Infiltração em um apartamento	95
Foto 16	Objeto na janela	95
Foto 17	Corredor pichado	95
Foto 18	Infiltração na garagem	95
Foto 19	Ligação da rede elétrica externa	98
Foto 20	Distribuição de energia no prédio	98
Foto 21	Fiação elétrica nos andares	99
Foto 22	Fiação elétrica nos andares	99
Foto 23	Portão de ferro nos andares	100
Foto 24	Portão de ferro nos andares	100
Foto 25	Entrada do prédio sem portão	100
Foto 26	Rede de água externa	100
Foto 27	Consertos na rede de esgoto	101
Foto 28	Empoçamento de água e esgoto no corredor	101
Foto 29	A fragilidade das esquadrias	101
Foto 30	Objetos na janela	102
Foto 31	Objetos na janela	102
Foto 32	Escada sem corrimão, sem luz e sem extintor	102
Foto 33	Corredor do prédio pichado	103
Foto 34	Entrada do prédio pichada	103
Foto 35	A rede de proteção	104
Foto 36	Imóvel do Banco Itaú	104
Foto 37	O Lixo jogado no teto do vizinho	105
Foto 38	A Rede de Proteção no teto do vizinho	105

Foto 39	Onde iniciou o incêndio	128
Foto 40	A fiação que deu origem ao incêndio	128
Foto 41	Perda de armários, som e T.V.	128
Foto 42	Estado da fiação e das paredes do apartamento incendiado	128
Foto 43	Mutirão de ajuda: Limpeza no apartamento incendiado	129
Foto 44	Mutirão de ajuda: Retirada do lixo do apartamento incendiado	129
Foto 45	Fiação solta, desencapadas e com muitas emendas	132
Foto 46	Fiação solta, desencapadas e com muitas emendas no corredor	132
Foto 47	Fiação elétrica com emendas e vários benjamins no apartamento	132
Foto 48	Fiação elétrica com emendas e vários benjamins no apartamento	132
Foto 49	Cartaz sobre os acordos feitos nos andares	134
Foto 50	Condições do cabo da rede elétrica	141
Foto 51	Poste da Eletropaulo	141
Foto 52	Aula sobre fogo	143
Foto 53	Dia do treinamento dos brigadistas	143
Foto 54	Situações de perigo: fiação elétrica dos apartamentos	147
Foto 55	Situações de perigo: fiação elétrica do corredor	147
Foto 56	Situações de perigo: rede de esgoto e fios soltos sobre o PVC	148
Foto 57	Situações de perigo: objetos na janela	148
Foto 58	Fiação Nova dos corredores	153
Foto 59	Reforma do quadro de luz	153
Foto 60	Iluminação com fotocélula nos corredores	154
Foto 61	Ventilação e iluminação natural nos corredores	154
Foto 62	Relógio de luz individual nos apartamentos	154
Foto 63	Reforma no banheiro	154
Foto 64	Reforma total	154
Foto 65	Pintura e novos móveis	154
Foto 66	Novos móveis	154
Foto 67	Pintura na fachada da frente	155
Foto 68	Reforma do telhado	155
Foto 69	A fachada do prédio: Antes 2003	161
Foto 70	A fachada do prédio: Depois 2006	161

Siglas Utilizadas

ABIEX	Associação Brasileira de Extintores de Incêndio
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
COHAB	Companhia Metropolitana de Habitação
CONTRU	Departamento de Controle do Uso do Imóvel
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP
FSP	Faculdade de Saúde Pública da USP
IPT	Instituto de Pesquisa Tecnológica
PMSP	Prefeitura Municipal de São Paulo
SABESP	Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação
ULC	União de Luta dos Cortiços
USP	Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é o desenvolvimento de metodologia de avaliação de percepção de risco para monitorar e gerenciar as situações de perigo em comunidades que residam em habitações precárias. Compreende-se neste objetivo geral:

- Construir instrumentos de avaliação de percepção de risco em saúde ambiental que possam ser aplicado no seu monitoramento;
- Desenvolver metodologias de avaliação participativa em áreas afetadas por situações perigosas, visando o gerenciamento dos riscos a elas inerentes;
- Analisar a relação entre percepção de risco em si e seus desdobramentos, vivenciados pela população durante o processo do estudo longitudinal;
- Oferecer subsídios aos órgãos públicos na construção de políticas, programas e intervenções para gerenciamento de riscos nos cortiços verticais.

Seu objeto está centrado em um cortiço cujas particularidades – cortiço vertical incrustado na região central da cidade de São Paulo – o tornam “matéria prima” relevante para o conhecimento dos riscos ambientais e das percepções de seus moradores. Representa, igualmente, um desafio técnico e político a ser utilizado no enfrentamento de riscos ambientais não toleráveis, que afetam as populações moradoras desta precária alternativa habitacional.

Para apresentar este estudo foi importante situar o cortiço como uma alternativa precária de moradia de trabalhadores e de migrantes pobres da cidade. E para melhor compreender este processo, no primeiro capítulo, trazemos o contexto em que o cortiço foi “gestado”, ou seja, no processo de “encortiçamento” na cidade de São Paulo.

Na seqüência, no segundo capítulo, discorremos sobre a metodologia avaliativa adotada para apreender as percepções de risco ambiental dos moradores de cortiço, o próprio significado de risco e a ordem de prioridades que tais moradores imprimem na busca incessante, e nem sempre clara, de conquista de qualidade de vida saudável. Portanto, este capítulo é dedicado à descrição do processo da metodologia avaliativa empregada. Optou-se, neste estudo, por uma pesquisa-ação inserida em um projeto interdisciplinar e entre faculdades – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Faculdade de Saúde Pública, ambas pertencentes à Universidade de São Paulo. A metodologia de pesquisa-ação, ancorada numa perspectiva longitudinal, foi neste caso pertinente e de enorme riqueza para apreender as mutações de percepções de risco ambiental, no bojo de um projeto que visou a requalificação do cortiço, a comunicação, o monitoramento e o gerenciamento de riscos ambientais.

O estudo tem certo ineditismo, pois tange um campo pouco valorizado e pesquisado.

As hipóteses formuladas de início expressam um ponto de partida:

1. Os riscos ambientais se confundem com riscos sociais, produzidos pela pobreza e referidos às populações de baixa renda que habitam em moradias precárias;
2. As percepções são mutáveis, dependem do grau de informação e do aprendizado apropriado na mediação da ação coletiva;
3. Mudanças de percepções exigem tempo de maturação;
4. Os agentes externos (stakeholders) funcionam como ativadores de novas percepções quando atuam numa perspectiva emancipadora.

O terceiro capítulo trata da análise dos dados levantados na pesquisa sobre o processo de percepção de risco ambiental em um cortiço vertical. Traz na voz dos moradores, em perspectiva longitudinal, a riqueza do processo, das relações, dos aprendizados e das mudanças ocorridas.

Por fim, e não de forma linear, apresentam-se no quarto capítulo, pela voz dos pesquisadores, as considerações reflexivas resultantes de um processo investigativo que toma as percepções em movimento e processo de alteração/superação. Em outras palavras, neste capítulo, toma-se a própria metodologia de avaliação de riscos adotada e sobre ela, tecem-se reflexões quanto a sua pertinência e mérito no monitoramento e gerenciamento de situações de perigo em comunidades que residam em habitações precárias.

CAPÍTULO 1

O PROCESSO DE “ENCORTIÇAMENTO” NA METRÓPOLE PAULISTANA

Foto 1: Lateral do cortiço da Rua Sólon (Mendes, 2003)

1.1. OS CORTIÇOS PAULISTANOS

Foto 2 : Hospedaria do Imigrante, (1910)
Crédito: Arquivo Municipal – Seção Arquivo de Negativos
DIM/DPH/SMC/PMSP

O cortiço é a forma mais antiga de habitar da população trabalhadora assalariada no município de São Paulo. Os primeiros cortiços foram reconhecidos pela sociedade paulistana por volta de 1870, no início da industrialização que marcou a cidade. Não são, portanto, uma alternativa habitacional recente. Ou seja, esta forma de habitar pela classe trabalhadora já existe há mais de cem anos na sociedade paulistana.(SAMPAIO, 2003b; LEMOS 1998; BONDUKI, 2000; KOWARICK E ANT, 1994; KOHARA,1999).

O cortiço se afirmou como alternativa habitacional popular na sociedade paulistana no fim do século XIX, num cenário de grandes mudanças na ordem social do país: a passagem de um Estado imperial escravocrata para a República do trabalho assalariado¹.

¹ Segundo DEÁK (1999) em 1850, duas importantes medidas foram tomadas, transformando as relações de trabalho: a Lei das Terras¹ e a supressão de fato da importação de escravos. A primeira criou a condição institucional do trabalho livre; ao transformar a terra em propriedade, obriga o trabalhador que vivia até então das terras a vender sua força de trabalho e buscar o sustento no mercado. A segunda impulsionou o trabalho assalariado em função da proibição da compra de novos escravos. Assim o solo urbano brasileiro passou a ser uma mercadoria valiosa com a Lei das Terras, pois o acesso ao imóvel passa a ser mediada pela propriedade da terra e ao poder de compra. Até então, as terras tinham pouco valor, não precisavam ser demarcadas e eram distribuídas a quem solicitasse; os escravos valiam muito mais. A transformação da terra em mercadoria acaba influenciando no desenvolvimento das cidades. (KOHARA,1999;TEIXEIRA,1985).

É também nesta época que se iniciou a industrialização no país, quando então o cortiço se gesta e se consolida pari passu à industrialização e urbanização acelerada e desordenada das cidades. (DEÁK,1999; KOHARA,1999; TEIXEIRA,1985).

São Paulo era uma pequena cidade sem importância que se transformou em uma cidade industrial. Mais que isso, a cidade de São Paulo se transformou em carro chefe da industrialização no país, tendo como uma de suas conseqüências um crescimento populacional aceleradíssimo e uma urbanização caótica. Em 1872 o Rio de Janeiro, capital do Brasil, tinha 274 972 habitantes. Salvador, Recife e até Belém eram cidades bem maiores do que São Paulo, com seus 31.385 habitantes (IBGE,2001).

Em menos de 30 anos a cidade de São Paulo passou a ser a cidade industrial mais importante do país, dobrando praticamente o número de habitantes. Em 1890, com o fim da abolição da escravatura e a chegada de imigrantes estrangeiros, a população paulistana passou a ser de 65.000 habitantes e, em 1907, de 286.000 residentes. (KOWARICK E ANT, 1994; ROLNICK, 1994; PICCINI, 2004)

De acordo com os dados levantados por KOHARA (1999) a cidade de São Paulo teve um crescimento populacional de 1000% entre 1872 a 1900, saltando de 23.243 habitantes para 239.820 habitantes.²

O primeiro censo brasileiro foi feito em 1872. Não se observa, no entanto, consenso em torno de dados de contagem populacional da época. Assim, os dados censitários da população paulistana do fim do século, citados por vários autores, mostram diferenças, porque as fontes de dados são distintas. Alguns partiram de relatórios mais antigos, outros de fontes que são os próprios autores estudiosos mais antigos – cada uma dessas fontes

² Os dados populacionais de São Paulo aqui citados pelo autor refere-se a outra fonte: MORSE, Richard M..(tradução: Maria Ap. Madeira Kerbeg) De comunidade a metrópole: biografia de São Paulo, São Paulo, Irmãos Andrioli, 1954. No texto como um todo, veremos dados e estimativas distintas pois as fontes utilizadas pelos autores são diferentes do IBGE

portadoras de metodologias diferentes de estimativa populacional na época. Mas o importante na apresentação destes dados são as estimativas registradas da dimensão deste crescimento acelerado da cidade de São Paulo.

Com este cenário de crescimento sem igual - coincidente em quaisquer das fontes que se adote para estimá-lo -, a cidade de São Paulo não possuía infra-estrutura urbana nem moradias para acolher tantos novos habitantes, compostos na grande maioria por imigrantes, ex-escravos e migrantes em busca de emprego nas indústrias. Neste contexto, o acesso à casa própria tornou-se impossível para a maioria da população, que teve de submeter ao aluguel para morar (MONTEBELLO,2004; TEIXEIRA,1985)

O cortiço aparece então como resposta à carência de moradia para os operários das indústrias, trabalhadores do comércio e prestadores de serviços, cuja renda era insuficiente para pagar o aluguel de unidades uni- familiares existentes na cidade. (SAMPAIO, 2003a; LEMOS 1998; BONDUKI, 2000; KOWARICK E ANT, 1994; KOHARA, 1999)

ROLNIK (1986) afirma que os limites e fronteiras entre os grupos sociais foram radicalmente redefinidos após a abolição. Se o espaço de moradia do escravo era inserido no território do patrão (a senzala), do trabalhador a moradia passa a ser o cortiço, separado geograficamente da casa do patrão, porém próxima ao local de trabalho. É assim que o cortiço aparece como uma das primeiras formas de habitar da população trabalhadora assalariada.

Não se sabe ao certo quando surgiram os primeiros cortiços em São Paulo. Sabe-se, porém, que a sociedade reconhece sua existência em meados de 1870, quando do início da industrialização. Inicialmente os núcleos de cortiços surgiram nos bairros

centrais³, uma grande quantidade de habitações precárias coletivas de aluguel, abrigando a população trabalhadora ao lado de habitações isoladas de pequenos proprietários, de ricos fazendeiros ou de novos-ricos industriais. (LEMOS, 1998; KOHARA, 1999; PICCINI, 2004)

O trabalhador, mão de obra assalariada, passa a ser responsável por sua sobrevivência e moradia e não mais o patrão. Sub-remunerado, o trabalhador não tem condições de adquirir ou alugar uma casa, restando somente a opção de alugar um cubículo no cortiço. O cortiço, moradia de aluguel, é identificado neste período como uma longa fila de cômodos geminados, subdivididos em maior número possível de cubículos voltados para um pátio ou corredor comum com banheiro, cozinha e tanque coletivos, abrigando uma grande quantidade de pessoas. Este modo de habitar aparece como uma das formas de reprodução da classe trabalhadora a baixo custo para a classe dirigente. (KOWARICK e ANT, 1994)

Em 1893, em relatório⁴ de uma comissão sobre condições higiênicas das habitações operárias na cidade de São Paulo, registrou-se que o Distrito de Santa Efigênia possuía 60 cortiços com uma população calculada em 1320 moradores. (LEMOS,1998)

De acordo com os dados levantados por KOWARICK E ANT (1994), em 1906, no jornal da época⁵, estimava-se que a terça parte das habitações existentes em São Paulo era composta de cortiços, sugerindo que no início do século a maioria dos habitantes paulistanos vivia neste tipo de moradia.

Segundo vários autores (SAMPAIO,1994; KOVARICK e ANT,1994; KOHARA,1999), a casa de aluguel foi a modalidade mais utilizada pela classe

³ Os bairros são: Santa Cecília, Bom Retiro, Luz, Santa Efigênia, Liberdade, Pari, Sé, Campos Elíseos, Brás, Cambuci, Moóca e Bela Vista entre a Estrada de Ferro e o rio Tietê.

⁴ Relatório de Comissão de Exame e Inspeção das habitações operárias e cortiços no distrito de Santa Efigênia – 19/10/1893 (Lemos, 1998)

⁵ Jornal Fanfulla- 23/02/1906

trabalhadora até os anos 50.

Foi somente a partir de 1930 que o sistema de transporte começou a se expandir gradualmente, estruturando-se numa malha viária versátil e espalhada, percorrida por ônibus. Inicia-se assim a expansão para a periferia, abrindo caminho para os loteamentos clandestinos, desprovidos de infra-estrutura urbana e áreas livres (pensadas como áreas públicas com oferta de verde e serviços), legitimando a aquisição irregular de terrenos pela classe trabalhadora e a autoconstrução de suas moradias. (MOREIRA ET ALL, 2003; MARTINS, 2003)

A partir de 1940 o crescimento da cidade passa a ser nitidamente periférico, aparecendo o tripé: loteamento periférico (no mais das vezes clandestino e irregular) – autoconstrução- casa própria, onde vão alojar os pobres, os mais jovens, os recém-chegados. (TASCHNER,1998)

“O quase inexistente interesse público de agentes vístores, inspetores e outros tantos fiscais do território opera referências no mais das vezes personalizadas, por opção ou por métodos cúmplices, entre indução e venalidade. (SPOSATI,2001:29).

Na década de 1950 este padrão periférico se consolida, deslocando os moradores para novos centros fabris, intensificando a autoconstrução em loteamentos irregulares. A periferização da cidade se faz comandada pela lógica do mercado e selvagem especulação imobiliária.

Embora a população encortçada fosse menor nas regiões centrais em 1961, ela ainda assim foi estimada em 18% no conjunto da população da cidade.(SEMPLA, 1985)

Com a pauperização progressiva da população trabalhadora a partir de 1964, a população trabalhadora perde sua capacidade de poupança e, por conseqüência, a possibilidade de aquisição do lote na periferia e a autoconstrução de sua moradia. Assim,

na década de 1970, observa-se o boom das favelas, quando surgiram 823 aglomerados, representando 7,7% da população municipal. As ocupações tipo favela expandiam-se em terrenos públicos e particulares, áreas de risco, terrenos em litígios, etc.

Na década de 80 o modelo de autoconstrução em terrenos periféricos desprovidos de serviços públicos se esgota, restando à população pauperizada as alternativas habitacionais precárias do tipo favela e aluguel em cortiços nos bairros dos anéis centrais da cidade. (TASCHNER 1998)

O censo demográfico de 1980 utilizou-se dos indicadores aluguel e o uso coletivo das instalações sanitárias para fazer a contagem de cortiços. Como o processo de encortiçamento na sociedade brasileira desencadeou diferentes processos de habitar precariamente, esta forma de contagem pode ter subestimado e mascarado os dados existentes, pois existem unidades em alguns cortiços com sanitário próprio. (TASCHNER,1998)

De acordo com a SEMPLA⁶ (2000) as estimativas feitas sobre os cortiços na cidade de São Paulo são bem mais imprecisas do que as relativas às favelas. As estimativas existentes sobre este fenômeno datam de 1993 e apontam um total de 23.688 cortiços ocupados por cerca de 600 mil pessoas, o que correspondia, na época, a aproximadamente 6,0% da população paulistana.

JACOBI (2000) aponta que a cidade de São Paulo em 1996 possuía 9.839.436 habitantes, distribuídos em 2.539.953 domicílios, dos quais 50% constituíam-se em moradias precárias, estimando-se que 28 a 30% da população paulistana resida em moradias coletivas.

Segundo CARICARI E KOHARA (2006) ainda hoje são polêmicas as estimativas

⁶ Secretaria Municipal de Planejamento

apresentadas tanto sobre o número de cortiços como de sua população na cidade de São Paulo, em função da falta de consenso na definição de cortiço utilizada pelos diferentes institutos de pesquisa. Ainda hoje se tem como referência a pesquisa amostral realizada pela FIPE em 1993, que identificou 23.688 imóveis encortiçados, 160.841 famílias e 595.110 moradores em cortiços.

Os cortiços na cidade de São Paulo, portanto, não se constituem em reminiscência do passado, pois não existe nenhum bairro de São Paulo que não tenha um.

“Atualmente os cortiços nas regiões periféricas estão presentes sendo mais precários do que do centro, agravados pela ausência de esgoto, água e pavimentação”. (JACOBI, 2000)

Se atentarmos para o contexto da periferia da cidade é possível afirmar-se que as favelas encontram-se em condições relativamente menos sofríveis que os cortiço na mesma região periférica.(JACOBI, 2000; MARICATO,2003; MOREIRA,LEME E PASTERNAK,2003) Os cortiços da periferia têm em relação à favela um padrão de uso coletivo, insalubre, promíscuo e com alta exploração pela via do aluguel. Não se pode deixar de acrescentar que os territórios da periferia são também marcados pela privação e precariedade de bens e serviços públicos.

Os movimentos populares de luta pela habitação surgidos na década de 1980 tinham origem na periferia da cidade; ganharam visibilidade, sobretudo, os movimentos de invasão e ocupação de terrenos vazios assim como os de luta pela urbanização de favelas. Tais movimentos deram visibilidade forte não só as condições de moradia e vida na periferia de São Paulo, como tornaram visíveis a própria periferia como uma cidade apartada e precária em serviços e conforto sócio ambiental. Mas é no fim da década de 90 que os movimentos populares organizados como forma de luta e de pressão por moradia

voltam-se para o centro da cidade e protagonizam as invasões de casarões, edifícios públicos e privados abandonados na área central da Cidade de São Paulo, “reproduzindo a estratégia de ocupação de terrenos vagos que foi bem-sucedida no caso das favelas”.(MOREIRA,LEME E PASTERNAK,2003:163)

1.1.2. Os Cortiços Verticais e a Deterioração da Área Central da Cidade

Nas últimas décadas emergiu no debate público a questão da deterioração das áreas centrais das grandes cidades do país e fora dele. Los Angeles, Nova York, Londres, entre outras, iniciaram projetos ambiciosos de reabilitação e restauração de suas áreas centrais. São Paulo tornou-se também palco desta mesma preocupação: restaurar o centro.

A região central de São Paulo abrange de 4,4 km², conta com infra-estrutura (rede de água, luz e esgoto) completa e extensiva a toda sua área utilizada com fins residenciais, industriais ou comerciais. O centro é o ponto inicial de 280 linhas de ônibus e abriga sete estações de metrô, sendo responsável por 25% de todas as viagens feitas por transporte coletivo. O centro possui também 8 % dos empregos formais do Município bem como uma imensa proporção de empregos informais. (PICCINI, 2004, SAMPAIO, 2003a)

Toda esta riqueza de infra-estrutura e serviços na área central da cidade, contudo, não foi atrativa o suficiente para manter sua plena ocupação. Há um êxodo orquestrado que vem ocorrendo, deslocando os grandes bancos, empresas, grandes escritórios e comércio para outras áreas da cidade.

Segundo PICCINI(2004) o Centro Histórico e o Centro expandido juntos perderam 134 mil habitantes entre 1980 a 1991, representando 11 % da população, sendo certo que 30 % dos imóveis da região central se encontram vazios.

A alternância de diferentes políticas nas administrações públicas produziu uma reestruturação “truncada”, parcelar e inacabada do centro nos últimos anos. Pode ser esta uma das razões do mercado imobiliário não ter se sensibilizado e apostado na recuperação de áreas e imóveis nas áreas centrais. Foram políticas e intervenções marcadas pela descontinuidade e dissensos, alterando o curso das ações quando não a suspensão delas. Assim, o êxodo da área central continua⁷, liderado agora pelas grandes empresas e escritórios de advocacia que abandonam a região. Isto significa mais edifícios vagos no centro da cidade.

O cortiço, como já dito, manteve-se presente na região central da cidade de São Paulo durante todo o século XX, agregando a partir da década de 90 novas formas caracterizadas pela sua verticalização, ocorrida por meio das invasões de prédios vagos. No entanto, os estudos recentes ainda não revelam a dimensão da expansão verticalizada.

O levantamento das edificações encortiçadas nos bairros da região central realizada pelo CDHU (2002) em 2000 registrou 1.648 edificações encortiçadas e uma população estimada de 391.800 habitantes, o que representa 4% da população paulistana segundo o Censo Demográfico de 2000⁸. Como a região da Sé, considerada a mais adensada por cortiços, não entrou neste levantamento, podemos supor que este número pode subir ainda mais.

Outra estimativa produzida pela FIPE em 1994 constatou na região central a presença de 4441 imóveis encortiçados (PICCINI, 2004). Simultaneamente estima-se que haja um estoque de 200 mil unidades vazias no centro da cidade. (TASCHNER E ALL, 2000). Segundo alguns estudos apresentados no Seminário Internacional Centro XXI em

⁷ O Estado de São Paulo-Caderno Metrópole –C8, 1/08/2006- **Grifes da Advocacia deixam o centro** – Laura Diniz-

⁸ A população paulistana residente na área urbana é de 9.813.187 habitantes.

1994, o centro de São Paulo já apresentava 30% de seus imóveis vazios. (PICCINI,2004)

Como podemos ver até aqui as estimativas apresentadas sobre a população encortiçada bem como o número de cortiços na região central apresentam-se diferentes e discrepantes. As fontes são diversas, e os critérios utilizados para contagem também. Entretanto, estes dados apontam para a necessidade de se desenvolver políticas habitacionais populares que priorizem projetos de requalificação dos cortiços na região central com base no significativo número de imóveis vazios.

Há que se considerar, como bem colocam os autores MOREIRA, LEME E PASTERNAK(2003) a resistência dos proprietários imobiliários do centro tradicional em relação à proposta de reciclagem dos prédios vagos (estimados em 40% dos edifícios para escritórios) como nos programas propostos na administração Marta Suplicy (2001-2004), temendo a cristalização do baixo valor atual de seus imóveis.

Segundo TASCHNER (1998), alguns subdistritos da região central onde se localizam os cortiços apresentam um coeficiente de mortalidade infantil próximos aos de bairros do anel periférico. A causa predominante da morte infantil nestas áreas centrais é a pneumonia, associada à desnutrição e as más condições de moradia da população. A presença de infra-estrutura nas regiões centrais pouco vale para os cortiços, já que tais possibilidades não adentram a moradia. Seu acesso é quase sempre feito de precariedade e clandestinidade. A regulação pública não adentra os cortiços para assegurar habitabilidade.

O processo de abandono público é visível, caracterizado pela sujeira e pelo lixo acumulado, pelos edifícios pichados, mobiliário urbano deteriorado, calçadas esburacadas, e a presença de um comércio informal imenso, estimada por responsáveis do governo municipal em cerca de 20.000 ambulantes. Menores abandonados circulam pelas

ruas, e não é incomum vê-los cometendo pequenas delinquências. A área central de São Paulo é uma das regiões da cidade onde o processo de degradação do espaço urbano é mais visível.

1.2 O PAPEL DO ESTADO E DA INICIATIVA PRIVADA NAS POLÍTICAS HABITACIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO

A sociedade brasileira sempre foi marcada por um processo de extrema concentração de riqueza e uma profunda desigualdade social, dinâmica esta impressa no papel do Estado Brasileiro. Segundo alguns autores (SANTOS,2001; MARICATO,2000; GROSTEIN,1998; COSTA,2005) a ação do Estado na sociedade brasileira sempre foi direcionada para os interesses das elites locais.

Até 1892, São Paulo era administrada pela Câmara Municipal; somente a partir deste ano adquire status de Município e passa a compor seu executivo municipal. Recém instituída, a Prefeitura Municipal já na época apóia-se na iniciativa privada para a configuração do desenvolvimento urbano.

É assim que o Poder Municipal nasce voltado para a elite urbana, construindo um “projeto de cidade” em que o espaço será utilizado de forma segregada e diferenciado pelas diversas classes sociais. (SANTOS,2001; MARICATO,2000; GROSTEIN,1998; COSTA,2005; ROLNIK,1994; TEIXEIRA,1985)

As intervenções na configuração do espaço urbano na cidade paulistana foram feitas pelo setor privado, incentivados pelo poder público e com uma grande liberdade de atuação, no qual a ampliação dos rendimentos norteou suas ações. (MARICATO,2000; KOHARA,1999; SAMPAIO,1994; TEIXEIRA, 1985).

A primeira marca regulatória do Estado brasileiro na vida das cidades se fez no campo higienista e não sobre o desenvolvimento urbano deixado à mão e destino do mercado.

Ao final do século XIX a questão higienista domina o debate urbanístico das cidades. A política urbana pública de até então se traduzia em política higienista, o que resultava em um modelo de segregação dos pobres. Nessa condição, os cortiços foram alvo prioritário de ações públicas sanitárias.

Segundo ROLNIK(1999:184)

“O cortiço jamais foi reconhecido sequer como questão urbana. Durante curtíssimo período, as autoridades médicas usaram como estratégia principal de combate às epidemias na cidade a “desinfecção” dos cortiços, o que poderia implicar , inclusive, sua demolição. Já na segunda década do século, o cortiço desapareceu por completo do campo da intervenção urbanística, embora nos últimos cem anos não tenha parado de se reproduzir, reinventar, relocalizar”.

Em 1892, o Governo do Estado, preocupado com a questão higiênico-sanitária da cidade em decorrência das epidemias, encampa a Companhia Cantareira de Esgoto, empresa privada constituída para sanear a água e abastecer às áreas em expansão. (PICCINI,2004; MARICATO,2000; KOHARA,1999; SAMPAIO,1994; TEIXEIRA, 1985).

Esta foi talvez a intervenção estatal de maior monta na perspectiva higienista. As demais intervenções, seguindo esta mesma direção, possuíam caráter saneador cujo alvo eram os pobres e suas habitações. Os cortiços, por exemplo, eram apontados como focos de doenças e epidemias, necessitando de controle e leis especiais pela polícia sanitária. Cortiços e encortiçados ficavam isolados, eram fechados, ou os doentes eram retirados para algum asilo. (ROLNIK,1986; PICCINI, 2004)

Outra ação normativa foi a lei 604/92, voltada para habitações populares, as chamadas vilas operárias ou vilas higiênicas, incentivando os empreendedores a construí-las em torno das fábricas e das linhas de trem, afastando-as do centro. (LEMOS, 1998; GROSTEIN, 1998; PICCINI, 2004)

Segundo SAMPAIO (1994), em um relatório da Câmara Municipal de 1893, o poder público facilitava as ações da iniciativa privada por meio de concessão de incentivos diversos, tais como, desapropriação de terrenos municipais, “isenção de todos os direitos municipais e estaduais sobre os prédios construídos, garantia de renda de 10% sobre a quantia orçada e efetivamente despendida com a construção, além do privilégio da concessão de transporte por ônibus ou diligências se não for possível a concessão de bonde desde o centro da cidade até a sede da vila operária”. Assim, a expansão urbana desenvolvida pelo setor privado é feita ao longo das ferrovias, dando origem ao crescimento dos bairros populares.

No começo do século, como a escassez de habitações e a explosão demográfica da cidade eram fatos reais, o aluguel e a construção de imóveis passam a ser um investimento seguro e altamente lucrativo para os agentes do mercado. De acordo com SAMPAIO (1994) muitos empreendedores possuíam outras atividades: eram fazendeiros, industriais e até ocupavam cargos públicos. A exploração do uso e ocupação do solo urbano constituiu-se em negócio mais rentável e seguro de que outros empreendimentos como a indústria e o café. A Companhia Imobiliária Parque da Mooca, por exemplo, era da família de fazendeiros Paes de Barros, que deu origem a três bairros: Alto da Mooca, Parque da Mooca e parte da Vila Prudente.

O grau de liberdade dos empreendedores na configuração do espaço urbano paulistano foi muito grande. A Companhia City de Empreendimentos, outro exemplo,

chegou a urbanizar 37% da cidade na época. (PICCINI, 2004) Tais empreendimentos não obedeciam nenhum plano ou estratégia de urbanização ditada pelo poder público.

A companhia Carris de Ferro, outra empresa privada, iniciou o transporte coletivo em 1872, ligando o Largo do Carmo a Estação da Luz. Em 1900 foi a vez da São Paulo Tramway Light and Power Co.Ltd introduzir os bondes elétricos, ligando Barra Funda, Bom Retiro, Vila Buarque, Av. Paulista, Brás, Penha e Água Branca. Este tipo de serviço só era viável em áreas densamente povoadas, o que obrigava os trabalhadores a residir em áreas encortiçadas perto das indústrias e do centro da cidade. Em 1877 é fundada a empresa privada Companhia Cantareira para sanear e abastecer a cidade de São Paulo.

Toda esta infra-estrutura, no entanto, foi direcionada para áreas na qual a população tinha alto poder aquisitivo. Os terrenos que possuíam infra-estrutura valiam mais, conseqüentemente eram dirigidos às classes privilegiadas. No bairro dos ricos, as mansões se localizam nas colinas e alamedas retilíneas e arborizadas, com muros e avenidas largas e iluminadas, como podemos ver na foto abaixo.

Foto 3 :Avenida Paulista no início do séculoXX(1900/1910)
Fotógrafo: Guilherme Gaensly ,Arquivo de Negativos/DPH

A postura de *laissez-faire* do Estado em relação à configuração urbana da cidade desencadeou uma expansão desordenada e uma segregação social e espacial dos bairros populares distantes do centro e sem infra-estrutura.

Os bairros populares, localizados em várzeas, próximos às fábricas, eram desprovidos de serviços coletivos, calçamento e limpeza pública, apresentavam esgoto a céu aberto, sujeito a freqüentes enchentes, dada a ausência de escoamento das águas pluviais. As moradias eram super adensadas em loteamentos horizontais, formando becos e vilas. Em geral eram espaços exíguos, densamente ocupados, com sub - habitações mal construídas, abafadas, em uma passagem central de dois a três metros de largura, enfileiradas em conjunto, onde moravam de 6 a 8 pessoas.(PICCINI,2004; LEMOS,1998)

*Foto 4- Antiga muralha do Carmo , ao fundo a Várzea inundada pelo Tamanduateí.(1860).
Copyright © 2004, Editora Abril S.A.Todos os direitos reservados. All rights reserved.*

Na década de 20 do novo século a Administração Pública teve dificuldade de exercer o seu papel na regulação da expansão urbana da cidade de São Paulo. Ao tentar impor um traçado sanitário das ruas urbanas, a sociedade paulistana reagiu contra, pois qualquer regulamentação era vista como empecilho as atuações do setor privado, considerado os responsáveis pelo desenvolvimento da cidade. Mesmo assim é nesta década que o poder público começa a intervir no desenvolvimento urbano por meio de políticas de Estado onde são definidos conceitos urbanísticos para zoneamento, ocupação e uso do solo. (PICCINI,2004; SAMPAIO,1994; BOGUS,1992)

O papel do Estado até 1930 em relação à habitação expressou-se como o de disciplinador, fixando legislações normativas e de controle sanitário das habitações

populares. A produção de moradia manteve-se regida pelo mercado, realizada pela iniciativa privada, sem freios em sua busca de rendimentos na construção ou nos aluguéis. Deste papel desempenhado pelo Estado as consequências foram as de ratificar e aprofundar as desigualdades sociais; a segregação e periferização dos pobres a sua exclusão. A especulação imobiliária transformou o uso do solo urbano em uma das mais rentáveis mercadorias.

Uma primeira ação reguladora do Estado na esfera social em favor das classes populares ocorreu no governo de Getúlio Vargas, criando direitos sociais e organizando o mercado de trabalho. A classe trabalhadora passou então a reconhecer no Estado um novo papel, ou seja, o de responsável por garantir o atendimento de algumas reivindicações de qualidade de vida, tais como a questão habitacional (COSTA,2005; BONDUKI,1994). É nesse governo que os trabalhadores passaram a aspirar a possibilidade da casa própria.

No governo Vargas a intervenção governamental na área habitacional se deu em três eixos: financiamento de unidades habitacionais, controle estatal nas condições de locação e regulamentação dos loteamentos populares, garantindo a aquisição de terrenos à prestação. Entretanto, as carteiras prediais dos Institutos de Previdência atenderam um número irrisório frente à demanda existente, baseado num critério político-clientelista para distribuição das unidades habitacionais. Para BONDUKI (1994), a lei do inquilinato, regulamentação do controle estatal dos aluguéis, teve maior alcance nessa época, pois a grande maioria dos trabalhadores e classe média residia em casas alugadas.

A partir dessa década, a sociedade pressiona o Estado a uma intervenção mais efetiva nas questões habitacionais, transferindo ao poder público a tarefa de resolvê-lo. O Estado passa a reconhecer os problemas habitacionais e sua responsabilidade no enfrentamento de tais problemas.(BONDUKI,1994)

Desta forma, o Estado, entre 1938 e 1964, formula e implementa programas nacionais de habitação voltados para a população de baixa renda. Define e oferta financiamentos à casa própria por meio dos Institutos de Previdência, Fundação da Casa Popular e Caixas Econômicas Estaduais e Federal. (KOHARA,1999)

Em 1964 são criados pelo governo federal o Banco Nacional de Habitação(BNH) e o Plano Nacional de Habitação, a fim de atender prioritariamente as classes de mais baixa renda. O BNH financiou mais de 4,8 milhões de novas unidades habitacionais no período de sua existência, que vai de 1964 até 1986, representando 25% das novas moradias construídas nesse período. Foram financiadas habitações para todas as faixas de renda. Do ponto de vista quantitativo foi a mais importante intervenção governamental no país. No entanto, apenas 20% dos financiamentos concedidos foram destinados às famílias de baixa renda (ARRETCHE,1990; CHAFFUN,1996; BONDUKI, 2000).

No mesmo período, em 1965, a administração municipal cria a Companhia Habitacional de São Paulo (COHAB SP) e o Governo do Estado, décadas mais tarde, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) em 1986.

Segundo dados do CDHU (2006), foram financiadas 387.708 unidades habitacionais no Estado de São Paulo desde sua criação nos diversos programas existentes: mutirão, auto-construção, habitações populares,etc.

De acordo com FURTADO (2003) foi um grande erro ter fechado o BNH por ser uma herança dos governos militares e possuir uma opinião pública desfavorável sem fazer uma crítica séria ao seu desempenho na habitação.

Programas específicos para cortiços, voltados a suas questões habitacionais, foram pouco expressivos, talvez devido a sua complexidade mas, sobretudo, pela enorme expansão das favelas na cidade.

1.3. DEFININDO CORTIÇOS

Apesar de o cortiço ser o modo de habitar mais antigo da população pobre brasileira, sua definição não é consensual entre os técnicos que trabalham com este assunto. Esta imprecisão deve-se às diferentes definições dadas aos cortiços pelos técnicos, teóricos e agentes públicos. Alguns acentuam no cortiço as características de habitação coletiva precária/aluguel, outros põem ênfase no aluguel/cômodo com múltipla função/uso coletivo de sanitário. Portanto, não é por acaso que as estimativas feitas sobre os números de cortiços existentes na cidade de São Paulo são bem mais imprecisas do que as relativas às favelas.

Segundo LEMOS (1998) a palavra cortiço surgiu antes da expressão casa operária. Era entendida como “um conjunto de habitáculos singelos com superposição total de todas as funções da habitação, simples resguardo, meros asilos precários.” Em 1894, o código sanitário tentou dar uma definição de cortiço, embora tenha preferido chamá-los de casa de cômodos: grande casa subdividida entre várias famílias.

Em 1896, buscando melhor definição e normatização dos cortiços, a lei municipal nº286/1896 caracterizou-o como um conjunto de duas ou mais habitações que se comunicam com as ruas públicas por uma ou mais entradas comuns, para servir de residência a mais de uma família, e como cubículos de cortiço, cômodos de casas que não sejam cortiços, mas que estejam divididos em diferentes fogões.(LEMOS,1998)

Pode-se dizer que no final do século XIX o poder público tinha uma preocupação maior na definição e delimitação dos cortiços em função da proliferação de doenças oriundas do super adensamento e ausência de infra-estrutura.

Entretanto, de acordo com LEMOS (1998), as exigências em relação aos cortiços

em 1886 pelo código municipal eram mínimas, expressando-se em: um poço ou torneira com água e um pequeno tanque de lavagem para cada seis habitações; uma latrina para cada grupo de duas habitações; um tamanho mínimo de 5m² para cada cômodo (unidade habitacional).

Em 1911 foi criado o Serviço Sanitário do Estado por meio do decreto estadual 2.141. Este mesmo decreto, buscando disciplinar o uso e ocupação dos cortiços, definiu-os como habitações coletivas, descrevendo-os como “as casas que abrigarem ou servirem de dormitório, ainda que temporário, a várias famílias ou muitas pessoas de famílias diferentes”. (LEMOS,1998)

A vila popular ⁹ ou higiênica, outra forma de habitação, foi proposta em legislação em 1916, como resposta à situação crítica de higiene dos cortiços, entretanto era inacessível para grande maioria dos trabalhadores¹⁰. Diferenciava-se do cortiço por possuir mais separações, contendo no interior de cada unidade cozinha, banheiro e área de serviço, mas na prática pouca diferença existia a não ser no olhar ideológico da sociedade: perigosos marginais de um lado e pobres trabalhadores do outro.(ROLNIK,1986)

Em 1929, o Código de Obras Saboya, lei municipal 3247, revogou toda a legislação municipal anterior que regulamentava as vilas operárias, proibindo qualquer moradia compartilhada por mais de uma família e exigindo que todos (cortiços e vilas operárias) fossem reformados no rigor da lei. Nesta lei, habitação coletiva limitava-se a duas modalidades: hotéis ou os prédios de apartamento.

Assim os cortiços deixaram de existir para as leis, mas não para a realidade paulistana, onde continuaram sendo uma das formas de habitar da classe trabalhadora.

⁹ Proposta em legislação em 1916, as vilas eram construídas por empreendedores privados que deveriam seguir o modelo de vila higiênica- com áreas para cozinha, lavar e banheiro, o governo oferecia vantagens tipo isenções fiscais, mas não se preocupava com a super lotação destas vilas.

¹⁰ Só os empregados especializados que tem condições e eles são um pequeno número.

Somente em 1991 os cortiços voltam a aparecer na legislação, na chamada Lei Moura ¹¹. Nesta, o cortiço foi definido como unidade usada como moradia multifamiliar, apresentando total ou parcialmente as seguintes características:

- Constituída por uma ou mais edificações, construídas em lotes urbanos;
- Subdividida em vários cômodos alugados, subalugados ou cedidos a qualquer título;
- Várias funções exercidas no mesmo cômodo;
- Acesso e uso comum dos espaços não edificadas e instalações sanitárias;
- Circulação e infra-estrutura, no geral, precárias;
- Superlotação de pessoas. (KOHARA,1999; PICCINI,2004)

Na década de 90 vários institutos de pesquisas usaram conceitos distintos para definir cortiço. A FIPE definiu-o como Habitação Coletiva de Aluguel (HCA) adotando as características apresentadas na Lei Moura. A FIBGE adotou na metodologia do Censo Demográfico de 1980 a definição de domicílio coletivo não institucional que serve de moradia a um grupo de seis ou mais pessoas sem relação de parentesco ou subordinação doméstica e aqueles em que residem quatro ou mais famílias.(PICCINI,2004)

Recentemente o CDHU- SEADE (2002) realizou um levantamento cadastral parcial dos cortiços da região central. Foram pesquisados 9 bairros¹², excluindo a região da Sé, considerada a região com maior concentração de cortiços da cidade. Para tal, o CDHU partiu da definição de cortiço adotada pela Fundação SEADE, que contempla as principais características observáveis em termos de precariedade da habitação:

- Coabitação de várias famílias em imóveis precários de diferentes tipos:

¹¹ Lei Moura – lei municipal 10928/91

¹² Barra Funda/Bom Retiro, Bela Vista, Belém, Brás, Cambuci, Liberdade, Mooca, Santa Cecília e Pari

casarões, porões, cômodos de quintal, casas, edifícios, etc.

- Recursos hidráulicos insuficientes/uso compartilhado entre vizinhos (pia de cozinha, tanque, banheiro)

Segundo PICCINI (2004), as primeiras classificações de cortiço datam de 1893, e as mais comuns, ainda hoje, são encontradas pela cidade: cortiço de quintal (acesso pelo corredor), cortiço casinha (de frente para a rua), casa de cômodo (sobrado com várias divisões internas), cortiços improvisados (ocupação precária em fundos de armazém/oficina, lojas, etc) e hotel cortiço (restaurante- dia, pensão-noite).

Também KOWARICK e ANT (1994) relatam sobre as diferentes modalidades de habitação coletiva existentes hoje e mostra que algumas delas não diferem do passado:

- Antigas residências térreas e casarões antigos nas áreas centrais, cujos quartos raramente ultrapassam quatro metros.
- Edifícios abandonados e invadidos, os chamados cortiços verticais, que fogem da definição clássica de cortiço, pois alguns têm banheiro privativo; entretanto, são altamente adensados: apartamentos de um quarto, muitos apartamentos no mesmo andar, corredores transformados em área de lazer, alto nível de promiscuidade.
- Na periferia, os chamados “lingüiça”: sequência de cubículos, servidos por um único banheiro, um único tanque e, às vezes, por um único poço.

De acordo com PICCINI (2004) é possível identificar três processos diferentes de encortiçamento ao longo da história da cidade de São Paulo:

- Na formação e estruturação dos bairros populares;
- Em consequência da deteriorização urbana de um bairro;
- Em consequência da desvalorização pontual de alguns imóveis mais

antigos e abandonados pelos proprietários.

O cortiço da Rua Sólon, objeto deste estudo, possui algumas características diferenciadas dos demais encortiçamentos ocorridos na cidade de São Paulo. Aqui o cortiço é num prédio de oito andares que experimentou algumas mudanças recentes em decorrência da atuação de algumas organizações não governamentais. Na década de 70 era um edifício abandonado e inacabado, cujo locador era o próprio zelador da obra. Assim, os primeiros moradores pagavam o aluguel e com o tempo tornaram-se “donos” por força da invasão. É que os moradores foram tomando consciência da exploração a que sujeitavam e optaram por deixar de pagar aluguel tornando-se moradores invasores. Os últimos moradores compraram seus cômodos dos então novos donos. Hoje todos eles aguardam o desfecho de uma ação de usucapião. Este cortiço já abrigou 72 famílias que moravam em cômodos e dividiam banheiros. Em função do desadensamento ocorrido residem atualmente 42 famílias, sendo que a maioria vive em apartamentos de dois cômodos com um banheiro. As características que o definem como cortiço - invasão do imóvel, superlotação, irregularidade do imóvel, precariedade nas instalações físicas, elétricas e hidráulicas – alteraram-se no presente por força da ação dos seus moradores em conjunto com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo /FAU-USP na pessoa de sua professora Dra. Maria Ruth do Amaral Sampaio.

1.4. AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS X INVISIBILIDADE DOS CORTIÇOS

O cortiço paulistano, uma das alternativas mais antigas de habitação popular, tem sido o menos estudado entre as diversas formas de moradias precárias, e a que menos

recebeu atenção das políticas públicas habitacionais.

Por muitos anos a solução proposta por diversos gestores públicos para solucionar a questão dos cortiços era a expulsão de seus habitantes para fora do perímetro urbano. A primeira delas data de 1893, com o famoso Relatório de Comissão de Exame e Inspeções de Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Ephigênia, propondo a erradicação dos cortiços das áreas mais centrais. (LEMOS, 1998; PICCINI, 2004). Até a década de 90, manteve-se constante a política de remoção dos cortiços para a periferia sempre que a administração era acionada em relação a despejos ou algum outro problema emergencial. (ROLNIK, 1986; VERAS, 1992)

Entretanto, as formas de enfrentamento da questão do cortiço pelas administrações municipais sempre tiveram alguma diferenciação em função de orientações políticas. Algumas tratavam o cortiço como um problema de saúde pública, outras o ignoravam como se não existissem e outras o tratavam de forma pontual. Foram ações quase sempre desconectadas das diretrizes do Plano Diretor, e cuja intenção foi mais a de aliviar as tensões que resolvê-las.

O cortiço manteve-se órfão de reconhecimento: prescindiu-se da necessidade de olhar sua presença e problemática no conjunto das questões urbanas trabalhadas no Plano Diretor. Foi na década de 90, mais propriamente na gestão do Partido dos Trabalhadores/PT, que houve inversão de orientação, contemplando a fixação da população encortiçada no seu local de moradia.

Segundo KOHARA (1999) o poder público ainda não conseguiu construir uma política ou diretriz de intervenções para este segmento devido a sua complexidade. Uma das questões é a invisibilidade social do cortiço, onde as péssimas condições de vida de muitas famílias ficam veladas nas discretas paredes e portões. As favelas, ao contrário,

possuem enorme visibilidade pelo seu modo de inserção e interferência na paisagem urbana. Não é por acaso que os programas de habitação popular acabaram sendo direcionados às favelas.

Outro aspecto importante é que os cortiços estão inscritos no espaço privado, subordinados à lógica do mercado, e esbarram na questão de propriedade. Seus moradores submetem-se a contratos de aluguéis verbais e indecorosos, desconhecimento da Lei Moura¹³ entre as partes (locador e locatário) e ausência de interesse e comprometimento dos órgãos públicos.

Como bem pontua VILLAÇA (1986), o cortiço no Brasil continua sendo uma ‘solução’ do mercado bem como um produto da iniciativa privada.

Na verdade a habitação sempre foi vista na sociedade brasileira como uma necessidade individual e privada e continua sendo, apesar das conquistas – habitação como direito social - referendadas na Constituição, leis, planos diretores etc. Sem visibilidade para a sociedade brasileira, a função social da habitação fica subordinada a lógica de mercado, e não a lógica pública que se funda no reconhecimento de direitos sociais inerentes a cidadania.

Outra questão apontada por VERAS (1992:115) diz respeito ao fato de que as legislações referentes ao cortiço são ambíguas:

“O cortiço é viável desobedecendo à lei, e a lei o desconhece, pois sua realidade é desconforme com os seus dispositivos.”

A intervenção em cortiço é bastante complexa, pois além do aspecto legal (amparado na propriedade particular, mas ilegal no seu uso como habitação coletiva) a regularização do imóvel só faria piorar a situação habitacional do município, levando à

¹³ Lei Municipal 10928/91- Regulamenta sobre as condições mínimas de habitabilidade em cortiços e dá outras providencias.

expulsão dos moradores.

O cortiço é uma solução clandestina de habitação; ainda que precária para a população carente, continuará a se expandir independentemente de meras proibições normativas, pois as políticas públicas de habitação não têm enfrentado a demanda existente por moradia popular.

A chamada Lei Moura, de 1991, constituiu-se em marco importante, pois forneceu ao governo municipal alguns mecanismos jurídicos necessários para o desenvolvimento de políticas habitacionais voltadas para os cortiços. Também o fizeram a definição de cortiço adotada pelo governo estadual e as diversas instituições de pesquisas ligadas à área de habitação. (CARICARI E KOHARA, 2006)

Para PICCINI (2002) as legislações existentes (conforme quadro abaixo) no que se refere aos cortiços são todas de difícil aplicação prática, pois acabam expulsando as famílias de onde moram em vez de criar mecanismos de permanência e convivência. Os financiamentos ainda são pontuais e atingem um pequeno número de cortiços, esbarrando na maioria dos casos na renda familiar de seus moradores. Outra questão diz respeito à dificuldade de legalização do imóvel, e as ações de usucapião coletivas ainda não se concretizaram em nenhuma edificação devido a sua difícil aplicabilidade.

Quadro 1 – Algumas Leis e Decretos específicos sobre cortiços a partir da década de 90

LEIS DECRETOS	E	OBJETIVO
Lei Municipal n° 10.928/91		“Lei Moura” - Dispõe sobre as condições de habitação dos cortiços
Lei Municipal n° 11.945/95		Institui o Conselho de Intervenção e Recuperação dos Cortiços
Lei Estadual n° 9.142/95		Estabelece o uso obrigatório de 10% de arrecadação do ICM para intervenção em cortiços
Decreto – Lei Estadual n° 43.132/98		Programa de financiamento-coordenado pelo CDHU (Programa de Atuação em Cortiços- PAC)
Medida Provisória n° 1.823/99		Programa de financiamento coordenado pela CEF (Programa de Arrendamento Residencial- PAR)
Lei Municipal n° 13.430/2002		Plano Diretor estratégico de São Paulo – reafirma e conceitua o direito universal de moradia e dispõe sobre a função social da propriedade

Fonte: PICCINI (2002) E CARICARI E KOHARA (2006)

Se por um lado temos uma legislação com dificuldade de aplicação, por outro temos uma ausência de políticas e ações públicas preventivas voltadas para o gerenciamento dos riscos nos cortiços. Esta ausência acentua as condições de irregularidade em relação às edificações e consequentemente as situações de perigo e da ilegalidade com relação à locação.

O cortiço paulistano recebeu pela primeira vez a atenção de uma política pública municipal de habitação específica em 1989, mais de um século depois de seu surgimento no cenário paulistano. Segundo TASCHNER (2001) foi na administração Luiza Erundina (1989/1992) que vimos uma intervenção mais abrangente em cortiços. O objetivo era a permanência da população no centro; porém, ainda assim, resultou em ações pontuais, pouco viabilizando e consolidando uma política pública definida.

Nas administrações seguintes os cortiços da região central foram ignorados, apesar da existência da Lei Moura. As ações existentes retornaram ao padrão anterior de desocupação em razão de ações judiciais.

Em 1998, no âmbito estadual, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano (CDHU) criou o Programa de Atuação em Cortiços (PAC), para responder a pressões sociais e obteve do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) um aporte de 70 milhões de dólares para seu financiamento. Este programa vem sendo desenvolvido em áreas selecionadas na região central da cidade. A meta foi de atender 5000 famílias até 2005, mas não foi alcançada em função das dificuldades dos cortiços e de seus moradores em atender as exigências do financiamento. Abaixo, como podemos ver o CDHU só conseguiu entregar 856 unidades , ou seja , atendeu 856 famílias, representando 17,12% da meta proposta.

Quadro 2 : As unidades entregues pelo Programa de Atuação em Cortiços – CDHU

LOCALIDADE	Nº DE UNIDADES	ANO DE ENTREGA
PARI A	160	2002
SANTA CECÍLIA A (Pirineus)	28	2003
BRÁS	400	2004
MOÓCA	268	2005
TOTAL	856	

Fonte: VIEIRA, BOGGI, SANCHES E SILVA (2006: 42)

Na gestão de Marta Suplicy, no governo da cidade (2001 a 2004), os programas destinados aos cortiços voltaram a fazer parte da agenda municipal. Nessa administração os empreendimentos iniciados na gestão Luiza Erundina (1989 a 1992) foram retomados e incluídos no chamado Programa Morar no Centro, no qual a requalificação era o objetivo principal, desdobrando-se em outros programas para este segmento (ABREU, KOHARA e FARIA, 2006):

- Locação Social: destinado à população de baixíssima renda (0 a 3 salários mínimos), construção e aquisição de unidades habitacionais públicas para locação pelas famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos;
- Bolsa Aluguel: concessão de uma quantia mensal e garantia contratual, integrando as famílias no mercado habitacional formal;
- Programa de Cortiços-Reabilitação da Moradia Coletiva, envolvendo três ações principais: - capacitação dos moradores para reconhecimento e luta por seus direitos (com base na lei Moura); - intervenção propriamente dita nos cortiços; e - financiamento aos proprietários dos cortiços pelo Fundo Municipal de Habitação com objetivo de produzir melhorias no cortiço e a garantia da permanência dos moradores.

Estes vários projetos tiveram pouca abrangência frente à demanda existente.

Entretanto, o Programa Bolsa Aluguel criado em janeiro de 2004 atendeu 1.238 famílias no período de março a dezembro de 2004, sendo que a grande maioria (1.164) proveniente da área central. Já no Programa Locação Social, criado em 2002, as unidades habitacionais de locação financiadas pela Caixa Federal atenderam a 486 famílias no Residencial do Gato e a 137 no Residencial Olarias.

Na gestão atual, iniciada em 2005, ocorreu a paralisação de praticamente todos os programas existentes, dando como desculpa os projetos formulados, os quais teriam que ser revistos. Em entrevistas ou participação em seminários veiculadas na mídia, a atual administração parece indicar outra proposta de requalificação da área central, da qual a fixação da população de baixa renda no centro não faz parte. Apesar de negarem esta posição, os projetos habitacionais populares oferecidos no centro, nesta administração, estão direcionados a um público com faixa de renda de 5 a 7 salários mínimos, muito longe da população encortiçada, que gira em torno de 2 a 4 ¹⁴.

Assim como diz KOHARA(1999:3):

“As discussões sobre a revitalização e intervenções do centro da cidade de São Paulo, pelos setores privado e público, mesmo abrangendo as questões de habitações precárias, não apresentam mecanismos que garantam que a melhoria dos imóveis depreciados não venham a favorecer apenas a especulação imobiliária e evitem a expulsão dessa população para outras áreas em piores condições. Revitalizar, renovar e manter a população encortiçada na centro da cidade é um grande desafio.”

Enquanto isso, como dizem MOREIRA, LEME E PASTERNAK(2003:163)

“os encortiçados prosseguem em suas estratégias de sobrevivência a saber: rotatividade da moradia em busca de aluguéis mais baixos, mobilização para forçar a definição de políticas de intervenção dos poderes públicos; e a ocupação de edifícios vagos (reproduzindo a estratégia de ocupação de terrenos vagos que foi bem-sucedida no caso das favelas)”.

¹⁴ Dados passados pelo Secretario Municipal de Habitação em reunião com a população do Cortiço da Rua Sólon em 20/07/05 sobre os projetos habitacionais voltados para a população encortiçada.

1.5. OS DESDOBRAMENTOS AMBIENTAIS: Os Perigos e Riscos em Cortiços

As demandas por uma política voltada para a saúde ambiental vêm ganhando força no cenário nacional; organizações não governamentais, movimentos populares, pressões internacionais e conferências mundiais vocalizam e publicizam esta demanda.

Em decorrência, já ocorreram alguns avanços ¹⁵ expressos na Agenda 21 brasileira. Alguns destes avanços se traduziram em legislações, portarias e normas reguladoras por parte do Estado, que se encontram ativas em algumas áreas e ainda inexistente em outras.

É consenso entre os especialistas em desenvolvimento sustentável que a pobreza é uns dos fatores de risco em saúde ambiental, tendo sido inclusive um dos seis temas discutidos na Conferência da Cúpula Mundial em Johannesburgo sobre o desenvolvimento sustentável ocorrida em agosto de 2002. (MINAYO, 2002)

A pobreza contemporânea é um fenômeno multidimensional e mundial, expressando-se de formas diversas em cada realidade social. (SAWAIA,2002). A brasileira, por exemplo, tem como principal determinante a desigualdade social, a forte concentração da riqueza e não a escassez de recursos naturais e econômicos no território nacional.

O Brasil é considerado um país líder em recursos naturais e também o campeão em desigualdade social no cenário mundial. O índice Gini¹⁶ brasileiro em 2004 foi de 0,56 e apesar de ter subido para 10º lugar no ranking dos países com maior concentração de renda, continua sendo um dos mais altos do mundo, estando à frente apenas de algumas

¹⁵ Década de 90 - Estruturação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; reformulação da Fundação Nacional de Saúde; definição de eixos agregadores na Fundação Osvaldo Cruz; intensificação da cooperação técnica com a OPAS; constituição da Comissão Permanente de Saúde Ambiental do Ministério da Saúde; celebração do Termo de Cooperação entre os ministérios da Saúde e do Meio Ambiente (Minayo, M. e Miranda , A., 2002)

¹⁶ Índice Gini- medida de concentração de renda, sinalizando menor disparidade distributiva ao aproximar-se de zero.

nações africanas e latino- americanas.¹⁷ (LOURENÇO,2006)

Segundo COSTA (2005), a falta de políticas distributivas e de democratização da riqueza gerou uma sociedade profundamente desigual e incompatível com o grau de diversificação e crescimento da economia existente do país.

O processo de encortijamento na região central do município de São Paulo é uma das expressões sofridas da pobreza urbana brasileira. Revela a precária e insuficiente oferta de serviços e oportunidades pela via das políticas públicas e a ausência de ações que incidam sobre as condições de habitabilidade que estas populações vivem no seu cotidiano.

“A ausência de alternativa habitacional para a maioria da população pobre nas grandes cidades brasileiras, teve como uma das conseqüências a ocupação irregular e predatória ao meio ambiente urbano. É nos lugares ambientalmente frágeis “protegidos por lei” e desprezados pelo mercado imobiliário que proliferam os loteamentos irregulares, as ocupações informais e as favelas. Neste contexto, a questão ambiental urbana é antes de tudo um problema de moradia e de política habitacional ou, mais precisamente, da falta ou insuficiência desta.(Martins,2003: 139)”

Os problemas ambientais urbanos decorrentes do déficit habitacional, até recentemente, permaneceram praticamente ignorados tanto pelos ambientalistas como pelos órgãos públicos. O foco concentrou-se mais em temas globais como os ecossistemas, atuando secundariamente sobre os efeitos adversos da degradação ambiental provocados pelo processo de urbanização.

A urbanização na cidade de São Paulo, reconhecida como “expansão de periferia” produziu um ambiente urbano segregado e altamente degradado com graves conseqüências ambientais (JACOBI, 2000 E CHAFFUN, 1996).

¹⁷ Nambia (0,710) Haiti(0,68)Botswana(0,63) Lesoto(0,63) República Centro- Africana(0,61) África do Sul (0,58) Bolívia (0,58) Guatemala(0,58) e Zimbábue(0,57)

O padrão de urbanização nas metrópoles, associado a uma política pública habitacional deficiente, desencadeou um cenário de moradia precário para a população carente, fixando-a na periferia e em áreas de risco tais como encostas íngremes, várzeas inundáveis, beiras de rio e cursos d'água, áreas contaminadas ou com potencial de contaminação (LIMA, 2004). Este quadro urbano está marcado pela falta de compromisso ambiental expondo seus habitantes a graus crescentes de deterioração da qualidade de vida e do ambiente, tais como enchentes, erosões, deslizamentos, poluição das águas e do ar, etc (BONDUKI, 1996).

Segundo GROSTEIN (2001) e MARICATO (2000) esse padrão de urbanização pode ser descrito como um espaço dual: formado pela cidade formal, que concentra os investimentos públicos, e pela cidade informal, que cresce exponencialmente na ilegalidade urbana, sem atributos de urbanidade, exacerbando as diferenças sócio-ambientais.

Somente na década de 90 é que foi introduzido o conceito de risco ambiental em assentamento irregular. Este conceito teve origem no processo de reurbanização definido para intervenção nas favelas paulistanas. Aqui, o risco foi tratado apenas na sua característica geomorfológica e não nas demais dimensões: saúde, ambiental, social e econômica. Assim os eventos indesejáveis percebidos eram somente desabamento, inundação ou solapamento circunscrito aos habitantes das moradias precárias (PASTERNAK E BALTRUSIS, 2002).

Entretanto, os riscos que as favelas localizadas em áreas de risco apresentam são muito mais amplos e não ficam limitados as populações que as habitam; eles atingem a sociedade como um todo bem como o meio ambiente.

Os moradores deste tipo de habitação em área de risco vivem em situação de perigo, sob ameaças constantes que incluem para além das questões geomorfológicas do lugar, a precariedade das próprias habitações: insalubridade, super adensamento, instalações elétricas precárias e condição de abastecimento ruim, disposição e coleta de resíduos sólidos deficientes, presença de roedores e insetos decorrentes de condições de higiene nos espaços privados e coletivos, presença do tráfico de drogas e de marginais.

Como bem pontua AMARAL E SILVA (2004a), perigo e risco não são sinônimos, mas são interdependentes. Perigo é uma situação que constitui uma ameaça que pode ser à saúde humana, aos ecossistemas naturais, ao espaço construído ou ao meio ambiente como um todo. Já o risco é a probabilidade da ocorrência de um ou mais danos indesejáveis que aquele perigo pode causar ao homem e ao meio ambiente.

Os danos decorrentes desta precariedade habitacional são os mais diversos: mortes, violência, doenças, fobias, perdas materiais, acidentes, incêndios, exclusão social de seus moradores, auto-exclusão simbólica, etc. Os riscos associados àqueles danos não estão restritos somente ao grupo diretamente exposto, os encortiçados, mas também à população do entorno, da cidade e do país.

Um cortiço vertical, outra modalidade de habitação precária, como é o caso de nosso estudo, poderá apresentar situações de risco que poderão ser não toleráveis aos moradores, à população do entorno, à cidade e ao meio ambiente. Tem-se aí várias situações de perigo instaladas, tais como a rede elétrica e de a esgoto em precárias condições, o super adensamento, o lixo em várias áreas, os portões de ferro nos corredores, a escada sem corrimão e sem iluminação, a presença de roedores e insetos, entre outros.

Com uma rede elétrica precária, sem uma rota de fuga e extintores de incêndio e

moradores sem nenhum conhecimento sobre combate de incêndio, os danos se potencializam e a probabilidade da ocorrência de um evento indesejável e intolerável (o risco) é muito grande. Por exemplo, a ocorrência de um incêndio causando muitas mortes. A probabilidade de ocorrerem outros danos em função deste mesmo perigo é enorme, bem como a magnitude deles, podendo variar o grau de severidade dos danos de negligenciáveis a não toleráveis.¹⁸ Assim, os possíveis danos em função da rede elétrica precária podem ser tanto o apagão no prédio em função das más condições da rede elétrica como um princípio de incêndio em função do super aquecimento da fiação: incêndio num dos apartamentos com perdas de móveis e documentos, acidentes na escada em função do pânico dos moradores, perda total no prédio em função de um incêndio em todas as dependências, mortes de moradores provocado pelo incêndio, alastramento do incêndio na vizinhança, poluição da atmosfera, etc. Outros danos possíveis em função dessa situação habitacional são os tombos na escada causadores de fraturas ou até acidentes fatais em função da ausência do corrimão, da luz e dos degraus irregulares, doenças pulmonares e infecciosas em função do lixo e da umidade, brigas em função do super adensamento, estigma de marginais em função da alternativa de moradia, etc.

E segundo GARZA-ALMANZA (2002), estes riscos ambientais podem ser divididos em tradicionais e modernos. Os “riscos tradicionais” são aqueles vinculados à pobreza e a ausência de política pública: saneamento básico, abastecimento de água potável, serviços de limpeza urbana, serviços de saúde pública, etc. Os “riscos modernos” são aqueles relacionados ao desenvolvimento, nos quais os perigos no ambiente carecem de salvaguardas para a saúde, como por exemplo, contaminação da água e do solo pela

¹⁸ Segundo AMARAL E SILVA (2000) associando a probabilidade da ocorrência à magnitude do dano, os riscos podem ser conceituados em três níveis possíveis: “(a) negligenciáveis (probabilidade e magnitude de pequena monta); (b) gerenciáveis (probabilidade e magnitudes controláveis de maneira a serem aceitas pela comunidade); (c) não toleráveis (probabilidades e magnitudes as quais, uma vez associadas, não são aceitáveis e exigem ações que a minimizem)”.

indústria, agricultura intensiva, contaminação do ar, dentre outros.

Nos países desenvolvidos praticamente são inexistentes os riscos tradicionais, e os riscos modernos se encontram em expansão, ampliando sua diversidade dada às próprias características da sociedade contemporânea. Nos países em desenvolvimento, ambos os riscos - tradicionais e os modernos - são altamente prevalentes. Portanto, como muitos países em vias de desenvolvimento apresentam ambos os tipos de riscos, se encontram em uma etapa de “risco transacional” (GARZA-ALMANZA, 1997).

No caso das favelas e cortiços a maioria dos riscos ambientais está circunscrita aos tradicionais.

Segundo ROCCA (2002) o termo risco não possui uma definição consensual, pois tanto os indivíduos comuns quanto teóricos e especialistas o definem e julgam baseados em diferentes conceitos. Complementando, GUILAM (1996) aponta para o quanto é complexa uma única definição de risco, dada sua condição polissêmica: para cada área de atuação (econômico, social, jurídico, epidemiológico, saneamento, etc) o objeto do risco é diferente.

AMARAL E SILVA (2004a) acresce que a definição de risco é muito complexa, pois está baseada na incerteza, contendo uma distinção entre realidade e possibilidade.

Já para GIDDENS (1991) os riscos presentes na sociedade contemporânea, em especial os ambientais e tecnológicos, possuem graves consequências; são chaves para entender as características, os limites e transformações do projeto histórico da modernidade. Propõe que o conceito de sociedade de risco para caracterizar a sociedade que se vive no tempo presente.

Nos debates atuais em torno do risco, os tecnológicos ganham mais fórum, pois estão mais presentes nos países desenvolvidos e a incidência (efeitos) deles sobre o meio

ambiente está mais próxima da realidade do que da possibilidade. Já os riscos tradicionais ficam remetidos ao subdesenvolvimento e a pobreza; o olhar sobre eles é econômico e não ambiental.

No cotidiano brasileiro a pobreza persiste e se expressa de várias formas e vai naturalizando aquilo que deveria ser rejeitado, questionado, modificado, requalificado, etc. Para os habitantes das moradias precárias, a percepção de risco também se naturaliza e perde a sua força, minimizado pela sua ‘probabilidade’, dando uma “falsa confiança” que “Deus é brasileiro” e que nada irá acontecer. “O hábito de ver se instalou” e as diferenças dos fatos não se apresentam mais da mesma forma, perdendo a sua nitidez (FERRARA, 1999).

Talvez a inexistência de um desastre ou acidente de grande monta nos cortiços da área central da cidade tenha levado as autoridades ao descaso e desconhecimento sobre a situação de perigo a que esta população está exposta. Por sua vez, o descaso e a falta de reconhecimento dos perigos existentes pelo poder público levam os moradores dos cortiços e a população do entorno a minimizar o perigo, obscurecendo a percepção coletiva sobre os possíveis riscos ambientais.

Programas de prevenção e monitoramento de riscos para cortiços até o momento são inexistentes, não havendo nem mesmo estudos produzidos no âmbito das universidades ou pelo poder público sobre os perigos e riscos comuns em cortiços. Estas ausências denotam a pouca visibilidade pública dos cortiços na sua precária condição de moradia do trabalhador pobre das grandes cidades. Uma das conseqüências é que a informação sobre perigos e riscos ambientais decorrentes dessa precariedade não são trabalhados com a população encortiçada.

2º Capítulo

A PESQUISA - AÇÃO

Metodologia Escolhida

Foto 5 : Os brigadistas construtores (Mendes,2005)

2.1. A ESCOLHA DO TEMA: Percepção de Risco em Saúde Ambiental

Foi na condição de pesquisadora aprendiz que a aproximação com a temática da saúde ocorreu. Quando se aproxima de um novo objeto carrega-se junto uma bagagem de experiências e conhecimentos.

A formação inicial em Serviço Social nos embebeu das chagas da pobreza e das desigualdades sociais gritantes no país; o exercício profissional no campo da habitação de interesse social, na cidade de São Paulo, permitiu a vivência “sem ciência” dos perigos e riscos presentes no quadrante habitacional dos pobres da megacidade.

A precária saúde compõe a pobreza; a saúde é dom da riqueza e não da pobreza. Na pesquisa realizada para o mestrado, em Serviço Social, o objeto/sujeito contemplado foram os cuidadores domiciliares, que na sua invisibilidade pública fazem toda a diferença no cuidado de seus doentes de AVC.

A questão da percepção de riscos atravessou, portanto, toda esta experiência sem se anunciar como meu novo objeto de estudo. Os perigos em saúde ambiental vivenciados pela população são visíveis, porém tão ignorados pelos programas de saúde pública que se deixa de enxergá-los. Os cuidadores domiciliares acompanhados em pesquisa no mestrado repetem este mesmo modelo da invisibilidade produzida pela naturalização dos diversos riscos inscritos na pobreza. Os cuidadores, apesar de vivenciarem no seu cotidiano as consequências do Acidente Vascular Cerebral e adquirir conhecimento sobre os fatores de risco desta doença, ignoram quando estes estão presentes no seu quadro de saúde, reafirmado pelos agentes de saúde nas consultas e visitas domiciliares. Parece que esta banalização dos riscos é na vida dos pobres uma condição de sobrevivência.

É assim que a dinâmica deste processo tornou-se instigante:

- O que leva os cuidadores a ignorar os riscos de uma doença degenerativa presente em sua saúde?
- O que leva os pobres a ignorarem os sinais presentes de perigo em seu cotidiano? Por que os riscos decorrentes ficam obscurecidos?
- Por que os programas sociais não contemplam em sua agenda programática os perigos e riscos que circundam a cartografia de vida dos pobres; as vulnerabilidades e carências da “ambiance¹⁹” /território?
- Qual é a percepção dos técnicos de campo, sobre riscos e perigos ambientais presentes, ao cotidiano de vida dos pobres?

O programa de estudos de doutorado em Saúde Pública introduziu-nos em um novo mundo de conhecimentos, repertórios e percepções: é como sair de uma casca protegida – o Serviço Social e a PUC/SP para um novo “ambiance”, o da Saúde Ambiental na Universidade São Paulo.

O encontro com o tema percepção de risco ocorreu quando era ainda aluna especial, em uma aula sobre Comunicação e Gerenciamento de Risco Ambiental, na Faculdade de Saúde Pública. O interesse foi despertado e se instalou a necessidade de compreender o processo de percepção da população residente em áreas de risco.

A ampliação da percepção de risco para saúde ambiental se deu em função da abrangência do conceito: as questões de saúde e sociais teriam seu foco ampliado, buscando, assim, o significado e problematizando a magnitude desta problemática na sociedade como um todo.

De alguma forma é necessário já aqui adiantar que a percepção de risco que o público faz no geral, em relação às condições de vida na realidade brasileira, traz um

¹⁹ Ambiance: segundo THIBAUD (2004) é um ambiente vivenciado e percebido pelos indivíduos que o habitam.

olhar que vem cindindo o social e a saúde. Por exemplo: o lixo espalhado em vielas ou corredores, que se observa quando se transita numa favela ou cortiço, ou mesmo observado na prática do homem catador de rua, é percebido e catalogado de imediato como risco social derivado da pobreza e não como risco de saúde ambiental. A percepção de risco assim remetida à pobreza é naturalizada como parte de sua paisagem; e é, dessa forma, fator de banalização e de imobilismo para sua eliminação. Pobreza é quase sempre justificada de forma polar: é estrutural ou é individual (o capitalismo produz pobreza ou o indivíduo é pobre porque é indolente e cheio de vícios...).

É também necessário considerar que o reconhecimento e especificação de risco para a saúde ambiental é questão recente no debate e na ação pública.

O levantamento da produção teórica sobre a temática – percepção de risco - permitiu identificar os vários enfoques pelos quais o conceito percepção é tratado: semiótico, psicológico, cultural, sociológico e o fenomenológico. Este olhar parcelado é resultante do modelo científico vigente o qual se avançou na produção do conhecimento; um modelo que parcelou o objeto em “n” partículas e facetas para conhecê-lo. Mas há hoje fortes críticas a este modelo de produção de conhecimento.

“Os fatos observados tem vindo a escapar ao regime de isolamento prisional a que a ciência os sujeita. Os objetos têm fronteiras cada vez menos definidas; são constituídas por anéis que se entrecruzam em teias complexas com os dos restantes objetos, a tal ponto que os objetos em si são menos reais que as relações entre eles.” (SANTOS, 2000:73).

“Se o mundo tornou-se global – isto é, mundializou-se categoricamente e viu suas áreas específicas integraram-se sempre mais - não temos como apreendê-lo sem tratá-lo como um complexo, um todo que é tecido junto. Isto requer uma inteligência especial: histórica, dialética, totalizante. Em vez de uma inteligência que separa o complexo do mundo em pedaços isolados, fraciona os problemas e unidimensionaliza o multidimensional, como afirma

Edgar Morin, precisamos de uma perspectiva que integre, organize e totalize. Só assim teremos como aproveitar de modo pleno as inúmeras possibilidades de compreensão e reflexão propiciadas pela evolução geral dos conhecimentos” (NOGUEIRA:2001:35).

Mas o que é Percepção? Visão, entendimento, compreensão, experiência, vivência. São palavras que a expressam no senso comum. Ao avançarmos neste conceito, detectam-se termos distintos ou mais alinhados do ponto de vista do conhecimento formal.

Assim é que o dicionário Aurélio traz a definição de percepção como a forma de um indivíduo enxergar, estando ligado à aquisição de conhecimento por meio dos sentidos, com ênfase no ver. Recepção dos estímulos. Inclui a idéia de percepção como discernimento por via intelectual, sensibilidade intelectual.

Embora as teorias e estudiosos sobre a percepção tenham diferentes abordagens, todas elas partem do indivíduo, um ato singular para explicar este fenômeno.

- **Percepção é processo singular e único**

SANTAELLA²⁰ ao fazer a apresentação de estudo de BARROS (1999) sobre percepção, apresenta uma bela síntese dos conceitos de PEIRCE²¹ sobre o que é essencial para se compreender a percepção e seu movimento apropriador de conhecimento.

“Sem luz, a vida não seria possível. Sem percepção, não haveria sensibilidade nem inteligência. A luz faz para a vida aquilo que a percepção faz para a inteligência. Peirce declarava que o juízo perceptivo é o ponto de partida ou premissa primeira de todo o pensamento crítico e controlado (CP 5.181). Toda forma lógica do pensamento é dada na percepção (CP 5.194). Os elementos de todo conceito penetram no pensamento lógico pela porta da percepção e saem pela porta da ação propositada; e aquilo que não puder mostrar seus passaportes nessas duas portas deve ser preso como não autorizado pela razão” (CP 5. 212)

²⁰ Lucia Santaella – teórica brasileira “perciana” sobre percepção na ótica da teoria semiótica.

²¹ Charles Sanders Pierce - grande teórico da semiótica, CP no texto se refere a ele.

(SANTAELLA,in BARROS,1999)

A “experiência de ver” é singular, pois ela é vivenciada pelo sujeito mediada por valores culturais e mecanismos psicológicos, ou seja, estabelece relações entre a singularidade da experiência e seu contexto mais amplo. A percepção sempre envolve um processo de apreensão da realidade, mediado pela linguagem capaz de traduzir para o sujeito o mundo, dando um significado para a experiência. Um fenômeno pode ser vivenciado por vários sujeitos ao mesmo tempo e de forma semelhante, mas jamais será igual, pois é uma vivência singular e única do sujeito.

- **Percepção é conhecimento e mediação para o conhecimento**

Percepção é conhecimento mediado pela experiência. A experiência vivenciada pelo indivíduo possui uma perspectiva múltipla, e não se reduz a nenhum momento efetivo. As coisas, os objetos, apresentam as faces, as formas e o indivíduo as percebe de diversos pontos de vista espaciais e temporais, e “seu presente não apaga seu passado, seu futuro não apagará seu presente” (MERLEAU-PONTY, 1999:106). Percepção é uma síntese de todos os olhares empreendidos pelo sujeito de vários pontos e em vários momentos sobre um determinado objeto/situação.

Segundo FERRARA (1999), a percepção na semiologia é a capacidade de apreender e gerar informação, a partir de uma experiência possuindo ela duas formas de percepção: o percepto e o juízo perceptivo. O percepto é o registro do receptor e não envolve a consciência, já o juízo perceptivo depende integralmente da consciência do receptor, levando a entender o significado e a qualificar.

- **Percepção é relação. Construimos percepção com o percebido**

Para TUAN (1983) a percepção é a experiência de um indivíduo em relação a algo, a qual envolve diferentes maneiras de uma pessoa conhecer e construir a sua realidade.

Esta experiência é entendida como aprendizagem, a capacidade de compreender a partir da própria vivência, ou seja, atuando sobre a realidade e criando a partir dela.

Para a abordagem fenomenológica, a percepção é o encontro do sujeito com o mundo. Como em HEIDEGGER (1988), o sujeito é “ser-no-mundo”, isto é, não há mundo sem sujeito, nem sujeito sem mundo. A percepção é a realidade do vivido.

Para MERLEAU-PONTY (1999), o primado é a percepção, vista não como princípio causal, mas como fundo do ser e do mundo: um encontro. Quando as coisas se fazem (manifestam-se) ao sujeito, este também está se fazendo.

• **Percepção é Informação; ganhos de informação alteram ou afinam percepções; percepção e informação são um duplo dialético que se auto-alimentam.**

A percepção se dá de imediato, mas só se concretiza se tiver uma informação para decodificá-la. A informação é mediada por signos que traduzem usos, hábitos, valores.

A percepção é o registro reflexivo das sensações captadas - só temos percepção da realidade exterior, captada pelos sentidos e inserida num contexto cultural, que é capaz de atribuir significados ao que se percebe.

Assim, a relação do sujeito com o seu meio é mediada pela linguagem (simbólica e significante), capaz de traduzir o mundo exterior como uma realidade que tem um significado.

• **Percepção de Risco são processo e possibilidade**

Podemos dizer que percepção de risco é processo, pois para **perceber o perigo** é necessário que o sujeito possua um conhecimento prévio, um repertório para poder interpretar aquilo que vê.

Percepção de risco, também, é possibilidade, pois todo risco está baseado na incerteza, na probabilidade de ocorrência de um ou mais danos. Para avaliar os riscos que

uma determinada situação de perigo expõe, é necessário mais informações para refletir sobre as várias possibilidades de danos indesejáveis que aquela situação pode provocar. Assim, o indivíduo só pode perceber se a água pode estar poluída se tiver informações prévias. Ele só consegue avaliar os possíveis danos que aquela água poluída pode causar a sua saúde se apropriar novas informações. A informação sobre qualquer risco é fundamental para o indivíduo reorganizar o seu comportamento frente a uma determinada situação de perigo. O perigo não é visível, muitas vezes, e para percebê-lo é necessário possuir uma referência informacional anterior sobre ele.

É a ação significativa do sujeito que possibilita a percepção. No caso do risco, é preciso primeiro conhecer o significado que o ambiente tem para os sujeitos, como conhecem o ambiente onde se inserem e o que é percebido como risco. É no retomar o olhar sobre o ambiente conhecido que se coloca a reflexão sobre o risco.

Só vou perceber como risco aquilo que pode significar perigo - ou ameaça na minha interação com o ambiente. À medida que avança a reflexão sobre o ambiente e vou descobrindo aspectos que antes não tinham significado para mim, posso percebê-lo de outra forma, pois atribuí outro significado a ele, apreendi aspectos que antes não havia percebido.

Como os sujeitos, em seu cotidiano, percebem o risco? Pelo conhecimento e ação no ambiente onde se inserem. São levados a perceber o risco quando são capazes de atribuir significado ao vivido no ambiente. Só dão significado se traduzirem o ambiente exterior para a consciência através da linguagem.

O ser humano possui capacidade de codificar e aprender com experiências passadas, bem como alterar o seu meio ambiente e dar respostas a estas mudanças. Esta capacidade tanto cria, como reduz o risco em uma situação de perigo. (SLOVIC, 1987)

A percepção é produção de um novo conhecimento referenciado na experiência e informação prévia, repertório necessário para poder interpretar aquilo que vê. Mas não só a percepção se dá quando somados a estes ingredientes, ocorrer curiosidade, sensibilidade e importância definida no repertório de demandas e interesses do indivíduo (pensante e empreendedor). Ele só pode perceber se a água está poluída se tiver informações sobre ou referência anterior (a água limpa) e mais que isso, mobilizado interiormente para apreender fatos e significados novos que lhe sirvam para compreender e agir no seu cotidiano “ambiente” de vida.

O trabalho da percepção de risco é a tradução do ambiente exterior para o sujeito, através da linguagem significativa.

2.2. A ESCOLHA DO OBJETO DE ESTUDO: A Percepção de Risco em Saúde Ambiental pelos Moradores de um Cortiço Vertical.

A escolha do nosso objeto de estudo recaiu sobre a percepção de risco em saúde ambiental pela população que vive em assentamentos urbanos precários. A intenção foi identificar como os habitantes de assentamentos urbanos precários percebem as situações de perigos que estão expostos.

A princípio a idéia foi a de desenvolver a pesquisa em uma favela localizada em área contaminada de São Bernardo que apresentava riscos tecnológicos iminentes de saúde ambiental.

Depois esta opção foi abandonada, priorizando-se uma outra favela de grande porte na região metropolitana, que jogava todo o seu esgoto e lixo no Córrego dos Meninos, usado por uma das Estações de Tratamento de Esgoto da SABESP para tratar e afastar,

adequadamente, os esgotos sanitários da cidade. Nesta opção o foco estava voltado para a questão do saneamento ambiental.

O convite à participação da Faculdade de Saúde Pública em um projeto novo protagonizado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo em um cortiço no centro da cidade alterou mais uma vez a nossa escolha. O interesse por este novo objeto se deu em função de vários fatores:

- A invisibilidade das situações de perigo nos cortiços verticais, pois se encontram, em seu interior, concentrados num sistema fechado, potencializando assim, os riscos decorrentes;
- A prevalência de riscos tradicionais decorrentes da ausência de políticas públicas voltadas a este segmento;
- A visibilidade deste cortiço (objeto do estudo) como edificação no entorno, um edifício de oito andares cravado numa região de comércio com prédios bem mais baixos e invisíveis ao poder público, tanto na sua demanda como na sua edificação;
- A possibilidade da construção de um projeto interdisciplinar e inter-organizacional envolvendo outros parceiros: Faculdades distintas, organizações não governamentais /ONGS e Poder Público Municipal;
- O desafio de construir uma metodologia que agregasse pesquisa (produção de conhecimentos), comunicação e gerenciamento de risco ambiental;
- Uma pesquisa que permitisse conhecimento na ação, pois seu foco não estava em registrar percepções presentes, mas alterações de percepção a partir da experiência refletida.

2.3. A INCLUSÃO NO PROJETO-PILOTO e a formação de um PROJETO INTERDISCIPLINAR (FAU/FSP/IPT)

Assim nasceu esta pesquisa de doutorado sobre a percepção de risco dos moradores de um cortiço vertical com a inclusão da Faculdade de Saúde Pública no projeto piloto²² desenvolvido pela FAU/USP que visava a requalificação do Cortiço da Rua Sólon, no centro da cidade de São Paulo.

Com a entrada da Faculdade de Saúde Pública neste projeto de requalificação, foi necessário passar a desenvolver uma metodologia de pesquisa-ação agregando Comunicação e Gerenciamento de Risco Ambiental para Cortiços Verticais.

Este projeto interdisciplinar e inter-organizacional envolveu no tempo duas faculdades, uma ONG e um Instituto de Pesquisa: as Faculdades de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e a de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo; a ONG Gaspar Garcia e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), vinculado à Secretaria de Ciência e Tecnologia. Iniciado em 2001, tendo como coordenadora a Prof^a. Dr^a Maria Ruth de Amaral Sampaio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; integrou a participação da ONG Gaspar Garcia, que já vinha orientando os moradores neste período, a Faculdade de Saúde Pública em 2003 e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas em 2004.

O interesse da Faculdade de Saúde Pública nasceu em função de um conjunto de fatores:

- O processo de encortiçamento verticalizado constitui-se em uma

²² Este piloto faz parte de um projeto temático em andamento intitulado “Novas Formas de Encortiçamento Verticalizado na Metrópole Paulistana” em desenvolvimento pela FAU/USP.

particularidade habitacional precária que necessita estudos mais elaborados e estratégias de intervenções específicas;

- A aceitabilidade social do risco pela população e pela sociedade frente aos perigos comuns existentes em favelas e cortiços;
- A inexistência de um programa de gerenciamento de riscos ambientais em favelas e cortiços;
- A demanda por um plano de prevenção e gerenciamento de riscos ambientais, em função das situações de perigo encontradas em favelas e cortiços e a demora no atendimento pelo serviço público;
- A oportunidade de criar um laboratório de vivência prática “in loco” interdisciplinar para os alunos de graduação e pós-graduação, com a orientação de professores envolvidos;
- Somar as experiências inovadoras vivenciadas pelos Programas de Segurança contra Incêndio em Assentamentos Urbanos Precários, desenvolvido pelo IPT na capacitação de gerenciamento de risco ambiental da/pelo FSP;
- Propiciar o desenvolvimento de metodologias e instrumentos específicos de pesquisa, voltados para a comunicação e gerenciamento de risco, em saúde ambiental;
- Criar oportunidade de leitura interdisciplinar sobre a temática e integrar esforços em pesquisa conjunta entre as duas faculdades e um centro de pesquisa.

Assim, o projeto que referenda esta pesquisa é interdisciplinar e inter organizacional; concentra-se no cortiço verticalizado da Rua Sólon, localizado no Bom Retiro, região central da cidade de São Paulo.

Sua escolha pela FAU deveu-se às características que possui:

- Um processo de encortiçamento diferenciado na região central do município: invasão espontânea na década de 80, autoconstrução vertical – edifício em construção abandonado, invadido e finalizado por seus moradores, com poucas unidades de aluguel e com banheiro coletivo;
- Melhor conhecimento desta população, das suas condições de moradia, das suas estratégias no cotidiano, da relação com domicílio e com o bairro, e dos perigos enfrentados;
- Possibilidade de regularização do imóvel, por meio da ação de usucapião, bem como a requalificação²³ física do imóvel.

2.3.1. Objetivo do Projeto Interdisciplinar

O projeto temático tem como missão melhorar a qualidade de vida da população encortijada da Rua Sólon (projeto piloto), e por meio dele desenvolver metodologias de intervenção, em cortiços, que possibilitem melhorias nas condições de moradia da população, bem como na prevenção e promoção da saúde, buscando um ambiente saudável.

Os objetivos deste projeto, consorciado com seus moradores e organizações parceiras, foram assim sistematizados / ordenados:

Objetivo Geral :

- Desenvolver metodologias de requalificação sócio-ambiental voltadas para comunidades que vivem em cortiços, visando a melhoria da qualidade de vida da população residente neste tipo de habitação, tanto na prevenção como na

²³ **Requalificação física** aqui significa: re-qualificação dos espaços, com redistribuição das áreas, considerando aspectos de salubridade e segurança. Além de outros fatores, como a convivência entre moradores e o entendimento das questões sociais dessa população, durante e após a intervenção no cortiço.

promoção da saúde, buscando um ambiente saudável.

Objetivos Específicos:

- Regularizar a situação de moradia da população, buscando caminhos jurídicos, sociais e financeiros que garantam a sua permanência no imóvel;
- Elaborar projetos de arquitetura, hidráulica, elétrica e de saúde ambiental destinados à requalificação do edifício;
- Implementar estratégias de intervenção social no gerenciamento dos riscos existentes em comunidades carentes que vivem em áreas perigosas, que sejam capazes de mobilizar os moradores nas tomadas de decisões;
- Desenvolver um programa de comunicação de risco voltado para os cortiços;
- Elaborar instrumentos de análise preliminar de perigo voltado para os cortiços;
- Criar um laboratório de vivência prática “in loco” interdisciplinar para os alunos de graduação e pós-graduação;
- Oferecer subsídios para os órgãos públicos no planejamento de requalificação, comunicação e gerenciamento de riscos ambientais para comunidades que vivam em cortiços verticais.

2.3.2. Princípios que embasam o desenvolvimento do Projeto:

Direito à moradia: acesso a uma moradia digna; informação como condição de acesso à moradia digna; ações de usucapião para conquista da titularidade de propriedade; ações em melhorias no cortiço; desenvolvimento de um sentimento de pertencimento coletivo.

Interdisciplinaridade: a intervenção multidisciplinar de vários profissionais de diferentes áreas do conhecimento neste projeto - Arquitetura, Engenharia, Comunicação, Psicologia, Direito, Sociologia, Saúde Ambiental - possibilitando a construção de um

conhecimento mais unitário e totalizante, assim como a formação de uma visão integrada de graduandos e pós-graduandos envolvidos na pesquisa.

Participação popular nos processos e decisões: a participação popular nos processos e decisões a serem tomadas durante a identificação dos problemas; o planejamento e execução da pesquisa-ação, tendo em vista garantir a co-autoria; produção coletiva e o sentimento de pertencimento dos moradores neste processo.

Inclusão Social: garantia de inclusão de todos os moradores na regularização de moradia e no processo de requalificação do edifício (mesmo aqueles que não tem nenhuma renda), buscando caminhos jurídicos, sociais e financeiros que garantam a sua permanência no imóvel;

Sustentabilidade: A capacitação dos moradores e o envolvimento de outros parceiros, e do entorno no projeto como garantia de continuidade e sustentabilidade das ações e conquistas, mesmo quando as duas faculdades envolvidas deixarem o projeto.

2.4. A PESQUISA-AÇÃO: A Metodologia Escolhida

Este projeto de doutorado intitulado “Percepção de Risco Ambiental em um Cortiço Vertical: uma metodologia de avaliação” escolheu a pesquisa-ação por ser a mais apropriada para a produção deste estudo, em função de seus objetivos principais e os específicos.

2.5. OBJETIVOS

Objetivo Geral:

- Desenvolver metodologia de avaliação de percepção de risco para monitorar e gerenciar

as situações de perigo em comunidades que residam em habitações precárias verticalizadas.

Objetivos Específicos:

- Construir instrumento de avaliação de percepção de risco, em saúde ambiental, que possa ser aplicado no seu monitoramento;
- Desenvolver metodologias de avaliação participativa em áreas afetadas por situações perigosas, visando o gerenciamento dos riscos a elas inerentes;
- Analisar a relação da percepção do risco em si e os desdobramentos deste vivenciados pela população durante o processo do estudo longitudinal;
- Oferecer subsídios aos órgãos públicos para formulação de políticas, programas e intervenções em gerenciamento de riscos nos cortiços verticalizados.

Segundo BARREIRA (2000), a pesquisa-ação ou pesquisa participante é parte essencial no processo da avaliação participativa.

De acordo com CARVALHO (2000), a avaliação participativa nasce a partir da pesquisa-ação, tendo propósitos, princípios, procedimentos e estratégias muito próximas a este tipo de pesquisa. Possui como eixo fundante, a mobilização, a participação dos envolvidos, como modo privilegiado de apreender o pluralismo social na avaliação de um dado programa ou organização prestadora de serviços sociais. Por ser uma pesquisa-ação, partiu-se de um estudo longitudinal²⁴, com a população de um cortiço vertical buscando levantar os dados dos sujeitos e ambiente; identificando os tipos de riscos as quais estão expostos, assim como as questões referentes aos riscos em saúde ambiental percebidas por eles em seu cotidiano. Metodologias de investigação e ação no

²⁴ Estudo longitudinal é uma pesquisa que acompanha os sujeitos da pesquisa por um determinado período, aqui foi de 2003 a 2006.

campo social assumem característica sócio-relacional; exigem o estabelecimento de relações pautadas na confiabilidade, junto aos seus interlocutores, informantes e beneficiários da ação. De resto, sua aplicação subordina-se ao contexto em que é aplicada; exige plasticidade para embeber-se do contexto.

Toda metodologia social oxigena seus processos de investigação /ação no contexto e conjuntura das comunidades e nas próprias demandas e potências dessas mesmas comunidades.

Assim, metodologias de investigação/ação, neste campo, possuem outra particularidade: exigem relações de proximidade, buscando emancipação; exigem adesão, participação e co-autoria do público a que se destina.

Mas a importância do “ambiance” e contexto vão além. Neste projeto, quer-se conhecer as percepções de risco junto a um grupo da população que resiste a dar visibilidade a suas condições de moradia e privacidade, no geral pela sua precariedade (vergonha de expô-la) e clandestinidade.

2.6. “AMBIANCE” DO OBJETO DE ESTUDO

Partimos do conceito de THIBAUD (2004) sobre *ambiance*²⁵ para compreender o nosso objeto de estudo. O autor utiliza o conceito *ambiance* para explicar a experiência do homem em uma forma específica de espaço nos seus aspectos naturais e organizados. A experiência vivida no espaço contém a história social, na qual o indivíduo se inscreve, e a

²⁵ Utilizamos a palavra *ambiance* em francês, pois ao buscarmos em português não encontramos uma que a traduzisse, e a mais próxima é palavra *ambiência*. Segundo o dicionário Aurélio *ambiência* significa “meio material ou moral onde se vive”; “meio ambiente”; ou ainda, “o espaço, arquitetonicamente organizado e animado, que constitui um meio físico e, ao mesmo tempo, meio estético, ou psicológico, especialmente preparado para o exercício de atividades humanas”; “ambiente”.

história do próprio indivíduo, que por sua vez vão definir uma específica história de vida, em relação a qual o sujeito vivencia o ambiente.

2.6.1.O “Ambiance”:Território

O cortiço verticalizado, objeto de intervenção do projeto interdisciplinar, localiza-se na Rua Sólón, entre a Rua Neves de Carvalho e a Rua Anhaia, no Bairro do Bom Retiro, um dos bairros mais velhos da área central da cidade de São Paulo. Neste trecho da Rua Sólón, as edificações são de três a quatro pavimentos, abrigando confecções, bar, oficina, prédios residenciais, um colégio, entre outros.

Foto 6: Localização do Cortiço Vertical (Maplink, 2006)

O Bom Retiro foi considerado um bairro rural no século XVII, com chácaras para o retiro das famílias paulistanas nos fins de semana e para atividades como caça e pesca. A urbanização do Bom Retiro teve lugar na década de 1880 e caracterizou- o como bairro proletário e de imigrantes que se instalaram, precariamente, em habitações coletivas, cortiços, que abundavam nessa época na cidade, que não dispunha de alojamento suficientes para abrigar a mão de obra que chegava na busca de melhores condições de

vida. A primeira hospedaria de imigrantes estabeleceu-se neste bairro. Inicialmente, predominaram os italianos; depois, os judeus, gregos e árabes; hoje, é um bairro de coreanos e bolivianos.

O Bom Retiro já nasceu como bairro fabril. Na virada do século, a fábrica textil já era a terceira maior indústria da capital, empregando mais de trezentos trabalhadores, em sua grande maioria estrangeiros. O Bom Retiro, hoje, é conhecido como um Centro de Moda Popular, concentrando os “*show-room*” das confecções, combinado a um forte comércio atacadista que inclui aviamentos e tecidos para a indústria da moda. Hoje, este comércio vem sendo fortemente desenvolvido pelos coreanos, responsáveis pela renovação do bairro (SAMPAIO, 2005; TRUZZI, 2001). Em consequência, é um bairro com muitas oportunidades de emprego, atrativo principal para aqueles que não possuem uma qualificação, particularmente nas áreas de estocagem.

A edificação predominante no bairro é de dois pavimentos, característica das edificações do começo do século passado. O cortiço da Rua Sólon, faz parte da verticalização do bairro, a partir da década de 1980. Porém, apesar da verticalização ali presente, o cortiço da Rua Sólon, ainda é um destaque na paisagem urbana do bairro, conforme podemos ver abaixo.

Foto 7: O cortiço vertical no bairro (Mendes, 2006).

É nessa condição que a pesquisa sobre a percepção de risco em saúde ambiental dos moradores do Cortiço Vertical da Rua Sólon tornou-se imprescindível: ou seja, a história vivenciada pelos moradores, num tempo e espaço definidos. Como a história social vivida inscreve-se na história pessoal de cada um, interferindo no modo como percebem este ambiente.

Segundo THIBAUD²⁶ (2004), a contextualização permite compreender as atividades desenvolvidas pelos indivíduos na forma como as vivenciam, as apreendem e vêem.

2.6.2. “Ambiance”: História

“O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor.” (TUAN, 1983:6)

A história do Cortiço da Rua Sólon inicia na década de 70, com a construção de um edifício de oito andares. Segundo SAMPAIO (2003), o início da construção deste edifício ocorreu entre o fim da década de 70 e início de 80, passando por vários proprietários. O primeiro iniciou a obra e a interrompeu na terceira laje, em consequência de uma falência. O outro proprietário, Pedro Liberato, construiu mais cinco andares e abandonou o edifício inacabado, deixando um zelador tomando conta da edificação.

O zelador residia no prédio, e como ficou sem receber os seus salários, começou a alugar espaços no prédio como forma de compensação. Alugava os espaços para amigos e

²⁶ Para THIBAUD (2004) o “ambiance” possui seis dimensões: vivencial, espacial, temporal, sensorial e simbólico.

conhecidos próximos. Eles compravam “a chave”²⁷ para entrar e depois pagavam um aluguel.

É assim que, no início da década de 80 começa o processo de invasão do edifício, de forma espontânea, por meio de famílias que iam chegando e “alugando os espaços”. Tais famílias foram delimitando suas áreas nas lajes, levantando paredes, construindo a rede de água e de luz de forma precária, colocando janelas, etc. A rede de esgoto era a única existente. A água foi trazida do térreo, e sua a rede foi sendo construída externamente em função da instalação de banheiros e cozinhas das unidades, conforme pode ser visto abaixo. Como resultado desta prática, o prédio não tem coluna de água e tampouco caixa d'água e , portanto, depende do fluxo da água vinda da rua. A conta de água é coletiva, para qual os moradores conseguiram uma taxa social e, assim, mais barata.

Foto 8: Rede de água externa (Mendes, 2004)

Havia no subsolo, no espaço destinado a garagem, a estocagem de vários materiais de construção comprados pelo antigo proprietário, tais como janelas, portas, esquadrias, tubulação para a rede de água e luz, etc. Os primeiros moradores se apropriaram destes

²⁷ O zelador pedia um valor para a entrada no imóvel que não era barato, pois girava em torno de R\$ 2.000,00 e depois eles pagavam aluguel.

materiais para finalizar os apartamentos, instalando o encanamento para a água e para o esgoto, fechando paredes internas e colocando janelas e portas.

No começo não havia luz o que motivou os primeiros moradores a realizar uma instalação clandestina, roubando luz do poste da rua. Volta e meia ficavam sem luz, pois esta instalação clandestina não suportava a carga solicitada. A instalação da luz interna das unidades habitacionais, também foi feita de forma bem precária.

No início da década de 90, com a ajuda de um político, conseguiram instalar um relógio coletivo no térreo, conforme a exigência da ELETROPAULO, comumente instalado em favelas, no qual a conta de luz é rateada entre os moradores.

O cortiço passou por quatro ameaças de despejo, sendo apenas uma delas verdadeira, as demais foram manobras de grupos oportunistas e invasores.

A primeira ordem de desocupação foi em 1991, um falso despejo orquestrado por um senhor que vinha aplicando este golpe na região, passando-se por proprietário do imóvel com documentos falsos com timbre da Prefeitura. A segunda, a única verdadeira, foi em 1994, uma ação desencadeada pelo Banco Itaú, vizinho de muro, solicitando a retirada das famílias em função da situação de risco do prédio. Em 2001, houve outra ameaça de despejo desencadeado por um movimento popular que queria retirar os moradores e invadir o local. No segundo semestre de 2001, houve uma ordem de desocupação, mas contundente, decorrente da ação em curso proposta pelo Banco Itaú desde 1994, chegando a ponto de a PMSP fazer o cadastramento de todas as famílias.

Desde o início, os moradores vêm tentando se organizar como grupo. Frente à ameaça de despejo em 2001, buscaram mais informações e o movimento popular de moradia, União de Luta dos Cortiços (ULC) que os apresentou para a ONG Gaspar Garcia, um escritório de advocacia do terceiro setor.

Pode se dizer que foi em 1991 que o grupo de moradores começou a se organizar e a lutar pelo uso do prédio. Organizaram-se e contrataram um advogado para defendê-los da ação de despejo, descobrindo, nesta época, que não precisavam pagar aluguel para o zelador. Assim, o zelador perde o poder no cortiço e alguns moradores invadem os espaços vazios ainda existentes: os últimos andares e o espaço vazio do elevador.

Foi também nesta época que se iniciou o adensamento no prédio, até então com vinte famílias. A situação clandestina de moradia mais a ameaça de despejo fizeram com que as famílias comesçassem a vender parte dos seus apartamentos, desencadeando um forte processo de adensamento no prédio. Com este processo em curso, o prédio chegou a ter 72 famílias lá residindo.

Em função do adensamento do prédio, as famílias que habitavam os últimos andares ficaram com problemas de abastecimento de água, pois a pressão não era suficiente para fazê-la subir nos horários de maior movimento. A SABESP, em função da falta de caixa d'água, aumentou a pressão de vazão da rede de água no prédio, permitindo que os moradores do oitavo andar recebessem a água em seus apartamentos.

Mas apesar das tentativas esparsas de organização foi com a entrada da FAU/USP, em 2002, que a coordenação dos moradores se efetiva e as ações, até então dispersas, são direcionadas. Fundam a Associação de Moradores, entram com a ação de usucapião coletiva por meio da Ong Gaspar Garcia, iniciam um trabalho coletivo no prédio como os mutirões de limpeza e demolições. É também nesta época que a Secretaria Municipal de Habitação passa a atuar no prédio, intervindo na remoção de 30 famílias a pedido da FAU.

Segundo SAMPAIO (2003), foi realizado um estudo pelos alunos da FAU, em 2002, que compreendeu: um levantamento das características sócio-econômicas dos

moradores, da planta física do cortiço vertical, número e área de unidades, o uso do espaço comum e a planta baixa de luz e água e esgoto. Foi produzido, também, o redesenho das unidades do cortiço, pois havia um super adensamento populacional nas unidades e nos andares. Unidades com áreas que não atendiam os mínimos exigidos por lei e unidades construídas em áreas não permitidas, tais como o fosso do elevador, o oitavo andar e o subsolo. Assim, o redesenho das unidades permitiu um pré-projeto, feito de acordo com as exigências da Prefeitura, para ser beneficiado pelo “usucapião urbano”, uma vez que a maior parte dos moradores residia no prédio entre 5 e 14 anos. Esta planta das unidades resultou um projeto de sete andares, com seis unidades por andar.

Segundo SAMPAIO (2003), o escritório Gaspar Garcia iniciou o processo de usucapião coletivo do prédio em 2002. Frente às exigências da lei de usucapião urbana, somente os moradores com mais de cinco anos foram incluídos no processo. Em consequência a esta situação, foi feita uma negociação da saída dos moradores com menos de cinco anos de moradia no cortiço. A saída de trinta famílias do prédio ocorreu no mês de agosto de 2003, intermediada pelas lideranças. A Secretaria da Habitação forneceu passagens e abrigos para as famílias retirantes. Desta saída resultou a permanência de 42 famílias.

Após a retirada das famílias que não atendiam os requisitos, e motivados pela FAU os moradores que ficaram iniciaram, nos fins de semana, a derrubada das paredes irregulares nos andares térreo, subsolo e oitavo andar e fecharam o buraco do elevador. Iniciaram, também, um mutirão de limpeza na área comum interna do prédio e no teto dos vizinhos, “antigo depósito de lixo” dos moradores. Retiraram os portões nos andares e puseram um portão na entrada externa do prédio.

Fotos 9 e 10 : Mutirão no andar térreo e mutirão no oitavo andar , (Mendes,2003)

No mês de dezembro de 2003 ocorreu a Semana do Cortiço Vivo, promovida pela FAU/USP, coordenada pela Profª Maria Ruth Amaral de Sampaio. Baseada na experiência do LABORATÓRIO DE PROJETO INTEGRADO E PARTICIPATIVO PARA REQUALIFICAÇÃO DE CORTIÇO²⁸, teve por objetivo reunir alunos e professores de várias faculdades da USP e moradores do cortiço, a fim de levantar dados, elaborar projetos de arquitetura hidráulica e elétrica destinada á requalificação do edifício.

Fotos 11 e 12: Alunos e Moradores e Professores e Autoridades na Semana do Cortiço Vivo (Mendes, 2003)

Nessa Semana, os alunos da FAU redesenharam um novo projeto arquitetônico das unidades habitacionais, levando em consideração a demanda da população para que todos os apartamentos tivessem metragens iguais, independentemente do tamanho da família.

A ação de usucapião coletiva foi indeferida em 2004 e os moradores tiveram que

²⁸ Projeto de extensão universitária interdisciplinar elaborada pela FAU/USP e realizado em 1999.

entrar com uma nova ação de usucapião individual e coletiva, a qual ainda está em curso.

Na gestão Marta Suplicy (2001- 2004) a Secretaria Municipal de Habitação acenou com várias propostas para o cortiço, mas nenhuma se concretizou. A única atuação efetiva da Secretaria foi a de remoção de 29 famílias. Na gestão de José Serra (2005 até hoje) a proposta política para o Centro mudou e a Secretaria Municipal de Habitação teve um contato com os moradores do cortiço, informando que só poderia fazer algum trabalho depois que os moradores conseguirem o usucapião.

Com a entrada da FSP no projeto piloto da FAU em 2003, as propostas de atuação ampliaram , dando prosseguimento aos trabalhos com a população do cortiço. Em 2004, o IPT integra-se ao projeto, desenvolvendo um trabalho de capacitação em prevenção e combate ao incêndio com os moradores. A FAU consegue outros parceiros no decorrer do projeto: o Banco ITAU, A ONG Tecnologia de Sistema de Engenharia, a confecção Quick Silver e a YKK (fábrica de zípers e esquadrias).

O Projeto Interdisciplinar ganha força e é assumido pela população, ocorrendo várias mudanças e alterando o comportamento e atitude dos moradores. São feitas várias reformas no prédio: a rede de energia elétrica, a troca da fiação elétrica nas áreas comuns e nos apartamentos, ventilação e iluminação natural nos corredores, demolição do oitavo andar e a reforma do telhado, retirada de um morador do subsolo, reforma da fachada do prédio e a colocação de novas janelas. Este processo vem desencadeando um forte envolvimento dos moradores em ações coletivas e uma relação de pertencimento.

2.6.3. “Ambiance” : Perfil dos moradores

Em maio de 2006 foi aplicado um questionário em todos os moradores do cortiço. A partir dos dados levantados, buscamos traçar o perfil dos moradores.

Hoje o cortiço possui sete andares, tendo na maioria seis unidades habitacionais. A distribuição dos apartamentos se dá conforme quadro abaixo:

Gráfico 1: Número de apartamentos por andar do Cortiço da Rua Solon, São Paulo, 2006

O prédio abriga hoje 42 famílias, totalizando 172 pessoas. A média de moradores, por unidade habitacional, é de quatro pessoas, variando de 1 a 11 moradores.

Gráfico 2: Número de moradores por unidade habitacional, São Paulo, 2006

Os apartamentos possuem tamanhos variados, desde o tamanho original da planta do edifício que consiste em cinco cômodos (dois dormitórios, um banheiro, uma sala, cozinha e área de serviço) até dois cômodos (uma sala/dormitório/cozinha e um

banheiro). A grande maioria das unidades habitacionais (69%) tem três cômodos com múltipla função (69,6%): pode se dizer que não existe sala, pois a grande maioria das salas são, também, quarto e cozinha.

TUAN (1983:65) faz uma interessante reflexão sobre o tamanho do espaço de moradia, que de certa forma aparece nos dados levantados.

“(...) quanto espaço um homem necessita para viver confortavelmente não tem uma resposta simples. O espaço como recurso é uma apreciação cultural.”

A maioria dos moradores (52,4%) está satisfeita com o tamanho atual de seus apartamentos, e se somarmos com os mais ou menos, atingirá um total de 69,5 %. Isso indica que o tamanho do apartamento não é a questão prioritária, no momento, apesar do apinhamento visível.

Gráfico 3: A porcentagem do Grau de Satisfação dos Moradores da Rua Solon em relação ao tamanho de seus apartamentos, maio 2006

Os moradores do cortiço apresentam um tempo médio de residência em São Paulo de 14, 9 anos e no cortiço de 9,4 anos. Várias famílias residentes no cortiço têm parentesco entre si, geralmente irmãos e primos, indicando a forte concentração de

migrantes de Pernambuco, Maranhão e Bahia.

O cortiço é constituído de uma população jovem, já que 83,7 % da população tem até 40 anos, sendo que 23,8% são constituídas de crianças com até 10 anos.

Gráfico 4: Número de Moradores do Cortiço da Rua Solon, segundo a Faixa Etária, 2006.

A grande maioria dos moradores trabalha no centro (85,3%). Segundo os relatos dos moradores, muitos deles vão a pé para o trabalho.

Gráfico 5: Porcentagem dos Moradores do cortiço da Rua Sólón, segundo local de trabalho, 2006.

Morar e trabalhar no Centro é uma situação altamente valorizada pelos moradores, pois significa mais oportunidades de emprego e menos gastos com condução, pois podem trabalhar a pé. A escola também é muito valorizada, pois o centro tem mais opções

educacionais, tanto públicas como conveniadas, como é o caso da escola da LBV (Legião da Boa Vontade), considerada por eles como uma excelente escola.

Apesar de a grande maioria trabalhar no centro, 27 % não são registrados, e muitos deles alegaram que os patrões só acenam com a possibilidade de “registro em carteira” depois de completar seis meses de casa. Abaixo, um gráfico com o perfil da situação previdenciária dos moradores que trabalham.

Gráfico 6 : Proporção dos moradores trabalhadores do cortiço da Rua Solon segundo a situação previdenciária,2006

Os moradores apresentam uma média de R\$ 1198,47 de renda familiar e a média de seus salários é de R\$480,00. A média da renda familiar é alta, pois todos adultos de uma família de modo geral trabalham. Por outro lado, a média dos salários é baixa, girando em torno de 1 ½ salário mínimo que corresponde a empregos que não exigem uma qualificação e nem um nível alto de escolaridade. As atividades exercidas pela grande maioria dos moradores são ajudante geral, estoquista, carregador, doméstica, cozinheira, auxiliar de revisão, catadora de lixo, etc.

Conforme gráfico abaixo, a maioria dos adultos tem o ensino fundamental incompleto (47,6%), alguns deles estudaram até o 4 ano .Os moradores com mais de 18 anos que possuem o nível superior e que aparecem na tabela acima, são os filhos dos responsáveis das famílias entrevistadas, pertencentes, portanto, à segunda geração.

Gráfico 7: Distribuição dos moradores do cortiço da Rua Sólon, com mais de 18 anos segundo o nível de escolaridade, 2006

Legenda: 1º = ensino fundamental , 2º = ensino médio , 3º = ensino superior

O estudo é altamente valorizado entre eles, observável na segunda geração (os filhos) que apresenta um nível de escolaridade melhor do que a deles, como pode se ver no gráfico abaixo. Todas as crianças estudam. Apenas uma que é portadora de necessidade especial está fora, pela dificuldade de encontrar uma escola que a acolha.

Gráfico 8: Distribuição dos moradores do cortiço da rua Sólon, menores de 18 anos segundo o nível de escolaridade, 2006

Legenda: 1º = ensino fundamental , 2º = ensino médio

Com relação à saúde, os moradores auto-avaliam como boa (50,6 %); todavia 60,5 % dos moradores relatam ter uma ou mais doenças. As doenças mais relatadas são as ligadas a questões alérgicas: bronquite, asma, sinusite e rinite que sinalizam para ambientes com mofo, umidade, problema de ventilação, entre outros, encontrados no cortiço.

Gráfico 9: Auto-avaliação dos Entrevistados do cortiço da Rua Solon em relação a sua saúde e de seus familiares, 2006.

2.7. OS SUJEITOS DA PESQUISA:

Os sujeitos desta pesquisa foram as 42 famílias residentes no edifício, com as quais foi aplicado um questionário no próprio domicílio. Buscando conhecer a história do cortiço e dos moradores, foram selecionados cinco moradores para uma entrevista de adensamento, em função da sua participação ativa na história do prédio: quatro mulheres e um homem.

2.8. OS INSTRUMENTOS

2.8.1. Planilha da Análise Preliminar de Perigo (APP)

A análise preliminar de perigo (APP) é um procedimento qualitativo estruturado

que tem por objetivo identificar os perigos presentes que podem provocar eventos indesejáveis²⁹. A APP é desenvolvida numa planilha padronizada na qual são identificados os perigos, as causas, os efeitos (consequências) e as categorias de severidade correspondente. (CETESB, 1999)

Assim, para elaborar uma análise preliminar de perigo sob a ótica de uma assistente social, a planilha citada acima foi adotada e preenchida pelo próprio pesquisador no início da pesquisa (primeira fase), a partir dos dados levantados em diversas visitas e na semana do Cortiço Vivo.

Na sequência, os dados registrados em tal planilha foram apresentados, debatidos e co-validados nas reuniões mensais com os moradores.

Nessa planilha seis aspectos foram abordados:

- **Perigo:** situação crítica que pode causar um ou mais danos indesejáveis;
- **Risco:** os possíveis danos indesejáveis provocados pela situação de perigo;
- **Causa:** o que pode provocar o acontecimento do risco;
- **Efeito:** o que pode acontecer caso o risco se transforme em fato;
- **Impacto (I1):** o tamanho do impacto: alto, médio ou baixo;
- **Probabilidade do risco (P2):** alta, média e baixa;
- **Aceitabilidade do risco (A3):** não tolerável, gerenciável e negligenciável;
- **Recomendações:** medidas preventivas para minorar o risco.

No terceiro momento da segunda fase, uma planilha similar, em linguagem mais acessível, foi elaborada e aplicada junto aos moradores para permitir comparação e atestar mudanças.

2.8.2. Questionário

Foi elaborado um questionário estruturado para ser aplicado no final da pesquisa.

²⁹ Este procedimento é originário do Departamento de Defesa dos EUA

Este questionário foi aplicado no domicílio com um dos responsáveis pelo apartamento durante o mês de abril e maio de 2006. Ele foi dividido em várias secções para contemplar os dados do entrevistado e sua família, do apartamento, dos recursos utilizados no entorno, da saúde do entrevistado e de sua família, dos riscos existentes e como os identificam. A primeira parte contemplou a composição familiar, situação ocupacional dos membros da família, renda familiar, gastos mensais. A segunda abordou as condições de habitabilidade da moradia, avaliação do grau de satisfação dos moradores com as condições do apartamento e do prédio e a qualidade de vida percebida no bairro. A terceira cobriu a auto-avaliação dos moradores em relação à saúde, avaliação das situações de perigo no prédio e a participação em projetos habitacionais. As questões voltadas para a avaliação dos moradores quanto a saúde, a qualidade de vida percebida no bairro, o grau de satisfação do apartamento e do prédio e as situações de perigo foram feitas por meio de perguntas utilizando uma escala de graduação (escala Likert), conforme pode ser observado em anexo.

2.8.3. O diário de campo do pesquisador

Foi um instrumento adotado pelo pesquisador no qual este registrou todas as impressões colhidas durante o processo da pesquisa, tais como: impressões e observações obtidas nas visitas ao cortiço, nas reuniões com a população, nas reuniões com os agentes públicos. Foi instrumento importante no momento da análise dos dados.

2.8.4. Entrevistas

Foram feitas entrevistas com vários profissionais que ao longo da pesquisa tiveram participação no processo de requalificação do cortiço. Os profissionais entrevistados pertenciam a diferentes segmentos: poder público, terceiro setor e acadêmico. As entrevistas foram feitas a partir de um roteiro com questões semi-estruturadas (em anexo).

Foram feitas também, conforme já mencionadas, cinco entrevistas com moradores do prédio. Nestas, o roteiro foi estruturado com base em cinco questões (em anexo), visando capturar, nas histórias pessoais, a história do cortiço.

Todas as entrevistas foram gravadas.

Segundo MINAYO (1996), o roteiro de entrevista é um instrumento que serve para orientar a comunicação entre pesquisador/pesquisado, bem como os dados a serem levantados. Para registrar a fala dos informantes, valeu-se igualmente da anotação simultânea e/ou depoimento gravado.

2.8.5. Reuniões com os moradores

As reuniões com os moradores foram feitas por meio de grupos construtores com foco nas situações de perigo existentes. Visaram refletir os possíveis riscos e soluções coletivas partindo de fotografias do edifício habitado, expostas em um painel. Os grupos construtores tiveram como função refletir e buscar propostas para os problemas levantados. Posteriormente, os grupos compartilhavam suas propostas com os demais moradores em reuniões plenárias, buscando consolidar a construção de uma proposta comum a todos.

2.8.6. Registro fotográfico

Foram realizados dois tipos de registro fotográfico: um feito pela autora deste projeto e outro pelos moradores. Os moradores fotografaram as situações perigosas que identificaram em seu habitat. Estas fotografias foram reveladas e utilizadas nas reuniões dos grupos construtores e na composição do relatório que elaboraram.

Já a autora fotografou todo o processo da pesquisa, buscando registrar todas as atividades importantes no cortiço, tais como: a Semana do Cortiço Vivo, os mutirões, a capacitação da brigada de incêndio, as reformas, as alterações de hábitos, etc.

2.8.7. Pôster

A proposta do pôster surgiu na primeira reunião com os moradores, após a ocorrência de um incêndio. Era um pôster com vários registros fotográficos das atividades coletivas no cortiço: os mutirões, as demolições, a Semana do Cortiço Vivo, os lanches, as crianças brincando no corredor, etc. A intenção era levantar a auto-estima dos moradores, mostrando o quanto eles tinham investido no prédio e as alterações que produziram. O pôster retratava o cotidiano no cortiço e as mudanças ocorridas. É desta forma que ele passa a ser incluído nas reuniões.

2.9 – O PROCESSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

PESQUISA-AÇÃO

ESTUDO LONGITUDINAL : 2003/2006

PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NAS TOMADAS DE DECISÕES

Toda atividade humana, inevitavelmente, envolve riscos. Pode-se dizer que o risco é a probabilidade da ocorrência de um evento indesejável associado à magnitude dos danos possíveis. Tal evento poderá ter uma magnitude de pequena monta - portanto negligenciável - ou grande – logo, não tolerável. Ele pode ocorrer a curto, médio e longo prazo, tornando-se desta maneira imprevisível.

Por isso, é necessário avaliar seu impacto e propor um plano de gerenciamento. O risco está presente na vida cotidiana e o homem exerce suas atividades com base na probabilidade de sua ocorrência; entretanto, ele reage aos riscos conforme a percepção que tenha das situações de perigo potencial, mediadas por informações, valores e crenças.

A ausência de informação sobre os riscos no cotidiano doméstico, institucional ou público obscurece as questões de saúde ambiental presentes (violência, precariedade, carências, drogas, doenças, acidentes) e a possibilidade de minorá-los. Por sua vez, a falta de reconhecimento das situações de perigo, processadas nestes ambientes leva tanto os profissionais como a população a minimizar o risco, alterando a percepção coletiva, sobre os possíveis riscos ambientais presentes neste cenário.

A prevenção de riscos está relacionada a questões sócio-econômicas e políticas que agravam as condições de vida da população. Entretanto, é necessário estimular a participação dos cidadãos no enfrentamento de problemas concretos da comunidade, oferecendo subsídios para que possam situar-se diante de si e do mundo, e para a tomada de decisões frente às situações de perigo.

Em síntese, este projeto é uma pesquisa-ação que partiu de um estudo longitudinal³⁰ com a população de um cortiço vertical, buscando identificar como as questões referentes à saúde e ao meio ambiente eram percebidas e elaboradas por eles no seu cotidiano.

Por ser uma pesquisa avaliativa, sua metodologia consistiu num estudo longitudinal do processo de percepção de risco ambiental dos moradores do cortiço, por um período de dois anos (2004-2006). Este tempo foi considerado apropriado para o reconhecimento das mudanças ocorridas na percepção coletiva da população ali residente.

Neste projeto, ocorreram duas fases distintas:

A primeira (2003/2004) constituiu-se na aproximação e no estudo avaliativo do

³⁰ Estudo longitudinal é uma pesquisa que acompanha os sujeitos da pesquisa por um determinado período, aqui foi de três anos.

universo, o cortiço vertical da Rua Sólon. Nesta fase foram feitas diversas análises preliminares de perigo, várias visitas e contatos com os moradores, visando levantar a história do cortiço. Esta fase incluiu também a participação, como ouvinte, em diversas reuniões da FAU com o Poder Público (Secretaria Municipal da Habitação) e o acompanhamento dos trabalhos da FAU no cortiço, tais como: a Semana do Cortiço Vivo, pesquisas de campo e teórica sobre a temática.

Constituiu-se na melhor aproximação ao objeto de pesquisa, considerando o fato de que pertencíamos ao quadro de pesquisadores da Faculdade de Saúde Pública, que entrou no projeto quando já se havia se iniciado boa parte das ações. Era preciso ganhar confiança junto aos moradores, mas sobretudo, junto aos parceiros. Era preciso “ganhar espaço num território já habitado”.

Em junho de 2004, ocorreu um incêndio no edifício, exigindo o apoio direto e próximo aos moradores. A atuação da Faculdade de Saúde Pública se fez necessária nas orientações e avaliação das situações de risco presentes.

A partir daí inicia-se a segunda fase, a mais fecunda da pesquisa-ação propriamente dita. Nesta fase é possível destacar três momentos no acompanhamento da vida do cortiço, que se deu por um período de dois anos (2004-2006).

O primeiro momento foi a apresentação deste projeto para os moradores, quando discorreu-se sobre as reuniões, a formação dos grupos construtores e a elaboração de um plano de gerenciamento e monitoramento dos riscos.

No segundo momento foram realizadas várias reuniões com a população envolvida,

nas quais foram apresentados os dados coletados, os perigos existentes levantados por técnicos, os perigos percebidos pelos moradores registrados por meio de fotografia, possíveis soluções para os problemas apresentados e a capacitação dos moradores em prevenção e combate de incêndio.

Estas reuniões foram desenvolvidas por meio de grupos construtores que refletiam sobre os dados apresentados sobre o cortiço, definiam as prioridades, buscavam soluções e construía um plano de ações.

As reuniões realizadas com os moradores neste período permitiram constituir uma brigada de incêndio no prédio, construir coletivamente um plano de gerenciamento e monitoramento de risco em saúde ambiental³¹ e desencadear melhorias no prédio desenvolvidas pelos moradores.³²

O terceiro momento ocorreu com a finalização do plano de gerenciamento pelos grupos construtores, aplicando após, um instrumento de percepção de risco no qual se buscou avaliar o conhecimento adquirido nas reuniões e as mudanças na percepção coletiva da população moradora do Cortiço da Rua Sólon.

Paralelamente, foram entrevistados alguns técnicos pertencentes a vários setores: público, terceiro setor e acadêmico, focalizando a percepção dos mesmos sobre os perigos existentes no cortiço e sobre as propostas de intervenção existentes.

Foi utilizado, também, um diário de campo para registro das observações da pesquisadora, durante o processo da pesquisa, instrumento valioso no momento da análise dos dados.

³¹ As reuniões mensais foram desenvolvidas valendo-se de algumas técnicas de dinâmica de grupo, quando se percebia que o grupo carecia de algum facilitador para elaborar, compartilhar e refletir no processo de construção do plano de gerenciamento de risco para o cortiço.

³² Conseguiram, neste período, várias melhorias no prédio: mutirões, reforma da rede elétrica, fiação dos corredores, dos apartamentos, reforma do telhado, reforma na fachada, etc.

2.9.1. A Dinâmica do Grupo Construtor

As reuniões com os moradores, por meio de “grupos construtores” foram realizadas nos moldes de uma ”pesquisa-ação” concebidas por THIOLENT (1985:14):

“... um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, e nos quais os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.”

Os grupos construtores, inicialmente, foram formados pelos moradores que mais participavam das atividades coletivas; entretanto, com a capacitação de uma brigada de incêndio, logo no início, alterou um pouco esta composição. A escolha dos participantes da capacitação foi em função dos andares, ou seja, era necessário ter três representantes de cada andar. Assim, o grupo construtor passou a ser composto pelos vinte e sete moradores inicialmente selecionados para a capacitação. Entretanto, no decorrer somente vinte e um permaneceram no processo, os mais atuantes do prédio.

A Dinâmica utilizada nas reuniões com os moradores para trabalhar a percepção de risco era:

- Identificação do perigo e dos riscos: quais são?

- Análise qualitativa do risco: que tipo de risco?
- Análise quantitativa do risco: qual é a intensidade do risco?
- Planejamento e resposta ao risco: o que deve se fazer? O que pode fazer?
- Controle e Monitoramento do Risco: como fazer e como vigiar?

Nestas reuniões eram avaliados e discutidos os perigos existentes no cortiço, tal como percebidos pela população: fiação elétrica precária, botijão de gás, lixo, infiltração, etc. As situações de perigo existentes apresentadas por meio de fotografias produzidas pelo pesquisador, mas também e, sobretudo, pelos moradores foram viabilizadas pelo empréstimo de máquinas fotográficas. A intenção da fotografia era levar os moradores a rever e re-significar os perigos existentes e refletir sobre os possíveis riscos.

Os moradores participantes das reuniões, na maioria das vezes, eram divididos em seis grupos, que tinham como missão identificar os diversos perigos existentes, fotografando-os. Com este facilitador, na sequência, procediam à reflexão e análise preliminar de perigo. Assim, os grupos discutiam as causas, as possíveis consequências, o que podia ser feito com base nos recursos existentes e a estratégia de ação.

Em função do incêndio no prédio, os grupos construtores iniciaram suas discussões a partir da precariedade da rede elétrica, buscaram estratégias para permanecer no prédio e minorar os riscos a que estavam expostos, criando uma série de regras e condutas na utilização da eletricidade. O grupo construtor solicitou uma capacitação de prevenção e combate de incêndio, formando posteriormente a brigada de incêndio no prédio. A proposta de capacitação dos moradores em prevenção foi acionada a partir do projeto, em desenvolvimento, de gerenciamento de risco ambiental pelos moradores, levando-os a planejar ações no prédio, analisando os perigos existentes, os riscos (não só de incêndio), a forma de solucioná-los, o grau de prioridade, o que poderia ser feito por eles.

CAPÍTULO 3:

A PERCEPÇÃO DE RISCO AMBIENTAL NUM

CORTIÇO VERTICAL

Fotos 13 e 14 : Lixo no vizinho (Morador,2005) Rede de Esgoto(Morador,2005)

Fotos 15 e 16: Infiltração em um apartamento (Morador,2005) Objeto na janela(Morador,2005)

Fotos17 e 18 : Corredor pichado (Morador,2005) Infiltração na garagem(Morador,2005)

3.1. A PERCEPÇÃO DE RISCO DO PESQUISADOR

Toda atividade humana, inevitavelmente, envolve riscos. O homem na vida cotidiana exerce suas atividades na base da probabilidade da vivência de eventos danosos.

“Na vida cotidiana é impossível calcular com segurança científica a conseqüência possível de uma ação, pois não haveria tempo para fazê-lo frente à múltipla riqueza das atividades cotidianas”. (HELLER, 1970, p.30)

O risco está presente na vida cotidiana e o homem exerce suas atividades com base na probabilidade de sua ocorrência; entretanto, ele reage aos riscos, conforme a percepção que tenha das situações de perigo potencial, mediadas por informações, valores e crenças.

A ausência de informação sobre os riscos no cotidiano doméstico, institucional e público obscurece as questões de saúde ambiental presentes (a violência, a precariedade de vida, as carências, as drogas, as doenças, os acidentes...) e a possibilidade de minorá-los. Por sua vez, a falta de reconhecimento das situações de perigo, processadas nestes ambientes, leva tanto os profissionais como os leigos a minimizar o perigo, alterando a percepção coletiva sobre os possíveis riscos ambientais, presentes neste cenário.

No início da pesquisa, o cortiço da Rua Sólon era visto pelo pesquisador como uma das paisagens da pobreza brasileira, na qual todas as carências inscritas são o espelho da profunda desigualdade social presentes na sociedade brasileira, sitiada e represada pelos muros do apartheid. Apesar de saber que os cortiços em geral apresentavam situações de risco, estes se mantinham invisíveis. Identificá-los e dimensioná-los tornou-se um desafio a ser enfrentado.

Para tal, era necessário, **rever** as situações de perigo com outros olhos e atribuir significados.

3.1.2. A EXPERIÊNCIA DE VER: Os perigos do cortiço

“... o usuário da cidade é o emissor dos signos de um tempo de uso urbano e o pesquisador os reelabora em um tempo de interpretação que procura ordená-los, estabelecer-lhes as igualdades e diferenças a fim de perceber os significados a eles subjacentes e por eles representados.”
(FERRARA, 1999:66)

A primeira visita ao cortiço foi feita em conjunto com o professor da Faculdade de Saúde Pública responsável pelo projeto de comunicação e gerenciamento de risco ambiental. As percepções eram diversas e diferentes, pois foram olhares de um assistente social e de um engenheiro de saneamento ambiental. As condições de precariedade eram gritantes, o olhar do assistente social era mais subjetivo e estava voltado para o todo - o ambiente e os moradores e o do engenheiro para as partes, a objetividade da totalidade, ou seja, a rede elétrica, a rota de fuga, a fragilidade das esquadrias, a rede de esgoto, a rede hidráulica, o lixo, entre outros.

O aprendizado, ao ver as situações de perigo, aparece como um processo investigativo de um crime. O primeiro momento foi o de identificar cada situação e refletir sobre ela: quais os riscos, quais os mais prováveis, quais magnitudes portavam, e relações de dependência existentes que potencializassem o risco. O processo foi o de como descobrir o(s) culpado(s) de um crime. Era necessário levantar as pistas e analisá-las em que e como uma levava a outra. Apesar de ter familiaridade³³ com projetos de construção civil, o olhar investigativo foi o de um profissional da área social que buscou captar os dados percebidos, por meio de seu referencial informacional, o que exigiu revê-

³³ A pesquisadora é filha de um arquiteto que cresceu assistindo e visitando as inúmeras obras que seu pai projetou e administrou. Além desta experiência, a pesquisadora é formada em decoração de interiores e já administrou várias reformas, principalmente, elétricas e hidráulicas.

los e resignificá-los.

Partiu-se primeiro de informações técnicas sobre o prédio. O Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) produziu um laudo sobre a edificação, por solicitação da FAU e PMSP, na qual constata que os riscos oferecidos pela estrutura do prédio eram riscos negligenciáveis³⁴ (SAMPAIO, 2003a). Portanto, a aparência da estrutura do prédio sinalizava uma situação de perigo que não combinava com a realidade.

Depois se caminhou para a observação propriamente dita. A rede elétrica é a que chamava mais atenção. Sua precariedade revelava, de fato, uma situação de perigo grave. Toda instalação elétrica estava comprometida, desde o poste até os apartamentos: fiações elétricas soltas, desencapadas e emendadas, constituindo uma situação de alto risco, apesar de não apresentar nenhum histórico de incêndio, no prédio, até aquele momento.

Fotos 19 e 20 : Ligação da rede elétrica externa e Distribuição de energia no prédio (Mendes, 2003)

A rede elétrica estava instalada num relógio comunitário que possuía uma capacidade abaixo do consumo do prédio, sobrecarregando a debilitada fiação. Os chuveiros elétricos nos apartamentos foram instalados com amperagem inadequada. A distribuição de energia no prédio era feita num conduíte interno sem proteção e a fiação elétrica externa solta no teto, com muitas emendas e sem fita isolante, conforme foto abaixo, oferecendo perigo de incêndio.

³⁴ Não existe nenhuma edificação que não ofereça riscos, todas estão sujeitas aos riscos, pelo menos a riscos negligenciáveis, ou seja, probabilidade e magnitudes de pequena monta. (AMARAL E SILVA, 2001).

Fotos 21 e 22 : Fiação elétrica nos andares (Mendes, 2003).

Mas o grande perigo no caso de um incêndio eram os portões de ferro existentes em todos os andares. Cada andar tinha dois portões de ferro, um para o corredor dos apartamentos da frente e outro para o corredor dos apartamentos dos fundos. Estes portões de ferro tinham um cadeado, cujos donos da chave eram os moradores dos apartamentos daquele corredor no andar. Esta era a forma que os moradores encontraram para garantir sua segurança “contra invasores”.

Este corredor, limitado pelo portão de ferro, transformava-se, durante o dia, em área de lazer das crianças pequenas. A percepção da violência era maior do que outros riscos que o portão apresentava, mas o fato é que os portões de ferro, trancados com cadeado, ofereciam risco de vida aos moradores. Em caso de incêndio, estes portões poderiam potencializar a magnitude dos danos e a morte de moradores, ao impedir a saída deles, pois sendo de ferro ganhavam temperatura alta rapidamente, impossibilitando a necessária abertura e a rota de fuga. Entretanto, a entrada principal, no térreo, era aberta com uma escada de acesso a todos os andares, sugerindo a baixa confiança dos moradores uns com os outros.

Fotos 23 , 24 e 25 : Portão de ferro nos andares e Entrada do prédio sem portão (Mendes.2003).

A rede de água foi construída externamente, conforme iam chegando os novos moradores, em função da instalação de banheiros e cozinhas das unidades. O prédio não tem coluna de água e tampouco caixa d' água, portanto, depende do fluxo da água vinda da rua. A SABESP, em razão da falta de caixa d' água, aumentou a pressão de vazão da rede de água no prédio, para que os moradores do oitavo andar a recebessem em seus apartamentos. Apesar da precariedade da rede, o prédio não apresenta uma situação de alto risco à saúde dos moradores. Os danos são de pequena monta, circunscrito ao problema de abastecimento temporário.

Foto 26 : Rede de água externa (Mendes, 2003)

Já a rede de esgoto apresentava situação de alto risco, expondo os moradores a doenças, pois ela também foi construída externamente e o cano de PVC não agüenta exposição ao sol e tampouco a suspensão, rompendo com frequência. O cano de PVC, ademais, estourava com o peso, inundando o térreo e a passagem lateral de resíduo líquido proveniente do esgoto. A passagem lateral tinha um agravante, por ser irregular, a água não escoava, concentrava-se toda numa depressão, necessitando que alguém retirasse. Foi observado que toda vez que estourava o cano, havia uma demora para retirar, pois dependia da boa vontade de alguém fazer o serviço, expondo a todos aos dejetos ali dispostos.

Fotos 27 e 28: Consertos na rede de esgoto, Empoçamento de água e esgoto no corredor (Mendes, 2003).

A fragilidade da fixação das janelas foi outra situação constatada de perigo, podendo se desprender com facilidade, voar, cair em cima de alguém, machucar, colocando em risco até o próprio morador do apartamento.

Foto 29 : A fragilidade das esquadrias (Mendes , 2003)

Outra situação de perigo apresentada foi o hábito dos moradores colocarem vasos de flores, caixas, roupas e brinquedos nas janelas. Como o prédio é alto e isolado e a correnteza de ar, em volta, é muito forte, leva embora os objetos colocados próximos à janela.

Fotos 30 e 31 : Objetos na janela (Mendes, 2003).

Como se trata de uma habitação precária verticalizada, não obedece nenhuma das normas de segurança exigidas, ou seja, extintor de incêndio nos andares, rota de fuga, porta corta fogo, etc.

Foto 32: Escada sem corrimão , sem luz e sem extintor (Moradores, 2005).

O lixo foi um dos grandes problemas no convívio coletivo, tanto dos moradores entre si como deles com o entorno. Apesar da coleta de lixo ser regular no bairro e o prédio ter uma lixeira no térreo, conforme as normas exigidas pela PMSP, as áreas comuns do prédio estavam sempre sujas, pichadas, com fezes de cachorro, restos de comida, latas de refrigerante, etc.

Fotos 33 e 34: Corredor e Entrada do prédio pichada (Mendes, 2003)

O comportamento dos moradores frente aos riscos expostos aponta, já de início, para algumas considerações:

- A entrada do prédio era aberta e qualquer pessoa poderia entrar e sair a qualquer hora, indicando a dificuldade dos moradores de se apropriarem de seu habitat;
- A área coletiva aberta no prédio se iniciava pela entrada da rua; atravessava o corredor da lateral, as escadas, e uma parte do oitavo andar. Eram considerados espaço de ninguém, dos excluídos, tanto que os marginais, os usuários de drogas e assaltantes costumavam adentrar no prédio e se refugiar nos últimos andares. Não era raro a polícia entrar no prédio atrás de “bandido”;
- Nas áreas comuns do prédio havia lixo espalhado, urina e fezes de cachorro. O teto dos vizinhos de parede, por outro lado, era coberto de lixo jogado pelos

moradores do cortiço. Portanto, os moradores sentiam-se merecedores do mesmo tratamento que o teto dos vizinhos, como se este espaço lhes fosse hostil, de não pertencimento;

- Auto-exclusão simbólica dos moradores, tratando aquele seu espaço como a sociedade os vê: sujos e clandestinos.

O lixo acumulado nas escadas foi outro perigo não percebido pelos moradores: um habitat de roedores e insetos bem como uma excelente combustível para um incêndio. Abaixo, algumas das doenças transmitidas pelos roedores e insetos comuns em habitações precárias em função do contato com lixo, esgoto a céu aberto e falta de higienização, desratização e dedetização.

Quadro nº 3 : Doenças Transmitidas por Roedores e Insetos

Animais	Doenças
Rato	Tifo, peste, leptospirose.
Mosca doméstica e Varejeira	Febre tifóide, verminose, gastroenterite.
Barata e Formiga	Febre tifóide, giardíase, doenças gastrintestinais.
Mosquito	Dengue, malária, febre amarela, leishmaniose.

Fonte: www.amda.org.br

O Banco Itaú, um dos vizinhos de muro, entrou com uma ação de despejo da população residente no prédio, alegando risco ambiental em decorrência do lixo jogado pelos moradores em sua propriedade. Os moradores tiveram que colocar uma rede de proteção, exigência feita pelo Banco no processo.

Fotos 35 e 36 - A rede de proteção e Imóvel do Banco Itaú (Mendes, 2003)

O outro vizinho colocou, por sua conta, uma rede de proteção em cima de sua propriedade, que serve de anteparo para o lixo jogado pelos moradores, evitando assim que este caia em sua propriedade.

Fotos 37 e 38 : O Lixo jogado no teto e A Rede de Proteção no teto do vizinho (Mendes, 2003).

3.1.2.1 – A Organização dos Dados

Após a nossa observação das situações de perigo, partimos para a elaboração de uma planilha a fim de organizar os dados levantados e poder refletir sobre eles.

Adotamos os conceitos utilizados pela CETESB (1999) para elaborar uma planilha de análise preliminar de perigo e adaptamos a uma linguagem mais simples. Nesta planilha seis aspectos foram abordados:

- 1-Perigo:** situação crítica que pode causar dano;
- 2-Risco:** eventos com probabilidade de ocorrência de danos indesejáveis;
- 3-Causa:** o que pode provocar o acontecimento do risco;
- 4-Efeito:** o que pode acontecer caso o risco se transforme em fato;
- 5-Impacto (I1):** o tamanho do impacto: Se é alto **A**, médio **M**, ou baixo **B**;
- 6-Probabilidade do risco (P2):** Se é alta **A**, média **M** e baixa **B**;
- 7-Aceitabilidade do risco (A3):** Se o risco é não tolerável **NT**, gerenciável **GE** ou negligenciável **NE**;
- 8-Recomendações:** As medidas preventivas para minorar o risco.

Quadro 4 :Planilha Analise Preliminar de Perigo

Perigo	Risco	Causa	Efeito	I1	P2	A3	Recomendações
Rede Elétrica Precária	Incêndio	Curto circuito Superaquecimento da fiação	Perda de Bens Mortes Queimaduras graves Despejo Intoxicação	A	A	NT	Monitoramento das condições de perigo do relógio Reforma da Rede elétrica, Porta-contra-fogo, extintores.
Instalação elétrica precária nos apartamentos	Incêndio	Super aquecimento da fiação, sobrecarga de vários aparelhos ligados num mesmo ponto.	Morte de moradores Queimaduras graves Perda de bens e documentos	A	A	NT	Refazer toda instalação elétrica dos apartamentos Capacitação sobre instalação elétrica nos apartamentos
Portões de ferro nos andares	Impedimento de fuga	Super aquecimento das grades em função do incêndio Perda das chaves	Morte por incêndio, pisoteamento e fraturas em função do pânico Queimaduras graves	A	A	NT	Retirada dos portões dos andares Criar regras de convivência Colocar um portão na entrada
Rede de esgoto suspensa	Exposição a doença Obstrução da entrada e saída do prédio	Rompimento do duto em função do peso	Alagamento na passagem lateral Propagação de doenças e insetos Sujeira no prédio	A	A	NT	Instalação da rede no térreo segundo as normas da Sabesp
Lixo	Aparecimento de roedores e Insetos Doenças	Entulho, lixo a céu aberto	Propagação de doenças Mortes	M	M	GE	Mudança de costumes, orientação e educação sócio-ambiental
Fixação das janelas	Soltar em função de ventania	Instalação precária	Acidentes graves, danos	A	A	NT	Instalação de esquadrias segundo as normas de edificação.
Objetos, roupas e plantas na janela	Queda de objetos	Vento, chuva, o próprio morador pode derrubar sem querer	Danos (quebrar o vidro, objeto, automóvel,etc) Machucar alguém – Leve até Grave Morte	M	M	GE	Mudança de comportamento e hábitos por meio de orientação, capacitação dos moradores

No final do segundo semestre de 2003, um capitão do Corpo de Bombeiros³⁵ elaborou uma avaliação preliminar dos riscos de incêndio (em anexo). Algumas questões abordadas passaram despercebidas para o pesquisador, em razão de seu referencial informacional ser ainda restrito.

Apresentou novas informações importantes, tais como: a ausência de portas corta-fogo e corrimão nas escadas, que potencializavam os riscos em caso de incêndio; propagação de fumaça nas rotas de fuga, prejudicando, conseqüentemente, a saída dos moradores e a entrada dos bombeiros; as passagens abertas das fiações elétricas que também eram outro condutor de fumaça e, por último, o lixo existente nos andares, material de fácil combustão em caso de incêndio; a inexistência de hidrantes e de caixa d'água para apagar o fogo; e, finalmente, a existência de botijões de **gás liquefeito de petróleo** de 13 kg, nos apartamentos, onde apenas um seria o suficiente para por o prédio no chão.

LEAL (2003)³⁶ termina sua avaliação com a seguinte recomendação:

“Para este tipo de residência, por força do Decreto Estadual nº 46.076/2001, que institui o Regulamento de Segurança contra Incêndio no Estado de São Paulo e suas respectivas Instruções Técnicas, o Corpo de Bombeiros exige extintores de incêndio, rede de hidrantes e iluminação de emergência, acrescidos de brigada para combate a princípios de incêndio. Estes itens devem ser apresentados em um projeto específico com responsabilidade técnica de engenheiro de segurança.”

As recomendações feitas pelo capitão eram muito mais difíceis de serem postas em prática do que as imaginadas pelos coordenadores do projeto. Eram recomendações para prédios da “cidade legal”, ou seja, aqueles enquadrados na legislação vigente. As

³⁵ Este capitão era mestre em Saúde Ambiental da pós-graduação da Faculdade de Saúde Pública.

³⁶ Avaliação Preliminar de risco de Incêndio – julho de 2003, em anexo.

múltiplas irregularidades do cortiço inviabilizavam uma série de medidas possíveis, levando todo o corpo técnico do projeto a buscar novas alternativas com maior viabilidade. Por exemplo, a colocação dos extintores de incêndio exigia uma autorização do corpo de bombeiros, bem como a capacitação dos moradores em uma brigada de incêndio. Por outro lado, o Corpo de Bombeiro não daria uma autorização sem antes o prédio reformar a rede elétrica, colocar porta corta-fogo, corrimão, acabamento nas escadas, entre outros. O conjunto destes serviços demandava um custo que os moradores não teriam condições de arcar, desestimulando qualquer iniciativa.

Por outro lado, não existia nenhum programa de gerenciamento de risco nas secretarias municipais. Os serviços existentes eram para pós incêndio, constituídos dos chamados recursos assistenciais de emergência para compensar danos materiais às famílias atingidas (distribuição de colchões, cobertor, cesta básica e a remoção das mesmas para outro local). Auxílios diretos em melhorias no cortiço só poderiam ser destinados por meio de programas habitacionais de interesse social existentes mas, para tal, teriam de ganhar a ação de usucapião.

Em busca de alternativas, nos deparamos com o programa desenvolvido pelo IPT³⁷, que consistia na capacitação em prevenção e combate em incêndios voltados para os moradores de favelas, decorrentes de contrato com a Prefeitura.

Esta capacitação, desconhecida pelos funcionários da Prefeitura, veio de encontro às expectativas do projeto de comunicação e gerenciamento de risco ambiental em curso no cortiço, agregando novos conhecimentos e somando experiências. O contrato do IPT com a Prefeitura de São Paulo facilitou a implantação

³⁷ Programa de Segurança Contra Incêndio em Assentamentos Urbanos Precários - PSIAUP

de capacitação no cortiço. Entretanto, como o cortiço não fazia parte do contrato firmado, os extintores foram doados pela ABIEX e os equipamentos de proteção contra incêndio foram doados pelo IPT.

3.2.A HISTÓRIA DO CORTIÇO CONTADA PELOS MORADORES

“O que começa como espaço indiferenciado, **um espaço para morar**, transforma-se em **lugar** à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor... Quando o **espaço** se torna familiar, transforma-se em **lugar**.”
(TUAN, 1983:6)

O cortiço vertical da Rua Sólon, transformou-se com o tempo, em **lar** de seus moradores, em **lugar** carregado de significado onde as histórias individuais e coletivas são vividas e construídas. O lugar aqui são os espaços de moradia, que prenhes de valores são transformados no lócus da família, onde indivíduos nascem, crescem e morrem; o território da intimidade, onde se gesta a história pessoal de cada um, o espaço dos cuidados e da proteção da família. (MENDES, 1998).

Buscamos, nos depoimentos de cinco moradores³⁸, retomar (rememorar) a história do cortiço da Rua Sólon, uma história que revela, igualmente, a trajetória do trabalhador pobre, migrante, em busca de moradia na grande cidade de São Paulo.

“A exploração e a violência sociais concretizam, através de mediações, sempre no particular, que é a unidade do singular e do universal”. (CIAMPA, 1990:127).

ROMEU PÓS-MODERNO

Esta é a história de um casal que vive há dezenove anos juntos; eram adolescentes quando se uniram, possuem hoje três filhos adolescentes e moram num dos apartamentos da Rua Sólon. Romeu tem 37 anos e Julieta tem 34 anos.

³⁸ Os nomes dados a todos os personagens nas histórias contados aqui são fictícios

Tudo começou quando Julieta fez dezesseis anos e veio do Rio Grande do Norte tentar a sorte em São Paulo. Foi morar com seu irmão em uma “pensão” no centro da cidade. Seu irmão dividia um quarto, nesta “pensão”, com outros amigos e um deles era Romeu, um jovem de dezoito anos. *“Quatro meses depois da chegada de Julieta, estávamos vivendo juntos e dividíamos os nossos sonhos numa cama de solteiro no quarto de pensão dividido junto com o irmão de Julieta e um primo. Era o suficiente para nós”*.

O romance passou despercebido pelos companheiros de quarto, mas foi ganhando força e logo veio um bebê a caminho, desejado e festejado pelo casal de adolescentes. Entretanto, quando Julieta chega aos seis meses de gravidez percebem que precisam de mais espaço e de mais infra-estrutura em suas vidas. *“Precisávamos de um fogão para fazer comida, pois o bebê a caminho precisava ser alimentado adequadamente; não podíamos mais levar uma vida desregrada alimentando-se de lanches e refeições esporádicos”*. Alugaram um cômodo só para eles.

A gravidez é uma experiência desconhecida para ambos; o pré-natal é feito adequadamente na Santa Casa e é lá que recebem informações. O médico era visto como um ser superior e o que ele falava não era questionado. As informações e o acompanhamento, no entanto, parecem ter sido feitos sem comprometimento. *Julieta perde o bebê por ter passado do tempo e, o pior, colocando em risco sua vida, pois iniciou um processo de infecção por conta da morte do bebê. Descobrem isto de forma dolorosa, na noite de Natal, quando pensavam serem dores de parto normal, em um outro hospital da rede pública. Os médicos informam que o bebê estava morto e que precisavam fazer uma cesariana para salvar a vida de Julieta, e que, para tal, o casal precisa pagar a parte da anestesia. “Na hora me comprometi a pagar, não tinha nem o dinheiro da condução”, diz Romeu*. Comprometeram-se com o que não tinham e descobriram depois que fora um erro médico. Conseguem sair sem pagar.

Romeu e Julieta vão atrás de uma nova moradia depois que ela engravida, um ano depois de ter perdido o primeiro bebê. O cortiço da Rua Sólon aparece como opção de fugir do aluguel, ter mais privacidade e mais espaço. *“Reuni todas as nossas economias, vendi um vídeo-cassete e comprei o apartamento de um morador.”* Avalia que pagou uns R\$ 3000,00 reais, de hoje, na época. Mudam para o cortiço em 1991, época em que as pessoas já não pagavam mais aluguel e seu apartamento tinha sido

invadido por um morador do quarto andar. *“Como ninguém tinha morado lá antes, tive que colocar janelas, encanamento, fiação elétrica, vaso sanitário, tudo, para a gente entrar.”* Foi morar no sétimo andar, não teve problema de abastecimento de água, pois nesta época não tinha muita gente no prédio. Julieta tem o seu segundo filho, um mês depois que se mudou para lá. Como o prédio não tem elevador foi carregada numa cadeira quando chegou do hospital, costume adotado pelos moradores quando uma mulher chega do hospital.

Três meses depois que mudaram o prédio ficou sem luz durante oito meses. *“Eu andava pelos andares com uma lata furada e uma vela no meio, um perigo, mas era o que dava para fazer na época”.* Foi ele quem trouxe os irmãos para morar no prédio; hoje cinco deles e duas sobrinhas moram no prédio. Sua mãe também mora lá com a irmã.

Julieta tinha muito medo de morar no prédio quando ventava ou chovia, o barulho do vento era intenso no buraco do elevador, parecia que ia desmoronar. *“Em dia de chuva o prédio lembrava o “Titanic”, ele ficava todo coberto de nuvens. No oitavo andar parecia que você tocava nas nuvens cinza carregadas de raio e trovão. Eu ficava no térreo esperando a chuva passar.”.*

Tentaram sair do cortiço duas vezes, mas tiveram que retornar, pois era a melhor opção que tinham. A primeira vez eles venderam seu apartamento do sétimo andar e resolveram voltar para o Nordeste, mas seu filho não se adaptou lá, teve alergias e diarreia sem parar. Voltaram depois de três meses e compraram um cômodo no buraco do elevador no oitavo andar; só depois de seis meses conseguiram comprar um apartamento maior no sexto andar. Ficaram um ano neste apartamento, quando apareceu uma proposta de um apartamento na COHAB, na Cidade Tiradentes; resolveram trocar, pois a ação de despejo movida pelo Itaú em 1994, os tinha deixado inseguros, queriam algo seu. O apartamento da COHAB apareceu como uma possibilidade de melhoria de vida, sair da clandestinidade que o cortiço os colocava. *“O sonho se transformou em nosso maior pesadelo, a pior época de nossas vidas, uma fase negra danada. O custo de vida lá era muito caro, para tudo você precisava de condução, encarecendo o orçamento. Trabalho só tinha no centro e gastava dez reais por dia de condução e duas horas de locomoção, era muito dinheiro. Tinha dias que não tinha dinheiro para comprar o leite dos filhos. Estava tão desesperado que estava*

fazendo qualquer coisa, até encher pneu de trem”. Durante essa fase que diz ter sido a pior fase de sua vida, Romeu chegou a dormir num Fusca de um amigo para economizar na condução. *“Nesta época eu era o maloqueiro honesto”*. A situação estava tão ruim que resolveram voltar para o cortiço. Julieta teve que superar seu medo de morar lá; assim retornam em 1997.

Com a venda do apartamento da COHAB compraram o seu apartamento atual com uma sala e cozinha dividida por um biombo de madeira fixa, um quarto grande dividido em dois por uma cortina e um banheiro que é, também, sua área de serviço, tendo, no máximo, uns 36 metros.

Participou, desde o início, em todas as questões do prédio, nas gambiarras no poste de luz da rua, nas reuniões com o advogado, etc. Segundo Romeu: *“Passamos por poucas e boas, pessoas querendo passar a perna em nós, outros se aproveitando da nossa situação”*. Tiveram que correr atrás de informação, pois não entendiam nada, criando oportunidade para os golpistas de plantão tal como o falso despejo que ocorreu logo que mudaram para lá e o pessoal do movimento dos sem teto, que estava articulando a saída deles, junto com uma moradora do prédio, em 2001.

Em 1994, o prédio foi interditado, em função de uma ação do Itaú. *“A necessidade faz a hora, primeira fomos atrás de um político depois das informações para enfrentar os outros problemas”*. O deputado procurado nesta época foi do PT e conseguiu negociar a permanência deles no cortiço com CONTRU - órgão da Prefeitura responsável pela fiscalização. O CONTRU fez uma série de exigências para a permanência deles no local. Foi nesta época que eles conseguiram o relógio comunitário e fizeram a reforma da rede elétrica e colocaram um corrimão na escada. Com estas medidas conseguiram, por um tempo, não serem mais importunados pelo Poder Público.

Romeu conta que foi nesta época que aumentou o número de pessoas no prédio, pois os moradores ficaram com medo do despejo (a possibilidade agora tinha se tornado mais real), começaram a vender parte de seus apartamentos, pois era uma forma de perder menos naquilo que tinham investido. O aumento destas pessoas no prédio alterou o perfil dos moradores. Começaram assim os pequenos roubos, de marginais que se escondiam no prédio. Em função disto os moradores, buscando segurança para suas famílias, colocaram os portões nos andares. *“Sabia que o portão*

era um perigo, mas a segurança da família vem em primeiro lugar, não podia dar moleza para a violência e a marginalidade no prédio". Com a entrada da FAU, em 2002, mudou a interação dos moradores, pois ela foi responsável pela interdição do oitavo andar e o "desadensamento" de 30 famílias no prédio. Quando o oitavo andar foi interditado acabou a bagunça dos marginais, no prédio, e com a saída das famílias os problemas de roubo diminuíram bastante.

Em 2001, houve outra ameaça de despejo, desencadeado por um movimento popular dos "sem teto" auxiliado por uma moradora do prédio. *"Foi no mesmo dia da queda das torres em Nova York, aquela confusão lá, e nós aqui com a ameaça de despejo"*. Receberam várias ameaças. As ações do Itaú estavam em curso e a Prefeitura foi ao prédio fazer o cadastramento para a retirada dos moradores. Ao buscar ajuda na ULC, descobriram o envolvimento da moradora e da invasão em curso. Em função da nova ordem de despejo tiveram uma reunião na Prefeitura, na Secretaria Municipal de Habitação e conseguiram adiar a saída dos moradores. Segundo Romeu: *"Conseguimos adiar, conversando, mostrando quem éramos nós e a realidade da situação."* A Prefeitura ia tirá-los de lá, mas não havia nenhum projeto para aquele prédio, iria simplesmente lacrá-lo. Os moradores mostraram que já havia um outro grupo pronto para invadir o prédio assim que eles saíssem. *"Mostramos que eles só iriam trocar os moradores, o melhor era achar uma solução com nós dentro."* O CONTRU tinha um laudo técnico negativo do prédio em relação à estrutura. *"Conseguimos uma outra visita do CONTRU no prédio que constatou que o risco assinalado não tinha comprometido a viga como eles pensavam."* Com relação à fiação elétrica se comprometeram a fazer mais uma vez a sua reforma.

Mas foi com a entrada da FAU que as coisas começaram a caminhar. Até então, *"os moradores só conseguiam se unir na hora do aperto, não davam continuidade. A professora³⁹ é a nossa fada madrinha, sem ela não teríamos chegado até aqui. As coisas foram acontecendo, pois ela foi colocando ordem, dando uma direção. A Gaspar Garcia tem nos ajudado na ação de usucapião, mas é ela quem tem feito as coisas acontecerem. Veja, outro dia, teve um cara num carro de bacana que parou na frente do prédio e perguntou se tinha apartamento para vender. Hoje o prédio não*

³⁹ Coordenadora do Projeto Interdisciplinar

parece mais cortiço, até tem nome: Edifício União.” Romeu diz que o centro é o melhor lugar para morar, tem trabalho, tem boas escolas, tem bons hospitais em volta, tem condução para tudo que é lugar, tudo é concentrado e não precisa pegar condução e a segurança é melhor que na periferia.

DIANA, A DESTEMIDA

Diana tem quarenta anos e é natural do Paraná, mas sua família veio para São Paulo ainda quando ela era pequena. Em 1989, Diana, com três filhos, terminou um casamento; como não tinha para onde ir, foi morar com a mãe no interior.

“Mas não deu certo! Trabalhava durante a semana em São Paulo e nos fins de semana ia para casa da minha mãe. Meu pai me falou de um lugar que ficava em São Paulo; era um cantinho cedido por um amigo num cortiço sem a menor infraestrutura. Eu não comprei o apartamento. Acabei vindo por conta de relações do meu pai. Não me interessava se aqui não tinha porta, não tinha janela, o importante é que eu teria pela primeira vez o meu canto. Então não era uma questão de escolha, porque eu não tinha escolha. Não precisei comprar a chave, mas pagava aluguel, Cr\$400,00 cruzeiros na época, o que hoje seria uns R\$500,00 reais.”

Entrou num apartamento totalmente inacabado, sem porta, sem janela, sem luz, sem água, sem nada. A princípio morou com sua irmã e seu pai; seu pai ficava durante a semana. Trouxe para o apartamento um colchão, um rádio a pilha e sua mala de roupa. Na primeira semana, seu pai fez a ligação do encanamento da água no apartamento, colocou uma torneira na área de serviço no lugar destinado ao tanque. Depois de uma semana, colocou uma pia para poder fazer o café e a comida. *“Fomos fazendo aos pouquinhos, puxamos um fio de luz do corredor, colocamos as portas e janelas. Os meus filhos vieram no final do ano.”*

Diana foi morar no cortiço em 1989, tinha na época uns vinte e três anos. *“Ou eu ficava na casa da minha mãe, ou vinha para cá tentar a vida sozinha com meus filhos. Então no início foi um sonho, estou na minha casa, é meu pela primeira vez, meus filhos vão poder fazer o que quiserem. Mas quando eu vi a coisa, não era bem assim. Eu não tinha uma televisão, não tinha geladeira, não tinha mesa, não tinha nada. Eu tinha uma mala de roupas e os três filhos para criar, foi porque eu vim, porque eu entrei”.*

Morar no centro, para Diana, não tinha muita diferença porque ela trabalhava na Lapa, na época, e para ela tanto fazia; Pirituba ou centro, o tempo de condução era quase o mesmo. Quando chegou só havia dezesseis famílias, era a única a morar no quarto andar, do quarto até o oitavo não tinha ninguém. Pagou aluguel por aproximadamente, um ano e meio, até cortarem a água e a luz. Os moradores descobriram, então, que o “síndico” estava recebendo dinheiro da água e da luz, mas não pagava as contas.

“O prédio teve três despejos, o primeiro deles foi um despejo falso, foi em 1991, achamos que era de verdade, ele tinha até documento impresso da prefeitura. O segundo, em 1994, o único verdadeiro, foi do ITAU, contratamos um advogado, pagamos ele por um bom tempo (uns seis meses), uns R\$20,00 reais por família, por mês, aí ele nos liberou, pois o processo estava parado. Mas além do advogado, tivemos que correr atrás de ajuda, pois houve uma série de exigências para nós permanecermos aqui. Um deputado Henrique Pacheco nos ajudou na negociação, colocou uma pessoa de um movimento popular para nos organizar e arranhou um engenheiro para fazer a reforma da rede elétrica. Foi nesta época que nós conseguimos o relógio coletivo de luz e a ligação da água. Pagamos o engenheiro, mas ele desapareceu e não fez o serviço. O Deputado pôs uma líder de movimento para nos ajudar a nos organizar, mas os moradores não gostavam dela. Ela era uma pessoa que chegava aqui e não ia perguntar a sua opinião a respeito disso, ela falava “tem que ser assim”. E não é assim, quem mora aqui somos nós, tem que ser do jeito que atenda a gente, a gente mora aqui, então não é porque é bom para você que é bom para gente. E a gente batia muito de frente, porque quando eu sugeri de fazer a reforma que está aqui hoje, ela disse: “imagina, vocês não tem condições de fazer isso, vocês querem o quê? Contratar a Andrade Gutierrez para fazer?” Ela foi muito grossa. A gente sabe que não tem condições de arrumar uma Andrade Gutierrez, mas a gente pode tentar, que foi o que a professora⁴⁰ conseguiu para a gente. E a gente juntando aos poucos para conseguir fazer. Ai eu falei: olha gente, na minha opinião não dá para continuar com ela; aí a gente a dispensou.

O terceiro foi falso, também, em 2001, foi uma coisa arrumada por uma ex-

⁴⁰ Coordenadora do Projeto Interdisciplinar

moradora daqui, com um outro movimento dos sem teto. Apareceu uma pessoa armada nos ameaçando, dizendo que não era para a gente procurar ninguém que estava dominado. Mas eu não entendia o linguajar deles, e eu falava: está dominado por quem? Por quê? O que está acontecendo? Ele falou: não queira saber, vocês vão ter 48 horas para sair e acabou”.

Foi marcada uma reunião com os moradores e resolveram enfrentar a situação e buscar ajuda na União de Luta pelos Cortiços (ULC), movimento que já tinham contatado anteriormente. Ao contatar o pessoal da ULC, perceberam que eles não queriam se envolver com o cortiço, diziam que eles já faziam parte de outro movimento. Apesar de afirmarem que não, a ULC ficou receosa, mas deu algumas orientações e colocou-se a disposição. *“Mas o movimento que a ULC falava que estava atuando aqui, na verdade era aquele grupo que estava querendo invadir aqui. Eles iam entrar, e já tinham falado com todos os outros movimentos, que eles mandavam aqui”.*

Ao informar a ULC sobre a pressão do despejo vão descobrir a existência de manobras nos movimentos. São informados de novo pela ULC. *Uma pessoa da ULC nos falou: “vocês não estão ligadas ao movimento tal?” - Não. “Mas consta aqui que vocês estão” - Mas nós não estamos, estamos precisando de ajuda. “Então eu vou fazer o seguinte: não vou me encontrar com vocês aí no prédio, porque eu não quero arrumar confusão e eu sei que a pessoa que está por trás disso mora aí”. Aquela coisa assim, meio de medo; - A pessoa que mora aqui quer por a gente para fora? Como é que é isso? “Então faz o seguinte: a gente se encontra ali na rua do lado”. Esta pessoa da ULC disse: “se vocês não estão em movimento nenhum, a gente pode ajudar vocês, podem entrar na ULC e vocês vão ser muito bem recebidos e não se preocupem com o despejo porque vocês não vão sair, isso daí não é um despejo de verdade”. - Mas como é que você sabe? “Não, é manobra de movimento, não se preocupe” A partir deste acontecimento, a ULC passou a nos orientar, como nos organizar, para onde nos dirigir. Começamos a participar das reuniões da ULC, mas a gente já tinha tido uma experiência com o movimento da Verônica, que a gente não gostou muito. Lá também fomos considerados preguiçosos, mas na verdade não sabíamos o que fazer. - Qual é o primeiro passo? Perguntamos. “O primeiro passo é vocês abrirem uma organização, tem que registrar os moradores”. Apresentaram-nos a Gaspar Garcia*

que montou nossa associação e deu entrada na ação de usucapião, e sempre que precisamos de advogados, contamos com eles. Mas abrir a associação não foi fácil, milhões de fantasias passavam pelas nossas cabeças, quem vai ser o presidente, como ficar responsável por um prédio nestas condições? Posso sujar meu nome? Tivemos que aprender muita coisa.

Acabei fazendo parte só da diretoria, não tinha tempo para correr atrás das coisas, quem assumiu foi outra pessoa, mais recente no prédio.

Depois da pressão do falso despejo, no mesmo ano, a prefeitura veio em função da ação do ITAU, fizeram o nosso cadastramento para sair do prédio. O Secretário Municipal da Habitação na época, na primeira vez que estive no prédio, ele falou que iria fazer um estudo e dar uma resposta. Tempo depois ele apareceu no prédio e disse “olha, o pessoal da USP vai vir aqui, vai fazer um teste para ver se o prédio vai tremer para ver o que é, e vamos fazendo as coisas por etapas, aos poucos. Enquanto isso, vocês podem ir melhorando na limpeza, na luz elétrica”. Perguntamos para ele: a gente vai gastar em melhoria, mas que garantia a gente tem de que vai ficar aqui? Ele falou: “Nenhuma, o que eu posso tentar fazer para vocês, se forem despejados, eu posso tentar conseguir algumas vagas ali no parque do Gato”; ele nem disse para todos.

Mas as reformas só começaram a acontecer depois que a professora⁴¹ entrou no prédio, foi ela que nos orientou e brigou pela gente na Prefeitura. Em todas as reuniões estava ela lá brigando pela gente. Se não fosse ela, não teríamos chegado até aqui.

MÔNICA, A GUERREIRA

Mônica tem quarenta e dois anos e é natural do Paraná. Em 1990 ela morava de aluguel no centro, em um prédio da cidade formal e legal. Trabalhava numa metalúrgica, mas com a recessão, muitas fábricas fecharam e a dela se mudou para Manaus. “Fui mandada embora, tinha uma filha pequena e não tinha com quem deixar. O Cortiço da Rua Sólon apareceu como única opção. Sabia que era um alto risco, a situação era irregular, ilegal, uma invasão, mas tinha que apostar. Só tinha

⁴¹ Coordenadora do Projeto Interdisciplinar, professora da FAU.

que comprar a chave, que custava em torno de Cr\$60,00 cruzeiros, não era muito dinheiro, mas era um lugar para morar e não tinha que pagar um absurdo de aluguel. Optar pelo cortiço foi um passo difícil e sofrido, eu tinha muito preconceito de lugar assim, mas tinha uma filha, então tudo pesava, tinha que pensar mais no dia de amanhã. Ganhava um salário razoável, mas já sabia da demissão”. Achar um lugar para morar era fundamental. “Conseguir uma cesta básica, com um filho, em São Paulo, é fácil. Tanto hoje como ontem, o pessoal é muito solidário, você vai à igreja faz parte de uma confraternização e você ganha. Mas quando você tem um filho, morar ou viver na casa de alguém, isto sim é muito mais difícil, era uma coisa que eu me preocupava.”.

Comprou a chave do síndico, Sr. Rubens. Tinha conseguido uma vaga para a filha numa creche, UNIBES, considerada uma boa escola.

Não queria voltar para sua cidade natal no Paraná; aqui ela tinha mais oportunidade de emprego e de cursos profissionalizantes. Com o tempo, trouxe seus irmãos que estão até melhor do que ela. Não se arrependeu da escolha, pois pôde dar um futuro melhor para suas duas filhas (estava morando no cortiço quando teve a segunda filha). *“Elas estudaram primeiro na UNIBES período integral, depois foram para a LBV. A LBV foi uma mãe, não só para mim, mas acredito que para todo mundo; porque eu digo, sou sincera, a prioridade não sou eu e sim a estabilidade das minhas filhas. Uma está lá até hoje, era uma escola que eu levava a minha filha às sete da manhã e buscava às sete da noite. Podia sair para trabalhar e se sentir segura. É uma escola que o ensino é mil vezes melhor do que o público, fora os cursos profissionalizantes oferecidos lá, de secretária, de computador... é a educação que vai garantir um futuro melhor para elas”.*

Hoje, Mônica é cabeleireira técnica, trabalha para uma empresa internacional como divulgadora de seus produtos de cabelo voltados para os profissionais do ramo, tais como: tintas, alisantes, hidratantes, xampus, entre outros. Apresenta os produtos e oferece cursos para os cabeleireiros saberem como utilizá-los. Era metalúrgica quando saiu, buscou algo que não dependesse de seu nível de escolaridade; buscou algo que gostasse e o curso de cabeleireiro foi a solução. Fez vários cursos no SENAC, mas acabou se especializando em cabelos.

“Na realidade quando eu vim para cá era uma coisa provisória, mas aí a situação foi decaindo, as coisas foram passando, a situação ficou difícil e eu acabei ficando”. Mônica se queixa da forma como o cortiço é visto pelas outras pessoas. “Às vezes, você escuta coisas pesadas por morar aqui. Eu tinha vários amigos que me abandonaram porque eu estava aqui, vários amigos de fora diziam:- Mônica sai daí, este ambiente não é para suas filhas. Que ambiente? Aqui têm mulheres guerreiras, trabalhadoras, pessoas honestas. Infelizmente o povo só acredita naquilo que ele vê, não acredita naquilo que você é. Eu, que sou uma pessoa de cor, as pessoas hoje têm preconceito de cor de pele, eu não, acho que o maior preconceito é a sociedade.”

“Até a polícia entrava sem o menor respeito tratando todos como bandidos. E, às vezes, a polícia vinha e queria levar o cara e eu falava:- se você levar ele vai ter que levar o prédio inteiro. Eles vinham aqui achando que todo mundo era igual, então você chegava no 2º distrito, “Vixe, é morador do 934”. Numa batida, os policiais entraram aqui e disseram: “nossa, casa de trabalhador”; não mexeram em nada na minha casa, nem na casa dela e em outras casas. Aqui tinha gente que não respeitava o jeito dos outros, você faz da sua vida o que você achar que deve, fecha a sua porta, mas cada um tem a sua vida, cada um, cada um. Só que, às vezes, as pessoas não respeitam, seja o vício da bebida, o fato de jogar o lixo, incomodar a vizinhança, mas ninguém é bandido”.

“Acho que hoje os nossos vizinhos mudaram um pouco a opinião, teve uma mudança muito grande no cortiço depois que a professora entrou. E o pessoal daqui também incomodava muito a população. Incomodava jogando lixo, até hoje tem um, dois, três, mas melhorou bastante. O pessoal demorou em se conscientizar que aqui tinha que fazer uma moradia”.

Quando mudou só tinha apartamentos até o quinto andar, para cima era tudo aberto. Quando o Sr. Rubens vendeu tudo, ele foi embora; aí que os moradores começaram a se organizar.

Mônica, Diana e Romeu faziam parte do grupo de moradores que começaram a se organizar e brigar pelas coisas do cortiço. *“A primeira vez, foi em relação à conta de luz, depois veio o falso despejo, o daquele oportunista Dr. Amauri, vivia dando golpes pelo bairro. Tivemos que ir atrás de advogado e tudo mais, depois foi em 1994, aí uma ação real, movida pelo ITAU. Foi uma fase difícil, pagamos para um engenheiro R\$*

6000,00 reais e ele sumiu com o dinheiro. Mas conseguimos atender em parte as exigências do CONTRU”.

“As reuniões com os moradores naquela época não eram fáceis, não era como hoje; tinha uns que apoiavam e a maioria sempre era contra. Arrecadar dinheiro era uma coisa muito difícil, ninguém acreditava que íamos conseguir alguma coisa. A maioria das pessoas daqui nos intimidava. Nós íamos para reuniões para sermos humilhados, não era você que era dona, mas eles tinham o prazer de chegar lá e falar - vocês não são donos -”.

A experiência com movimentos populares não foi boa. “Nós queríamos chegar lá, mas não conseguíamos, faltava informação. Na época do deputado do PT, teve uma moça de um movimento popular, mas não deu certo, ela era uma pilantra, só queria o nosso dinheiro. Com a ULC, foi diferente, aprendemos bastante coisa. Mas em todos os movimentos éramos questionados, éramos considerados preguiçosos, mas na verdade, muita coisa a gente não entendia, eles estavam mais avançados que nós”.

A ameaça de despejo de um dos movimentos de sem teto foi um grande aprendizado, tiveram que se enfrentar o medo, a desinformação. Foram elas, as mulheres que estavam na liderança, que tiveram que enfrentar o homem que veio ameaçá-las dizendo que tinha que sair em 24 horas. A ULC foi fundamental, os ajudaram a enfrentar esta questão. “Eles foram excepcionais conosco, nos acalmaram com relação à ameaça, nos indicaram a Gaspar Garcia e um outro pessoal da USP que não deu certo. Mas só conseguimos deslanchar com a professora. Até na ação de usucapião, se não fossem os estudantes dela, ainda estávamos arrumando a papelada para dar entrada na ação. Ela trouxe muita gente para cá, professores, alunos, vocês, o IPT, até os nossos vizinhos. Aprendemos muito e mudamos muito também.”

“Aqui sempre tivemos esta virtude de cuidar um do filho do outro, o curso da brigada ajudou o nosso companheirismo. Quando aconteceu o princípio de incêndio em casa, de repente o Messias e o Ari desceram de roupa da brigada prontos para o combate. Nós estávamos acostumados a ir atrás do negócio, e medir força, então a gente aprendeu muito, para mim foi interessante aprender que a gente não tem que ter medo, tem que ter respeito. Quando falaram do curso, eu achei que o pessoal ia lá por obrigação, mas foi uma empolgação, foi muito legal, a participação, e aí a gente

ficava se comunicando com o que era. Sabe, tipo um curso gostoso que todo mundo ficou comentando”.

“Não acreditei quando a reforma da rede elétrica saiu, pelejamos tanto e nunca conseguimos nada. Quem está no prédio há muito tempo sabe, o quanto foi arrecadado para a reforma e não deu em nada. Conseguir chegar ao final foi um milagre. O eletricista, Jarbas, que pessoa especial, o preço que ele fez para nós ninguém faria, ele fez quase de graça, ele nos ajudou a tornar esse sonho possível. Agora todos os apartamentos estão com a fiação elétrica nova. O perigo de incêndio acabou. Estamos vivendo um outro momento, lutamos muito para chegar até aqui; foi difícil, mas graças a Deus chegamos”.

MARIA DAS SETE MULHERES

Maria tem cinquenta e nove anos, sempre morou no bairro e não quer sair. Morava numa casa de aluguel numa Vila atrás do cortiço, era uma casa montada, arrumada e organizada, mas o dono vendeu todas as casas, ela foi a última a sair de lá.

Estava num mau momento de sua vida, tinha uma confecção na Rua Anhaia, com 25 costureiros, desde 1972, mas quebrou e perdeu tudo, seu ex-marido pôs tudo a perder com dívidas e bebida.

Tinha se separado, estava com quatro filhos todos pequenos, uma recém-nascida. Sem dinheiro e sem alternativa, começou a vender tudo que tinha em casa: geladeira, fogão por não querer sair do bairro. *“Em 1994, comprei a chave de um morador do oitavo andar por Cr\$200,00 cruzeiros, mais ou menos uns R\$1800,00 reais, hoje”.*

“Ah, Foi uma opção difícil. Chorei, como eu chorei! Você sabe como é duro sair de um lugar que você gostava e se identificava para morar num lugar que você nunca imaginou que iria morar na sua vida. Não queria sair do centro, pois uma das razões era a oferta de trabalho e não precisar pagar condução. Tudo é mais fácil, tem hospital perto, você vai a pé. Principalmente, o serviço. Porque se você morar lá fora nos bairros, você não tem dinheiro para pagar a condução. O passe que você ganha você acaba vendendo para comprar comida, então não tem condições”.

Arrumou uma carroça para levar as coisas e fez a mudança praticamente sozinha; levou uma noite e um dia para levar tudo, pelas escadas, para o oitavo andar.

O apartamento não era rebocado, *“tinha aquele tijolo rasgado, era a moradia dos ratos. Nós não dormíamos de noite, rato para lá, rato para cá. Não tinha água durante o dia, só tarde da noite, não tinha pressão para subir até o oitavo andar”*.

Logo que mudou teve uma ação de despejo. *“Fiquei apavorada, todo o meu dinheiro tinha empatado ali”*. Nessa época não participava das reuniões do prédio, começou a participar depois que foi morar no segundo andar, em 1998. *“Mas foi em 1998, morando no segundo andar que comecei a ter uma participação mais ativa nas reuniões do prédio”*.

Ficaram dois anos no oitavo andar, depois se mudou para o quinto e, após um ano, foi para o quarto, Aí, depois de mais um ano, comprou o segundo e depois foi para o primeiro, no buraco do elevador. Em 2003 foi para o térreo, trocou com um outro morador e deu R\$500,00 reais, pois sabia que as famílias que estavam alojadas em lugares inadequados como ela, que era o buraco do elevador, teria grandes chances de ter que sair dali.

Troquei com um morador e ele é quem foi despejado.”Fui salva na última hora, pois as pessoas que estavam no buraco do elevador saíram todas, foi parte do critério. Tinha gente que não tinha cinco anos e ficou, mas quem definiu os critérios foi a Secretaria Municipal de Habitação. O oitavo andar estava caindo, no buraco do elevador não podia ficar”.

Quando mudou para o térreo, ficou mais próxima das questões do prédio, hoje participa da diretoria da associação e como fica o dia todo no prédio, é para ela que entregam toda a correspondência. Passou a ser a pessoa de referência.

Fez inscrição no CDHU, mas não foi sorteada e nem chamada. *“Gostaria muito de poder morar num conjunto, mas tem que ser aqui próximo no centro. Se tivessem me oferecido o Parque do Gato teria ido. Pelo menos eu estava pronta para morar e não estava nessa luta aqui, esperando. Aqui está muito ruim, meu apartamento tem muito mofo, rato. Minhas filhas e netas têm problemas de bronquite”*. Tem uma neta que sofre mais com as condições do apartamento; a cada quinze dias vai parar no hospital por problemas pulmonares, e, às vezes, fica internada uns quinze dias. Vive de aposentadoria, pois tem um problema no coração e foi aposentada por invalidez. Arranjou um emprego de costureira, mas perdeu por causa da neta. A creche não aceita quando ela está doente, alguém tem que ficar com ela.

Uma neta estuda na Prefeitura; as outras e a filha caçula estudam na Legião da Boa Vontade, muito melhor do que a escola pública. Escola pública é fraca, não tem compromisso, na LBV se não estudar não passa. *“O lazer das minhas netas durante a semana é a creche da LBV, fim de semana o lazer é o prédio”*.

“O cortiço tem fama de lugar de bandido, as pessoas olham para os que moram aqui de forma diferente, elas tem medo. O cortiço não significa que ela é bandida, ela é o que ela é. A não ser que ela ande com bandido. Porque aqui no prédio não tem bandido. Quando aconteciam as coisas na rua, e tudo que acontecia na rua eles jogavam para o prédio, por isso que o prédio tem essa fama”.

Para ela as pessoas importantes na história do prédio foi o pessoal da ULC e depois veio a professora. *“O deputado só enrolou a gente. E a Gaspar Garcia nos tem ajudado na ação de usucapião. A entrada da professora, para mim, foi uma das melhores coisas que aconteceu, ela é ótima, um braço direito para o prédio; aonde vai consegue as coisas, ela significa esperança. O Curso de capacitação foi muito bom, aprendi bastante e se acontecer alguma coisa eu me viro sozinha; tudo que pode ser aproveitado é importante”*.

ANITA A CONSELHEIRA

Anita tem 40 anos, é do Nordeste, veio morar em São Paulo, em 1991, com um irmão. Em 1997, mudou-se para o cortiço morando com uma prima. Sua prima comprou o seu apartamento de outro invasor. Ela é solteira, tem o segundo grau completo e sempre trabalhou com o público. Atualmente trabalha como agente de saúde. Começou a participar das reuniões do prédio logo que mudou, no começo só ouvia, depois foi se envolvendo com os problemas do prédio. Sendo solteira e tendo um horário flexível acabou assumindo o papel de ir atrás das coisas, como a compra da rede de proteção na lateral do Prédio, obtenção de documentos e outros. *“Cheguei aqui muito depois, em 1997, as histórias do começo do cortiço eu as conheci, contadas pelas moradoras, mas estou envolvida nas questões do prédio desde 2001. Com as orientações da ULC, participei da montagem da associação e acabei sendo eleita como a coordenadora geral do cortiço.”*

Para ela a ULC foi muito importante: *“Aprendi muita coisa, tipo, como fazer uma reunião, como ir atrás das coisas, como pressionar, como colocar um problema numa reunião de moradores. Tive muito o apoio deles, várias vezes levava os problemas do prédio e nas reuniões, trocávamos experiências, o que dava certo e o que não dava. O problema da rede de proteção, na lateral do prédio, exigida pelo ITAU, foi um dos momentos mais difíceis de lidar com os moradores. A arrecadação de R\$10.000,00 para a rede foi muito difícil de aceitar e pagar, considerando que estamos num prédio abandonado, não tinha nenhuma lógica e nenhum significado para os moradores”*.

A Gaspar Garcia foi outro lugar importante para ela: *“Fiz vários cursos, aprendi bastante: sobre direitos, como debater e questionar, como colocar um problema, a fazer pauta e ata de uma reunião. Estas aprendizagens ajudaram muito a lidar com os problemas do prédio”*.

“A professora foi e é muito importante para todos nós; com sua entrada, quantas pessoas vieram parar aqui: A Faculdade de Saúde Pública, o IPT e a própria Prefeitura começaram a falar diferente conosco. Ela abriu as portas para a gente, como também, nos orientou na solução de nossos problemas. Em dois anos, quanta coisa aconteceu! Se não tivéssemos o apoio de vocês, não tínhamos chegado até aqui. Com a professora começamos a ter a esperança e a acreditar que poderíamos ganhar esta parada. Antes da professora entrar, já tínhamos a ação de usucapião, mas eu via nesta ação mais uma defesa do que conquista”.

“Todas as melhorias conquistadas foram na sua grande maioria muito difíceis; para conseguir a aprovação do projeto de luz na Eletropaulo foi um calvário, tivemos que entrar com o projeto várias vezes e conversar com os técnicos, mais outras tantas; até político teve que entrar na parada para liberar; levou mais de um ano”.

Tivemos sorte em encontrar o eletricista, amigo meu, que trabalhava na construção do Parque do Gato. Ele nos ajudou, ensinou e cobrou um preço super camarada. Além de um serviço impecável, segundo a engenheira. Todos os moradores conseguiram trocar a fiação de seus apartamentos porque ele praticamente não cobrou daqueles que não podiam pagar. Os moradores ajudaram, fizeram mutirão junto com ele, mas era nos fins de semana, ele trabalhou assim por vários meses”.

“Meu trabalho de agente de saúde me ajudou a me aproximar mais dos moradores, acabei conhecendo um pouco da vida de cada um e das histórias do prédio. Esta aproximação ajudou muito no envolvimento dos moradores nos mutirões e nas reuniões. Foi uma agenda muito pesada nestes últimos dois anos, praticamente, todos os fins de semana tomados com atividades no prédio”.

O trabalho mais difícil como coordenadora foi na fase do “desadensamento”. Segundo o laudo do IPT, tinha que sair 30 famílias do prédio. A prefeitura solicitou de nós da comissão uma lista de critérios para a retirada das famílias. Nós éramos dez. Os critérios foram: família que estava inadimplente com as contas no prédio, família que não tinha nenhuma participação nas reuniões, famílias que estão em áreas irregulares - buraco do elevador e oitavo andar - e famílias que tinham menos de cinco anos no prédio. Os moradores foram informados, em reunião. Tivemos que passar uma lista de nomes para a Prefeitura. A Prefeitura, com estes dados nas mãos, fez a retirada das famílias, foi muito doloroso, tinham famílias que não mereciam sair, eram pessoas boas, mas estavam em áreas irregulares.

“Se não fosse a Professora ainda estaríamos com o ITAU no nosso pé, a pressão deles é muito forte, a rede de proteção foi exigência deles”.

“Os contatos com a Prefeitura foram uma decepção, muitas reuniões e nada, acabamos fazendo tudo sozinhos. Sem o usucapião, não conseguimos fazer parte de nenhum programa. Entretanto, na administração do PT tínhamos um diálogo com todos na Secretaria, eles nos recebiam. Agora este diálogo acabou.”

Anita é que tem acompanhado a ação de usucapião, entrando em contato com Gaspar Garcia. *“Desta vez, a ação de usucapião tem tudo para dar certo, mas temos que esperar, a justiça é lenta”.*

“Apesar da demora hoje a nossa relação com o cortiço é diferente, todos estamos mais seguros, é só ver quantas reformas, nos apartamentos, ocorreram”.

“O nosso próximo passo é fazer a reforma na rede de água e esgoto, a professora já mandou fazer um estudo. Nossa relação no bairro, também, mudou; nossa imagem, também; a fachada deu-nos outra identidade, por fora não parece mais um cortiço.”

As percepções mobilizam bem mais que informações, discursos ou preleções. É

que percepções são informações apropriadas. As percepções não são “constructos”, apenas racionais; envolvem subjetividade e sensibilidade criativa. De alguma forma é isto que faz o diferencial da percepção: da mera informação assimilada, produz sinergias.

Na história destas famílias, a ocupação do edifício Sólon foi feita por um locador, seja ele dono, gerente ou um morador que subloca. De qualquer forma, estas famílias fizeram uma invasão com consentimento de um intermediário; ocuparam pagando um ágio e mesmo aluguel mensal.

É possível inferir que as percepções mais fortes para estas famílias, no processo de instalação e ocupação do espaço de moradia, referiam-se à própria garantia e defesa deste espaço. O risco maior era não ter força e competência para se acomodar a tanta precariedade e escassez. Esta moradia, para a maioria dessas famílias estava significando ao mesmo tempo perdas e fracassos maiores (separações, perdas de emprego...).

A premência do olhar voltou-se à falta da janela, da porta, falta da luz e de água.

Neste período, os riscos ou perigos à saúde, sobretudo os ambientais, estão subsumidos. O risco maior ao olhar daquelas famílias, no momento seguinte, parece ser, pelas suas falas, o risco do despejo e o risco de estranhos ou ladrões invadindo seus espaços privados. Com relação ao último destes riscos constroem soluções que produzem novos riscos ambientais: portas de ferro nas escadas que serão comentadas mais adiante.

Os despejos foram enorme surpresa para o pesquisador: não existem apenas despejos oficiais, mas falsos despejos provocados por outros grupos privados de moradia.

As percepções podem ser consideradas como “insight” ou “flash” que mobilizam a reflexão e ação. A Coordenadora do Projeto Interdisciplinar significou para o grupo um poder de enfrentamento às desigualdades a qual estavam submetidos, um defensor social (cumpria o papel de “advocacy” social para aquele grupo) e uma liderança com competência resolutiva capaz de mover ações e produzir resultados. A Coordenadora do Projeto Interdisciplinar forneceu a segurança e a mediação necessária para que o grupo produzisse novas percepções.

3.3. QUANDO O PERIGO MOSTRA A SUA CARA, um novo olhar se apresenta.

O hábito empalidece as diferenças entre objetos, fatos e ações impedindo a produção do significado. (FERRARA, 1999). Sob o impacto do hábito, a situação de risco decorrente da precariedade vivenciada no cotidiano se torna invisível para aqueles que a vivenciam. O perigo não se concretiza, dando uma falsa confiança de que não irá acontecer. Quando ele ocorre, a probabilidade do risco se realizou, a possibilidade da ocorrência deste dano aumenta no imaginário coletivo daqueles que vivenciam esta experiência.

Em 2004, durante o mês de julho, planejando a primeira de muitas reuniões com a população, com o propósito de elaborar em conjunto com os moradores, um plano de gerenciamento de risco voltado para os perigos existentes, ocorre um incêndio num dos apartamentos, em função de uma sobrecarga na precária rede elétrica na hora de pico, às 19h30min. Foi o primeiro incêndio ocorrido no prédio. A possibilidade torna-se um fato.

O perigo escondido nas fiações precárias mostra a sua cara, começa no corredor

do segundo andar e invade um apartamento, onde uma mãe dorme com o filho. Um vizinho, retornando do trabalho, avista o fogo na porta da amiga, bate na porta chamando-a e como não recebe resposta, arromba a porta e retira mãe e filho, grita para outros vizinhos para desligar a chave geral. Neste ínterim, como se fosse uma orquestra, um desce e desliga a chave geral, outro liga para o bombeiro, outros vão avisando os moradores dos outros andares e, assim, em menos de dez minutos todos estão embaixo aguardando o bombeiro. Ninguém fez treinamento de brigada de incêndio, mas se comportaram como tal. O bombeiro chega vinte minutos depois e controla o incêndio. No final, só um apartamento (do 4º andar) pegou fogo, mas infelizmente deu perda total.

Fotos 39 e 40: Onde iniciou o incêndio e a fiação que deu origem ao incêndio (Mendes, 2004).

Fotos 41 e 42: Perda de Armários, Som e TV e Estado da fiação e das Paredes (Mendes, 2004).

No dia seguinte, os profissionais da FAU e FSP envolvidos no projeto foram acionados. Todos menos a Sub-Prefeitura da Sé, com medo de uma possível ação de desocupação do prédio. No final do dia, acompanhados dos alunos da FAU, foram à Secretaria Municipal da Habitação comunicar o ocorrido e buscar uma orientação.

A Secretaria indicou um engenheiro eletricista para fazer uma avaliação e reforma da rede elétrica coletiva do prédio; solicitou aos moradores um prazo de uma semana para regularização da fiação elétrica nas áreas comuns do prédio e a colocação de extintores nos andares, com o que eles prontamente se comprometeram.

Durante o dia, a mobilização e a solidariedade dos moradores foram fascinantes: uns deram roupas, outros comida, outros um colchão, outros ajudaram a arrumar um novo canto para a família desabrigada, outros retiraram a fiação elétrica do apartamento queimado e outros arrumaram a fiação elétrica da moradia provisória da família em questão, outros foram a SEHAB negociar a permanência no edifício.

Foto 43 e 44: Mutirão de ajuda: Limpeza no apartamento e Retirada do lixo (Mendes, 2004).

No final do dia, às 19h30min, houve uma reunião com todos os moradores para passar as informações acordadas com a SEHAB e a necessidade de tomar algumas medidas coletivas.

Nessa reunião ficou claro o conhecimento adquirido dos moradores sobre as fiações elétricas, a voltagem, a descarga, o consumo de energia, etc. Era um conhecimento construído na prática sem uma sistematização e sem uma legitimação, mas havia um conhecimento consistente e especializado. Assim, não houve necessidade do nosso aparte sobre as novas condutas até a regularização do relógio e a fiação elétrica do prédio até ficarem prontas. Eles mesmos foram apontando os problemas e indicando as novas condutas para não sobrecarregar a rede.

Os acordos feitos foram:

- Não usar o chuveiro elétrico no horário de pico: das 17h30min às 20h00min;
- Usar o chuveiro com a temperatura morna;
- Usar o chuveiro com intervalo de 15 minutos entre os familiares;
- Usar um aparelho elétrico por vez;
- Não deixar nenhum aparelho desligado, ligado na tomada;
- Não colocar dois aparelhos na mesma tomada;
- Desligar todos os aparelhos na hora de dormir e retirá-los da tomada.

Levar a população a fazer este tipo de acordo num dos dias mais frios do ano foi um ato dos mais doloridos, mas mostrou o compromisso da população na árdua tarefa de sobrevivência.

Este acordo já sinalizava um tempo mais longo; a população mais escolarizada já sabia que iria encontrar obstáculos na reforma do quadro de luz.

No final desta reunião ficou agendada a primeira reunião sobre o plano de gerenciamento de risco que iriam construir, seria no próximo domingo daquele fim de semana.

O planejamento da reunião sofreu algumas alterações em função do incêndio, a pauta foi montada em cima das demandas decorrentes do incêndio. Os moradores

estavam muito abalados, com medo que ocorresse um novo incêndio. A experiência os tinha colocado em contato com a precariedade da rede elétrica e a possibilidade de por em risco tanto a vida deles como a perda daquele lugar. Tinha tomado outra proporção, estava mais próximo do real.

Para melhorar a auto-estima dos moradores, foi feito um cartaz com fotografias de vários momentos de atividades coletivas das melhorias no prédio, produzidas pelos próprios moradores. As fotos registravam a tela de proteção exigida pelo Banco Itaú; a retirada dos portões de ferro dos andares; os mutirões de limpeza do lixo nas áreas comuns e no teto do vizinho; demolição do oitavo andar; as atividades desenvolvidas na Semana do Cortiço. Todas as fotos com datas e legendas das atividades.

A reunião no domingo começou com a apresentação do seu objetivo e a exposição do pôster. Ele foi colocado na porta da sala de reunião e foi solicitado a todos que antes de iniciar dessem uma olhada no pôster e fizessem um comentário.

O pôster foi disputadíssimo, todos queriam se ver; logo, todos começaram a recordar os momentos vivenciados e as passagens engraçadas. Perceberam pelas datas que eles vinham, há muito tempo, trabalhando muito nos fins de semana, desenvolvendo um conjunto de ações coletivas no cortiço para conseguir melhorias e o título de propriedade do edifício. Enfim, deram-se conta dos ganhos obtidos, e esta que trajetória tinha decorrido da união e do compromisso assumido coletivamente.

Após este momento os moradores foram convidados para uma nova atividade. A missão de fotografar as situações de perigo nas áreas comuns e nos apartamentos. Os moradores foram divididos em seis grupos e foi distribuída uma máquina fotográfica, com um filme de 36 poses para cada grupo. Foi dado um tempo de trinta minutos para o registro fotográfico: Grupo 1 ficou incumbido de fotografar o térreo e o primeiro andar;

Grupo 2 o segundo andar; Grupo 3 o terceiro andar e assim por diante e Grupo 6 ficou incumbido de fotografar o sexto e o sétimo andares.

Quando retornaram da atividade, foi solicitado ao grupo que refletisse sobre as situações encontradas nas áreas comuns e privadas. Foi instigante e gratificante partilhar as colocações feitas pelos moradores, citaram: as pichações nas áreas comuns; descobriram fios desencapados passando por dentro de armários; vários equipamentos ligados em um único benjamim; tomadas precárias; botijão de gás guardado na sala; infiltração; rachaduras; etc. Relataram que estes perigos tinham perdido a sua visibilidade e que os tinham achado por meio da máquina fotográfica. Olhar pela câmera era diferente, disseram eles.

Fotos 45 e 46: Fiação elétrica soltas, desencapadas e com muitas emendas (Moradores, 2004).

Foto47 e 48 : Fiação elétrica com emendas e vários benjamins (Moradores, 2004).

Com base nas reflexões sobre situações de perigo encontradas pelo grupo, os acordos feitos na sexta-feira anterior foram entrando, também, na discussão. Aproveitando este momento, propôs-se a distribuição de filipetas com as frases dos acordos para os moradores. Cada filipeta era lida por um morador, comentada pelo grupo e colada em um cartaz.

Os moradores foram acrescentando outras que se faziam necessárias, como por exemplo, não usar benjamim ou avisar o vizinho quando fosse tomar banho, para não tomarem ao mesmo tempo.

Como estavam querendo mais informações de como lidar com incêndios, foram passadas para eles noções sobre procedimentos de combate e prevenção de incêndio; utilizou-se a mesma dinâmica adotada anteriormente, valendo-se de filipetas distribuídas aos moradores, lidas por alguns deles, comentadas pelo grupo e coladas em um cartaz.

As informações foram:

PROCEDIMENTO EM CASO DE INCÊNDIO

1- ALARME GERAL, ligar para 192 e avisar a todos os moradores;

2- COMBATE AO FOGO:

- Desligar a chave elétrica geral;

3- EVACUAÇÃO DO EDIFÍCIO.

ALGUMAS INFORMAÇÕES EM CASO DE INCÊNDIO

- Jogue fora todo e qualquer material inflamável que carregue consigo;
- Em condições de fumaça intensa, cubra o rosto com um lenço molhado;
- Não guardar panos impregnados de gasolina, óleos, ceras ou outros inflamáveis em casa;

- Se você encontrar um lugar cheio de fumaça, procure sair, arrastando-se no chão para evitar ficar asfixiado;
- Mantenha, se possível, as roupas molhadas;
- Se sua roupa pegou fogo, não corra. Colocar os braços sobre o rosto, apertando-os para não respirar calor das chamas; jogue-se ao chão e role lentamente ou envolva-se numa toalha ou cobertor;
- Se puder envolver o acidentado com um cobertor ou com panos de algodão: Envolver primeiro o peito, para proteger o rosto e a cabeça. Nunca envolva a cabeça da vítima, pois, assim, você a obriga a respirar gases.

Diferentemente das informações ligadas às fiações elétricas, a maioria destas informações eram desconhecidas. Passaram a discutí-las para poder entender a lógica da informação. Por exemplo: Por que se arrastar no chão? Porque não pode respirar o calor das chamas? Porque manter as roupas molhadas e um lenço molhado no rosto?

Os cartazes, com os acordos feitos pelos moradores sobre o uso da energia elétrica, bem como a maneira de proceder em caso de incêndio foram colocados no térreo, no hall das escadas, e os moradores solicitaram a elaboração de mais cartazes para serem colocados um em cada andar.

Foto 49: Cartaz sobre os acordos feitos nos andares (Mendes,2004)

No decorrer da semana, as solicitações da SEHAB pareciam distantes e alheias à realidade dos cortiços, bem como do tempo demandado para a reforma da rede elétrica de um prédio e a instalação de extintores de incêndio nele. Assim, a solicitação, embora pertinente, tinha vários problemas de percurso.

Primeiro, para fazer a reforma do relógio de luz necessitava-se de um projeto elétrico a ser aprovado pela Eletropaulo; este projeto levou quatro dias para ser feito pelo engenheiro elétrico indicado pela SEHAB. Segundo, o custo dos fios e da mão de obra que deveriam ser pagos pelos moradores. Os moradores tinham um dinheiro guardado, mas não era suficiente para pagar a reforma do relógio e dos extintores. Terceiro, os extintores não podiam ser vendidos sem a autorização do corpo de bombeiros; para colocar extintores no prédio, a população teria que passar por um treinamento.

O projeto elétrico apresentado não diferia muito do existente; era só uma reposição dos fios existentes por novos sem emendas. Não era um projeto elétrico que levava em conta a carga elétrica utilizada pelos moradores, conforme as normas da Eletropaulo. O projeto não atendia às expectativas da população de transformar o quadro de energia elétrica existente, de relógio coletivo para relógios individuais e tampouco, as exigências do CONTRU.

Reinicia-se então a procura de um outro engenheiro que fizesse um projeto elétrico viável e que atendesse as demandas da população, desde o poste de luz até os relógios individuais, conforme as normas da Eletropaulo.

A colocação de extintores no prédio era um outro obstáculo a ser superado, pois as exigências de segurança iam além dos extintores e capacitação de uma brigada de

incêndio. As informações obtidas, até então, sinalizavam que conseguir uma autorização do corpo de bombeiro seria um grande feito.

A não responsabilização do Poder Público em relação às situações de perigo a que os moradores estavam expostos era visível e clara. Para a desocupação do prédio a SEHAB teria dinheiro, mas para uma ação de prevenção, não. Esta ação aparece como responsabilidade dos moradores e não do poder público.

Naquele princípio de incêndio no cortiço, a SEHAB deveria ter envolvido a Secretaria Municipal de Assistência Social numa ação integrada, na verba de emergência para famílias desabrigadas⁴², bem como, na capacitação da brigada de incêndio, programa este que estava sendo desenvolvido nas Sub-Prefeituras. Os técnicos contatados desconheciam estes programas. A desinformação dos agentes públicos sobre os programas existentes em sua rede reafirma o descomprometimento do Poder Público frente a tais questões, bem como fragiliza as poucas opções de proteção destinadas aos moradores de cortiço.

3.4.A EXPERIÊNCIA DE VER DOS MORADORES: Os perigos do cortiço e seus possíveis desdobramentos

Segundo SANTOS (2002), cada indivíduo tem uma maneira específica de apreender o espaço e de avaliá-lo; portanto, o espaço não significa a mesma coisa para todos, pois a vivência de cada um é sempre diferente. Buscar soluções para um determinado espaço, como se ele fosse dotado de uma representação comum, é dar respostas erradas.

Portanto, a reflexão dos moradores sobre as situações de perigo no cortiço

⁴² Esta verba só pode ser liberada até 48 horas depois da ocorrência do risco.

significou refletir sobre o espaço vivenciado, e as soluções tinham que partir da ótica deles, de como aquele espaço era percebido e qual o seu significado.

Os moradores estavam iniciando o exercício do pensar coletivo, tinham dificuldade de verbalizar suas opiniões no grupo; as participações eram geralmente de três a quatro pessoas. As discussões sobre as situações de perigo e risco remetiam à dinâmica do comportamento dos moradores no cortiço. A percepção do espaço era bem diferenciada, principalmente, porque o “nós” ainda estava em formação.

De acordo com SLOVIC (2000), fortes crenças são difíceis de mudar e as percepções de risco da população são geralmente imprecisas, pois são baseadas em informações assimiladas em experiências passadas e na capacidade de imaginar eventos futuros; ou seja, em repertórios que levam as projeções futuras do risco. Portanto, mudança de hábitos pressupõe ampliação de repertório com um significado para que o sujeito o leve a querer mudar seu comportamento anterior.

Desvelar os hábitos e buscar novas posturas foi um avanço para o grupo de moradores.

No princípio as manifestações no grupo, referentes aos comportamentos existentes no cortiço, eram percebidas como ofensas. Neste aspecto as reuniões ajudaram os moradores a trabalharem os problemas sem se ofenderem. Por exemplo: o problema de segurança no prédio demandava novas regras de convivência. O portão de entrada precisava ficar fechado, à noite, para impedir o ingresso de marginais e drogaditos no prédio, para não se esconderem ou usarem drogas no oitavo andar. Entretanto, a frequência de usuários de droga e marginais se dava na maioria das vezes em função da relação com alguns adolescentes do prédio. Os moradores não sabiam como revelar o problema e os pais saiam ofendidos com a informação. Viam a

apresentação do problema como uma ofensa. Foi trabalhado com eles que a realidade do prédio tinha que ser apresentada e buscar uma solução para o problema colocado.

Como não tinham tido uma experiência de incêndio anterior, o episódio desencadeou nos moradores a necessidade de aumentar seu repertório de informações e de fazerem à reforma na rede elétrica. O incêndio no prédio não era mais percebido como possibilidade remota; passou a ser uma possibilidade mais presente, mais próxima e mais real. A experiência vivenciada os levou a rever as várias possibilidades de danos e nas reflexões nos grupos construtores buscaram medir o alcance no seu cotidiano. Esta vivência coletiva mobilizou-os e levou-os a ir em busca de soluções.

“A unidade da subjetividade e da objetividade. Sem essa unidade, a subjetividade é desejo que não se concretiza e a objetividade é finalidade, sem realização”. (CIAMPA, 1987, pg145).

A objetividade é a condição sobre a qual o sujeito atua e vai modificando-a à partir de sua intencionalidade subjetiva, dentro dos limites dados da sua ação na realidade social. É na relação objetiva /subjetiva que o homem transforma o mundo e a si mesmo, criando a realidade humana como prática histórica.

Assim, na segunda reunião após o incêndio, o grupo construtor trabalhou com os conceitos de perigo e risco a partir das fotos tiradas na primeira reunião.

Partindo da realidade do cortiço, os grupos escolheram algumas das fotografias tiradas, para melhor discutir sobre seus conceitos. A maioria das fotos escolhidas recaiu sobre a rede elétrica, tanto nas áreas comuns, como nos apartamentos. A experiência vivida com o incêndio trouxe uma outra percepção de risco sobre a precariedade da rede elétrica. Não era mais só uma questão de pressão da Prefeitura em fazer a reforma, passou a ser uma necessidade deles. O incêndio levou-os a ponderar sobre a relação

causa-efeito.

Nestas reuniões, as discussões também abordaram a falta de apoio da Prefeitura às ações necessárias no cortiço, percebendo-se assim que as ações teriam que sair dos moradores. A FAU e FSP apresentaram as alternativas encontradas sobre as demandas feitas pela SEHAB. Com relação ao projeto elétrico uma engenheira elétrica do Núcleo de Pesquisa da Saúde Pública se prontificou a fazê-lo; alunas da FAU prontificaram-se a levantar os documentos exigidos na Eletropaulo e a desenvolver o projeto elétrico no programa CAD.⁴³ Com relação à outra exigência da PMSP, a formação da brigada e os extintores, a FSP conseguiu uma parceria com o IPT para o desenvolvimento da capacitação dos moradores em combate e prevenção de incêndio, integrando-se ao projeto interdisciplinar. O IPT integrou o cortiço no programa de capacitação firmado com a Prefeitura, voltado para as favelas, e conseguiu, também, a doação de quatorze extintores de incêndio ABC pela ABIEX – Associação Brasileira de Extintores de Incêndio.

À medida que as reuniões dos grupos operadores iam acontecendo, as informações iam sendo trabalhadas; neste processo/contexto, mais motivados ficavam os moradores em buscar novas soluções e melhorias no prédio.

A capacitação trouxe muitas informações que foram fundamentais para seu cotidiano: conceitos básicos e cuidados com botijão de gás, teoria sobre o fogo, métodos de prevenção e extinção de incêndio e noções básicas sobre primeiros socorros.

O treino em combate e a formação de uma brigada de incêndio introduziram conceitos de gerenciamento e organização, estimulando-os a pensar coletivamente; conforme ia se ampliando o repertório de informações dos moradores, pequenas

⁴³ O projeto elétrico precisa ser elaborado no software CAD, um programa específico que necessita de um conhecedor no assunto, não são todos os alunos e técnicos que dominam este programa.

mudanças iam sendo operadas no cortiço.

Estimulados pela FAU e pelo forte pragmatismo mobilizador da liderança local, os moradores passaram mais de um ano fazendo mutirões nos fins de semana: demolição de áreas irregulares; limpeza dos tetos dos vizinhos; mudança da moradora do apartamento incendiado; ajuda na reforma da rede elétrica; arrumação de um apartamento para o morador da garagem; retirada do morador da garagem e demolição das paredes existentes; colocação de um portão de ferro na frente do prédio, entre outros mais.

Várias obras ocorreram no prédio, a maioria por mutirão; outras mais específicas foram contratadas. A maioria das obras realizadas no prédio foi financiada pelos seus próprios moradores, levando-os a contribuírem mensalmente por mais de um ano. Algumas das obras feitas no prédio foram doadas e financiadas por empresas.

A Coordenadora do Projeto Interdisciplinar (FAU) conseguiu a participação, na reforma do cortiço, de várias empresas que atuam no entorno, doando materiais e ou financiando uma parte das obras para os moradores. A ventilação e iluminação natural nos corredores dos andares e o conserto das rachaduras nas paredes dos corredores dos andares, foi paga pelo Banco Itaú. A reforma da fachada do prédio⁴⁴ e o telhado foram financiados em parte, sendo remanescente de 70% doado por uma confecção que é vizinha de frente, a Quick Silver. Já as janelas da fachada foi doada por outra empresa do bairro, a IKK, empresa de esquadrias e zíperes. O lixo nas áreas comuns praticamente desapareceu. Passaram a pagar a uma pessoa para varrer os andares todos os dias.

A aprovação do projeto elétrico na Eletropaulo foi um processo lento e difícil,

⁴⁴ O Projeto do telhado e da fachada foi desenvolvido por professores da FAU.

levando mais de ano; ocorreu a liberação em dezembro de 2005. A Eletropaulo criou tantos obstáculos para a aprovação do projeto que, no final, houve a necessidade de buscar contatos políticos para sua liberação. A Eletropaulo não tinha o menor interesse em aprovar este novo projeto, pois ele continuaria sendo um quadro de relógio social, porém individual. A reforma significaria a diminuição pela metade dos gastos dos moradores.

A Eletropaulo foi acionada uma vez e oito técnicos apareceram no dia seguinte, pois eles suspeitavam que a ligação elétrica do cortiço fosse clandestina. Ficaram decepcionados quando descobriram que não. Por outro lado os técnicos não se preocuparam com as péssimas condições dos cabos da rede elétrica também responsabilidade da Eletropaulo.

Fotos 50 e 51: Condições do cabo da rede elétrica e o Poste da Eletropaulo (Mendes, 2003).

As reuniões dos grupos construtores tiveram, ao longo de um ano, dois momentos expressivos: a capacitação em Prevenção e Combate a Incêndios e o Plano de Gerenciamento de Risco.

O Projeto do IPT veio de encontro à proposta de gerenciamento de risco em desenvolvimento; ambas as experiências baseavam suas intervenções na participação

popular, na construção de novos conhecimentos e habilidades e no fortalecimento emancipatório dos moradores. Para ambas, eram fundamentais os dados locais de cada comunidade a ser trabalhada, para poder identificar as questões referentes aos riscos ambientais percebidos pelos moradores em cada realidade singular. Assim, o projeto foi construído a partir das percepções e atitudes dos moradores frente a seu cotidiano, buscando uma estratégia mais eficaz para o planejamento das ações a serem por eles desenvolvidas, pois o gerenciamento da prevenção e combate de incêndio, bem como de risco ambiental foi construído sob sua ótica.

O Programa de Segurança contra Incêndio desenvolvido pelo IPT baseava-se em dois conjuntos de medidas de segurança relacionados à prevenção de incêndio e a proteção contra incêndio. O primeiro conjunto tinha por objetivo evitar que o incêndio ocorresse e, o segundo, minimizar perdas (humanas e materiais), caso o incêndio ocorresse. Este programa foi desenvolvido por meio de um curso de capacitação dos moradores em segurança contra incêndio, visando à formação de uma brigada de incêndio no cortiço. (IPT, 2003)

As etapas pedagógicas deste curso foram:

1. Vistoria no local e avaliação das condições de risco da comunidade pelos técnicos da capacitação.
2. Sensibilização e motivação da comunidade para participação do curso de capacitação, apresentando o Programa de Segurança Contra Incêndio aos moradores: como seria desenvolvido, o cronograma do curso; sendo o compromisso da comunidade com a capacitação da palavra-chave desta etapa.
3. O Curso de Capacitação foi desenvolvido em seis aulas, divididas em aulas

teórico-práticas e, por último, uma simulação de um incêndio na qual os futuros brigadistas fizeram o exercício prático de combate ao incêndio. Os temas desenvolvidos nas aulas foram: conceito sobre o fogo; cuidados sobre o uso e manutenção de um botijão de gás; atitudes potencialmente causadoras de incêndio; noções básicas sobre primeiros socorros; como combater o início de um incêndio; ações de prevenção contra o incêndio; o papel dos brigadistas; formação da brigada e um plano de emergência.

A participação dos moradores no curso foi alta, eles trouxeram as dificuldades vivenciadas no cotidiano e buscaram resolvê-las coletivamente. Trabalharam as diferenças na composição da brigada, discutindo quem era mais adequado para determinada tarefa. No dia do treinamento perceberam a assimilação das informações dadas no curso e se descobriram capazes de enfrentar o princípio de um incêndio.

Fotos 52 e 53: Aula sobre fogo e o dia do treinamento dos brigadistas, (Mendes, 2004).

4. O Plano de Sustentabilidade consistiu na elaboração de dois:
 - a. Plano de prevenção e combate ao incêndio desenvolvido pelos brigadistas, no qual cada brigadista tem uma função tanto no dia a dia

como numa situação de emergência, garantindo que a Brigada consiga, em médio prazo, ser autogerida;

- b. Plano de Manutenção que consiste na reciclagem dos brigadistas, eventuais recomposições da equipe, manutenção dos equipamentos, palestras e reuniões para treinamento dos brigadistas etc.

O Plano de Sustentabilidade foi discutido e elaborado pelos brigadistas, contendo o organograma da brigada, o plano de emergência e o plano de prevenção, dois deles se encontram logo abaixo.

Quadro 5 : Organograma da Brigada de Incêndio do Cortiço

ORGANOGRAMA DA BRIGADA DE INCÊNDIO					
COORDENADORA GERAL:					
CHEFE DA BRIGADA – DIA:					
LÍDER ALERTA	LÍDER ABANDONO	LÍDER COMBATE	LÍDER CONFINAMENTO	LÍDER 1º SOCORROS	LÍDER ISOLAMENTO
CHEFE DA BRIGADA – NOITE:					
LÍDER ALERTA	LÍDER ABANDONO	LÍDER COMBATE	LÍDER CONFINAMENTO	LÍDER SOCORROS 1º	LÍDER ISOLAMENTO
RESPONSÁVEIS PELOS EXTINTORES					
TÉRREO-			3º ANDAR-		
TÉRREO-			4º ANDAR-		
TÉRREO/ SALA DO QUADRO DE LUZ-			5º ANDAR-		
1º ANDAR-			6ª ANDAR-		
2º ANDAR -			7º ANDAR-		
2º ANDAR-			7º ANDAR-		
3º ANDAR-			7º ANDAR-		

Foi acordado entre eles que o melhor local para guardar os extintores seria no

domicílio dos próprios brigadistas, pois a probabilidade deles serem roubados nos corredores dos andares, local adequado, era muito alta. (MENDES ET AL, 2005)

O organograma da brigada com a lista dos locais dos extintores foi afixado em todos os andares para que os moradores tomassem conhecimento e pudessem acionar seus membros no caso de um incêndio.

No plano de emergência foi traçado as funções de cada brigadista na hora de incêndio, ou seja, qual é a função de cada um e o que cada um precisa fazer, uma vez discutido e decidido foi distribuído nas pastas dos brigadistas. Já o plano de prevenção consistiu na definição das atividades mensais da brigada de incêndio para poder monitorar as situações de perigo existentes no cortiço.

Quadro 6: Quadro do Plano de Prevenção da Brigada de Incêndio do Cortiço,

MÊS/ ATIVIDADES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Reuniões												
Inspeção do extintor												
Avaliação de risco												
Orientação aos moradores												
Relatório das irregularidades												
Plano das prioridades												

Na capacitação em Gerenciamento Risco em Saúde Ambiental, o conceito de prevenção que circundava apenas os riscos de incêndio e alterações de hábitos foi ampliado. O conceito envolveu todos os riscos avaliados no cenário, tanto para a comunidade como para o meio ambiente, propondo, além de mudanças de hábitos dos moradores, um plano de metas das melhorias das condições de habitabilidade construído por eles.

Esta capacitação centrou-se em três eixos:

- **Prevenção dos riscos:** Qual é a diferença entre perigo e risco? Quais os tipos de riscos comuns encontrados nestes ambientes? Como prevení-los?
- **Combate dos riscos:** Por que acontecem? O que fazer quando acontecer? O que pode ser feito com conhecimentos básicos? Quem acionar nos casos graves?
- **Gerenciamento do risco:** Quais são as situações de perigo e os possíveis riscos? Qual é a magnitude deles? Como se organizar tanto para prevenir como para combater? Quais as funções de cada um tanto na prevenção como no combate? Como elaborar um plano de gerenciamento? Como monitorar os riscos?

Por fim, as etapas pedagógicas foram:

1. Descrição das situações de perigo encontradas na comunidade a ser trabalhada, levantamento da dinâmica dos moradores em relação às experiências vivenciadas em incêndio, análise dos riscos e a magnitude de cada um: não-tolerável, gerenciável e negligenciável;
2. Elaboração de um quadro com os perigos mais comuns encontrados x impactos x sua magnitude x medidas preventivas x monitoramento do risco, enquanto não há perspectiva de melhoria (Análise Preliminar de Perigo - APP);
3. A construção coletiva de um plano de gerenciamento de risco em saúde ambiental, voltado para o cotidiano da comunidade, abordando questões como: lixo, segurança, instalações elétrica e hidráulica, saúde, entre outros; buscando soluções para os mesmos.

A dinâmica adotada nas reuniões valeu-se do registro fotográfico dos brigadistas construtores, em dois momentos: um, no começo das reuniões, em agosto de 2004 e outro, na fase de elaboração do plano de gerenciamento de risco, em setembro de 2005.

Houve uma mudança no foco das situações de perigo nas fotografias tiradas pelos moradores entre as duas reuniões. Na primeira, os moradores centraram o foco na precariedade da rede elétrica como um todo, embora aparecessem algumas fotos sobre infiltração nos apartamentos. A ocorrência do incêndio ainda era um fato muito vivo e ele foi o motivador deste olhar.

Na última, o olhar dos moradores sobre as situações de perigo foi ampliado. A maioria das fotografias se referia a infiltração no prédio, nos apartamentos do sétimo andar e do térreo, preocupação do momento; entretanto, nesta nova fase aparecem outras questões como esgoto, objetos nas janelas, lixo no teto do vizinho, escada sem corrimão. Com a rede elétrica quase pronta, a troca da fiação elétrica, nas áreas comuns em curso; os riscos decorrentes da rede elétrica, para os moradores, tornaram-se menores.

Fotos 54 e 55: Situações de perigo: fiação elétrica dos apartamentos e corredor (Moradores, 2004)

Fotos 56 e 57: Situações de perigo: rede de esgoto, fios soltos e objetos na janela(Moradores, 2005)

A reforma na rede elétrica também instaurou um sentimento de pertencimento e uma motivação para continuar buscando melhorias no cortiço. Os moradores voltam seu olhar para a infiltração no oitavo andar, já que ela pode por em risco a estrutura do prédio, mobilizaram-se para fazer a reforma com orientação da FAU. Os moradores sentem-se seguros com os resultados alcançados, em função das orientações dadas pela Coordenadora do Projeto Interdisciplinar. Buscam, na professora, o norte, o próximo passo a ser dado, sem perder a sua autonomia e independência.

Como em todas as reuniões, um pôster foi feito sobre as atividades coletivas desenvolvidas no prédio e as melhorias alcançadas. Os brigadistas construtores dividiram-se em seis grupos e montaram um quadro das situações de perigo; quais os riscos , o que precisa ser feito e o que pode ser feito.

Este quadro tem cinco itens: perigo, risco, grau de prioridade e propostas de monitoramento. As propostas de monitoramento foram trabalhadas em reuniões com os moradores. Assim, conforme pode ser visto abaixo, os brigadistas em setembro de 2005 fizeram uma avaliação das situações de perigo como também um plano de monitoramento.

Quadro 7: Avaliação dos Moradores das Situações de Perigo no Cortiço , Setembro 2005

Perigo	Risco	Prioridade	Propostas de Monitoramento	Medidas Tomadas*
Instalação elétrica nos apartamentos	Curto circuito na rede nova, Incêndio, Perda de bens, Morte	ALTA	Não será feita a ligação do apartamento na rede nova até fazer a reforma da fiação elétrica	OK Fiação todos aptos
Rede de água e esgoto (prioridade é a rede de esgoto)	Doenças Infiltração Comprometimento das vigas Estourar o cano de PVC no térreo e alagar o corredor	ALTA	Resolver o problema de infiltração nos apartamentos Trabalhar com os moradores sobre o lixo jogado na rede de esgoto Refazer os encanamentos de forma correta	
Infiltração	Comprometimento na estrutura do prédio Doenças Respiratórias	ALTA	Colocar telhado no 8º andar Arrumar o encanamento nos aptos c/problema	OK telhado no 8º andar
Garagem	Paredes e vigas úmidas Mofo e bolor Foco de insetos e roedores	ALTA	Retirar do morador Retirada da parede para circulação do ar	OK
Lixo jogado pelas janelas e nas áreas comuns	Doenças Combustão roedores	ALTA	Trabalhar os moradores em reuniões e buscar soluções coletivas	EM PARTE
Escadas irregulares com buracos	Quedas Uma criança cair	ALTA	Padronizar os degraus e colocar corrimão Colocar grades, conscientizar as crianças do perigo.	
Esquadrias da janela e objetos	Cair em alguém Danificar o imóvel do vizinho, um carro na rua.	ALTA	Orientar os moradores para não colocar vasos nas janelas, Fixar as janelas	OK as esquadrias das janelas da frente do prédio
Alagamento na rampa	Doenças desconforto	ALTA	Retirar a água empoeada sempre que chove enquanto não é feito obras de melhoria	

* As melhorias ocorridas no prédio depois da elaboração deste plano até nov /2006

A decisão de não ligar a luz do apartamento na rede nova, por exemplo, conforme consta no quadro acima, foi votada e acordada entre todos os moradores. Apesar de ser uma decisão drástica, todos votaram a favor. Esta decisão levou-os moradores a reformarem a fiação elétrica de seus apartamentos. O eletricista que estava trabalhando

no prédio, por sua vez, se prontificou a fazer a troca da fiação e a colocação do relógio individual praticamente de graça; dando, inclusive, aos moradores, a oportunidade de pagar por seus serviços em várias prestações. Esta oferta do eletricista ajudou em muito a reforma da fiação elétrica dos apartamentos. Logo após a elaboração deste quadro, os moradores marcaram um mutirão para o fim de semana, arrumaram um espaço no térreo, mudaram o morador (boliviano) da garagem para este espaço, quebraram as paredes na garagem, e deixaram o subsolo com ventilação.

Apesar de todas as situações de perigo ser classificadas como alta prioridade, a infiltração do oitavo andar era a mais preocupante. O oitavo andar é último andar, a cobertura, já teve apartamentos lá, mas foram postos abaixo por serem irregulares, e o piso não foi impermeabilizado, alagando os apartamentos do andar de baixo quando chovia. Fazer a reforma no telhado do oitavo andar era prioritário.

Apesar de não ser prioridade, e nem constar no quadro de gerenciamento de risco, a fachada foi eleita a próxima medida a ser feita no prédio após o telhado no oitavo andar.

Assim a Coordenadora do projeto conseguiu que a empresa da frente fizesse a doação de 70% da obra do telhado e a outra parte, fosse financiada para os moradores. Conseguiu também que o mesmo vizinho financiasse a reforma da fachada da frente do prédio.

3.5.PERCEBENDO OS RISCOS E BUSCANDO NOVAS POSTURAS

Mudar os hábitos em uma comunidade tal qual o cortiço não é uma tarefa fácil, pois significa ampliação de um repertório existente, restrito, baseado apenas na

sobrevivência. Necessita ter significados práticos e traduzíveis para o cotidiano destes moradores.

“O indivíduo ou grupo pode não desconhecer outras formas de comportamento, mas carecem de significado prático. (.....) constituem o seu repertório e a sua linguagem de comunicação social. O repertório não pode ser apenas considerado como um armazenamento inerte de dados, pois o que está envolvido é um problema de significado e de ação conseqüente. (PIGNATARI, 2002:104)

Vimos, nas histórias contadas pelos moradores, que todos eles buscavam informações para processar mudanças no seu cotidiano, porém as informações sempre chegavam fragmentadas e distorcidas. Este processo foi sempre marcado pela exclusão: no acesso a informação, no acesso a justiça, à participação popular nos processos decisórios. Segundo MARCATTO (2005), estas três formas: acesso à informação, acesso à justiça, acesso à participação são interdependentes e a informação é a base que sustenta as outras duas. Elas são os pilares da Convenção de AARHUS que os considera necessários para desenvolvimento das questões sócio ambientais nas audiências públicas.

Podemos dizer que estes pilares são necessários, também, para a inclusão de um cidadão numa sociedade.

Para MARCATTO (2005:14)

.... para que seja efetivo, o acesso à informação preconizado pela Convenção, deve atender a um *ethos* (atitude), um *logos* (racionalidade) e um *pathos* (arte de tornar apaixonante).

Ou seja, a população deve ser informada de seus direitos, a informação deve ser clara e completa, e todas as informações solicitadas pela população devem ser atendidas. Alcançar o exercício efetivo da cidadania. As informações buscadas pela

população junto ao poder público e nos movimentos sociais são, em geral, dadas de forma fragmentada e incompleta, deixando-os reféns e dependentes. As informações obtidas não são suficientes para se organizar e avançar. Sem dúvida, a entrada das equipes das faculdades foi importante para que os moradores do cortiço se sentissem incluídos e prontos para o desafio, pois foi construída uma relação de confiança e compromisso.

Neste processo, as informações foram apropriadas porque foram mediadas por registros fotográficos feitos pelos próprios moradores; e mais, elas foram apropriadas porque foram mediadas por ações de co-autoria e força dos moradores. A Professora da FAU (coordenadora do projeto interdisciplinar) é valorizada exatamente porque não tutelou este grupo. As mudanças na percepção dos moradores, em relação ao cortiço, ocorreram na medida em que foram se apropriando do cortiço e descobrindo novos significados, tanto em relação às situações de perigo como em relação às instituições e a eles mesmos.

O incêndio colocou-os frente à precariedade da rede elétrica, levando-os a buscar soluções. As percepções de risco dos moradores se alteraram sem que a magnitude do risco da rede tivesse se modificado. A mudança de hábitos se fez necessária enquanto a reforma da luz não foi feita.

Nas reuniões do grupo construtor as situações de perigo existentes no cortiço foram sendo revistas e novas informações introduzidas, bem como as reflexões sobre elas. O lixo nas escadarias pode significar doenças e combustão para um incêndio; a infiltração no oitavo andar pode significar: doenças respiratórias e abalo na estrutura do prédio. Aprenderam também a pensar no futuro, o que pode ser feito e o que dá para ser feito e qual é a prioridade.

No processo da requalificação do cortiço, perceberam que o apoio efetivo do poder público só ocorrerá após o usucapião, e que até lá, nada é possível de ser feito. O acesso à justiça é moroso, implica em várias instâncias e análise de documentos. A não existência de herdeiros do imóvel e a inclusão do projeto de requalificação não são suficientes para acelerar a ação. Resta a ação interventiva da FAU e FSP no cortiço, as ações de voluntários e doações de vizinhos e, principalmente, o envolvimento dos moradores no processo de mudança.

Descobriram assim que podem percorrer este caminho sem apoio da prefeitura. Pode levar tempo, mas é possível. Hoje já traçam planos e metas.

A capacitação em combate em incêndios estimulou os moradores a reformar o relógio de luz coletivo existente. Entraram com um projeto novo na Eletropaulo e cada apartamento passou a ter um relógio de luz individual. Para tal, arrecadaram dinheiro durante seis meses. Com a reforma, do relógio de luz, resolveram também trocar toda a fiação coletiva nos andares e fazer aberturas na parede do corredor, para melhorar a ventilação e receber iluminação externa.

Fotos 58 e 59: Fiação Nova dos corredores e Reforma do Quadro de luz (Mendes, 2005).

Fotos 60 e 61 : Iluminação com fotocélula e Ventilação e iluminação natural nos corredores(Mendes, 2005).

Empolgados com as melhorias conquistadas, com o fim do pagamento da reforma do relógio de luz, os moradores passaram a reformar a fiação interna dos apartamentos; alguns moradores fizeram, também, algumas obras de melhorias internas, tais como azulejar o banheiro, pintar o apartamento, etc.

Fotos 62 e 63 : - Relógio de luz individual nos apartamentos e Reforma no banheiro (Mendes, 2006).

Fotos 64 , 65 e 66: Reforma total , pintura e novos móveis (Mendes, 2006).

Paralelamente a isto, os moradores continuaram a arrecadar dinheiro para arrumar o telhado do 8º andar e trocar as janelas e a pintura da fachada da frente do prédio.

Fotos 67 e 68: - Pintura na fachada da frente, e Reforma do telhado (Mendes , 2006).

Na pesquisa feita em maio de 2006 com os moradores percebe-se a alteração da percepção de risco em relação à situação de perigo existente no prédio. Sem dúvida a presença da FAU e da FSP funcionam como avalistas da audácia dos moradores.

Nesta pesquisa, aplicou-se um questionário com perguntas avaliativas, utilizando uma graduação sobre as situações de perigo existente no prédio (**1 = nenhum, 2 = muito pouco, 3 = mais ou menos, 4 = grave, 5 = muito grave, 6 = prioridade**), buscando avaliar como as situações de perigo são percebidas pelos moradores. O nível seis = prioridade, significa qual a situação de perigo é a mais grave. O gráfico abaixo mostra a média deste olhar sobre as questões.

Gráfico 10: Média do grau de percepção de risco dos moradores do Cortiço da Rua Solon,

2006

Legenda: 1= nenhum, 2= muito pouco, 3= mais ou menos, 4= grave, 5= muito grave, 6= prioridade.

A avaliação dos moradores em relação às situações de perigo mostra que a preocupação no momento é a rede de esgoto, a mesma colocada como prioridade no plano de gerenciamento de risco. A mudança na fachada do prédio não era o próximo passo a ser dado, não estava no rol de prioridade dos riscos, mas optaram por ela, em vez da rede de esgoto, pois vêem na fachada sua inclusão simbólica na cidade legal. A percepção sobre o preconceito do entorno, em relação a eles, aponta para esta necessidade de serem incluídos na cidade legal.

O olhar mudou, as relações de convivência e os hábitos dos moradores também foram modificados. Desenvolveram um sentimento de pertencimento, apropriaram-se do espaço e passaram a acreditar que, enfim, aquele espaço é deles. Apesar de não ter ainda obtido a titularidade de usucapião, após a reforma da fachada alguns moradores iniciam mudanças nos seus apartamentos. Até junho de 2006, foram reformados 14

apartamentos, significando 33,3 % do total.

Abaixo, um gráfico dos dados levantados em maio de 2006 sobre o grau de satisfação dos moradores em relação às questões do cortiço, tais como: tamanho de seu apartamento, estado físico de seu apartamento, estado físico do cortiço, a limpeza nos andares, a limpeza no cortiço, as relações com os vizinhos nos andares, o apoio dos moradores nas questões do prédio, as mudanças ocorridas no prédio, a participação dos moradores nos mutirões e reuniões.

Gráfico: A Média do Grau de satisfação dos moradores em relação ao Cortiço da Rua Solon, 2006.

Legenda: 1= muito insatisfeito, 2 = insatisfeito, 3= mais ou menos, 4= satisfeito, 5 = muito satisfeito.

Os dados sinalizam para um novo olhar dos moradores sobre o cortiço, um mais exigente; avaliam, por exemplo, que a limpeza tanto nos andares como nas áreas comuns do cortiço ainda não são satisfatórias.

Com relação à qualidade de vida, percebida no Centro, avaliam que é o melhor lugar para morar e trabalhar. Entretanto avaliam que as áreas do Centro são pouco

satisfatórias quanto a opções de lazer, sugerindo aqui uma auto- exclusão simbólica.

Perguntados sobre a Pinacoteca, por exemplo, revelam que nunca foram até lá.

A avaliação sobre os serviços de saúde está diretamente ligada à insatisfação com o Posto de Saúde, em relação aos médicos e aos remédios, pois estão levando mais de três meses para marcar uma consulta e há falta de vários medicamentos.

Gráfico 11: Média da avaliação da qualidade de vida percebida no Centro pelos moradores do Cortiço da Rua Solon,2006

Legenda: 1= ruim, 2= regular, 3= mais ou menos, 4= satisfatório, 5= bom, 6 = ótimo, 7= prioridade.

3.6. A REDE DE PARCEIROS : OS STAKERHOLDERS

O Projeto Interdisciplinar contou com vários parceiros (os *stakeholders*) no processo em curso de requalificação do cortiço: alguns foram pontuais, outros contínuos e com estes a relação perdurou e vem perdurando ao longo da pesquisa. As percepções iniciais, também, foram se alterando, pois o projeto foi uma conjugação de vivências e percepções profissionais diferenciadas. Assim, buscando nas histórias dos moradores

mapeamos os parceiros envolvidos neste projeto, no período de 2001 a 2007, conforme pode ser visto abaixo.

Quadro 8 : Relação dos Parceiros envolvidos no Projeto de 2001/2006

STAKEHOLDERSHOLDERS⁴⁵ PRINCIPAIS				
Parceiros	Setor	Tipo de Envolvimento	Tipo de Participação	Grau de Envolvimento
FAU	Acadêmico	Coordenação do Projeto Interdisciplinar	Atuação compromissada e continuada	++
Moradores		Participantes dos mutirões, reformas,		++
FSP	Acadêmico	Coordenação do Programa de Comunicação e Gerenciamento de Risco	Atuação compromissada e continuada	++
IPT	Acadêmico	Coordenação da Capacitação da Brigada de Incêndio	Atuação compromissada e continuada	++
STAKE HOLDERS SECUNDÁRIOS				
GASPAR GARCIA	ONG de direitos humanos	Responsável pelo processo de usucapião	Atuação continuada	+
ULC	ONG movimentos populares	Orientação e informação	Atuação ocasional	+/-
STAKE HOLDERS PONTUAIS				
PMSP /SEHAB	público	Responsável pelo desadensamento do cortiço	Atuação pontual	+/_
PMSP/SUB-PREFEITURA SÉ	público	Participação na capacitação da brigada de incêndio	Atuação pontual descompromissada	=
BANCO ITAU	privado	Responsável pela reforma dos corredores ventilação e iluminação natural	Doação	=
HANG- LOOSE	privado	Vizinho e responsável pela nova fachada do cortiço/telhado	Doação/financiamento	+
YKK	privado	As esquadrias e janelas da fachada	Doação /financiamento	=
ABIEX	privado	14 Extintores	Doação	=
CAPITÃO BOMBIERO	voluntário	Laudo técnico sobre os riscos de incêndio	Atuação voluntária pontual	+
CORPO DE BOMBEIROS	estatal	Participação na capacitação da brigada	Atuação voluntária pontual	+
USP	Acadêmico	Participação de vários professores e alunos na Semana do Cortiço Vivo	Atuação pontual	+
Construtora Paes e Lima	privado	Fiação elétrica	doação	=
Tecnologia de Sistema de Engenharia. POLI/USP	Ong	43 vasos sanitários	doação	=

Legenda: ++ : muito alto, +: alto , +/- : médio, = : distante

Esta pesquisa atravessou duas administrações municipais com visões e posturas

⁴⁵ Stakeholders: são os parceiros e atores sociais nos Projetos de Gerenciamento

diferentes sobre a intervenção na área central. Para a administração anterior do PT, a requalificação da área central incluía projetos de requalificação dos cortiços. A administração atual segue em outra direção, requalificar o centro significa tornar o centro uma área atrativa para o mercado imobiliário e as ações voltadas para os cortiços foram relegadas e até suspensas como no caso do Edifício São Vito.

4º CAPÍTULO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fotos 69 e 70: A fachada do prédio: Antes 2003 (Mendes,2003) e Depois 2006 (Mendes,2006)

4.1-AVALIAÇÃO DA METODOLOGIA UTILIZADA

O objetivo deste estudo foi desenvolver uma metodologia de avaliação de percepção de risco para monitorar e gerenciar as situações de perigo em comunidades que residam em habitações precárias incluindo-se a construção de instrumentos de avaliação de percepção de risco em saúde ambiental que pudessem ser aplicados no seu monitoramento.

Seu objeto esteve centrado em um cortiço cujas particularidades – cortiço verticalizado incrustado na região central da cidade de São Paulo – o tornavam “matéria prima” relevante para o conhecimento dos riscos ambientais e das percepções de seus moradores. Representou igualmente um desafio técnico e político quando pensado sua relevância para o enfrentamento de riscos ambientais não toleráveis que afetam a populações moradoras desta precária alternativa habitacional.

Neste sentido é importante lembrar as hipóteses traçadas e expressas na introdução deste estudo:

- Os riscos ambientais se confundem com riscos sociais, produzidos pela pobreza, quando referidos as populações de baixa ou nula renda que habitam em moradias precárias.
- As percepções são mutáveis dependentes do grau de informação e aprendizados apropriados pela mediação da ação coletiva.
- Mudanças de percepções exigem tempo de maturação.
- Os agentes externos (stakeholders) funcionam como ativadores de novas percepções quando atuam numa perspectiva emancipadora.

A metodologia aqui validada apostou naquilo que são seus pressupostos básicos:

1. Há objetos de estudo que exigem metodologias de pesquisa que apreendam as mudanças quando movidas por processos e ações intencionais. Este é o nosso caso, percepções de risco e gerenciamento de risco, por isso mesmo uma pesquisa-ação.
2. Uma ação movida em participação e com co-autoria do público alvo implicado no estudo. A aposta está na confiança radical (dos pesquisadores) de que o grupo alvo é capaz de reconhecer as situações de perigo e propor medidas para que os riscos possam ser eliminados ou, ao menos, reduzidos. Esta aposta se manteve em todo processo com tal força que as relações entre pesquisadores e pesquisados foram igualitárias e emancipadoras. Não houve tutela, “chaga” maior do trabalho que mantém as populações pobres no circuito da submissão e dependência.
3. A compreensão de que os pesquisadores deveriam assumir junto a esta população: papéis de mediação na informação e na ação, agregadores de ativos sociais do grupo e do meio, como defensores sociais (“advocacy” social).
4. A produção de resultados tangíveis decorrentes de ação coletiva.

A ação, num contexto de uma pesquisa, como ato metodológico, exige necessariamente visibilidade do esforço movido pelo seu público alvo, de seu protagonismo e apropriação dos resultados previstos e alcançados.

Os resultados alcançados nesta pesquisa-ação, portanto, devem ser olhados a partir do projeto interdisciplinar, pois as conquistas foram feitas em conjunto e não separadas. Pode-se dizer que os resultados obtidos foram além dos objetivos propostos neste

projeto de doutorado. Os resultados obtidos foram conquistados em decorrência de uma forte sinergia entre os parceiros envolvidos e de uma sólida liderança tanto interna quanto externa. É importante lembrar que o envolvimento da administração pública municipal neste projeto foi pontual, fez o desadensamento do cortiço, retirando 29 famílias. As melhorias conquistadas no prédio foram feitas todas pelos moradores e custeadas em grande parte por eles, com orientação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Saúde Pública da USP.

Os resultados alcançados no projeto foram inúmeros e já bem retratados nos capítulos anteriores, tais como:

- Participação mais ativa dos moradores nas discussões das questões coletivas do prédio;
- Aprendizagem de leituras de plantas baixas;
- Mutirão do lixo nas áreas comuns internas do prédio e nas áreas vizinhas;
- Manutenção de limpeza nas áreas comuns; Mutirão para a demolição do oitavo andar e de algumas áreas do térreo;
- Capacitação e formação de uma brigada de combate ao incêndio e gerenciamento de risco;
- Mudança nas relações de convivência;
- Conhecimento sistematizado de problemas de eletricidade e hidráulica; reformas na rede elétrica;
- Reforma da fachada do prédio; entre outros.

Podemos também dizer que este projeto interferiu em alguns aspectos do cortiço:

Sociais – Criou a oportunidade dos participantes descobrirem os seus conhecimentos e habilidades, construir novos conhecimentos, promovendo a elaboração de um plano

de ação em grupo, fortalecimento da identidade coletiva e, conseqüentemente, a elevação da auto-estima. Mais que todos estes ganhos, o desenvolvimento da autonomia e sentido do coletivo e do bem comum.

Econômico – Permitiu aos moradores a ganhos econômicos no tempo, pois ao fazer a reforma do quadro de luz, tanto coletivo como a fiação elétrica dos apartamentos, reduziu o risco de incêndio, criando maior segurança para a comunidade e para os poucos bens existentes; baixou também o custo da conta de luz de todos, incentivando-os na busca de melhorias para seus apartamentos. Também aqui é possível inferir o impacto dos novos conhecimentos e habilidades adquiridas no plano da empregabilidade, hoje valorizadas pelo mercado de trabalho.

Ambientais - Aguçou o sentido e importância do fator ambiental na melhoria da qualidade de vida. Desencadeou os mutirões de limpeza; da reforma do quadro de luz; da fiação dos apartamentos; a abertura de pontos de ventilação e iluminação nos corredores dos andares do prédio; a reforma da fachada do prédio, alterando o padrão do ambiente construído.

4.2. FATORES QUE INTERFERIRAM NOS RESULTADOS

Esta pesquisa centrou-se na percepção de riscos ambientais pelos moradores de um cortiço vertical e pelas percepções dos atores engajados no projeto de gerenciamento de riscos e requalificação do cortiço (pesquisadores e acadêmicos, profissionais do setor público, de ONGS e empresas).

Assim, neste último capítulo, é preciso rememorar a pesquisa e a ação produzidas neste empreendimento para refletir e destacar as potencialidades do processo

desencadeado na alteração de percepções e nas mudanças objetivas produzidas. Mais que isso, destacar a potencialidade deste processo no desenvolvimento das pessoas e no exercício da cidadania.

Neste processo, de enorme riqueza, são muitos os fatores a considerar. Não há, no entanto, possibilidade nem de aqui esgotá-los, nem tampouco de se proceder a uma hierarquia de importância quanto aos fatores a serem destacados.

1. Identificação de Propostas e Conceitos

A identificação das propostas do projeto e o conceito de requalificação do cortiço entendido por todos os integrantes do projeto interdisciplinar.

“A requalificação dos cortiços no centro é, também, e, principalmente, a requalificação dos usuários, isso é melhorar a capacidade deles terem mais renda.” (Coordenadora do Projeto Interdisciplinar, 2006⁴⁶).

2. O Fator Tempo

Os três anos de presença da FAU e do próprio pesquisador foram condições indispensáveis. Foram três anos de atuação de proximidade. Este tempo permitiu a construção da confiança dos moradores no projeto, compromisso dos moradores com os trabalhos, os ganhos e maturação na conjugação de idéias, dando densidade à pesquisa e ação realizadas.

Todo projeto que envolve mudanças de percepção e ação coletiva exige tempo de maturação. As alterações de percepção e as conseqüentes mudanças de comportamento dos moradores, assim como, as alterações produzidas no prédio, e nos apartamentos, compõem um processo e dinâmicas de maturação, para as quais o tempo é fator fundamental.

⁴⁶ Trecho da entrevista feita em maio/2006

3. Pedagogia Adotada

A pedagogia processual adotada apostou na relação/ação de proximidade, no incremento à confiabilidade mútua e em ações concretas movidas pelo coletivo.

A condição de moradores com repertório informacional e cultural restrito, percebidos na exclusão e clandestinidade, exigia uma pedagogia com esse conceito para produzir aprendizados e mudanças desejadas.

4. A Informação

A informação constituiu-se em infra-estrutura necessária a um processo que se quer reflexivo e emancipador.

Porém, a informação só produz conhecimento novo se apresentar como formação desde dentro, e não de fora para dentro, como a entendemos. A informação é precedida de “problematização e de busca; e só nessa medida, a informação ganha significado e, portanto, é apreendida e valorizada na forma de novas percepções.” (CARVALHO, 1983:12)

A informação, compromisso e confiança são ingredientes necessários para a alteração de percepção de risco e indutores da construção de novos projetos e hábitos.

5. As Lideranças

As lideranças presentes no processo, tanto interna como externa, foram nas suas características – pragmática e resolutiva - de alta pertinência e importância ao bom desempenho do projeto. Construíram confiança, obtiveram a adesão dos moradores, ritmo na ação, persistência e continuidade nas conquistas. Não foram triviais os resultados obtidos por estes moradores num processo sofrido, tenso, prolongado (três anos) que exigia esforços e custos sempre acima do possível. Sem dúvida, as lideranças presentes, pragmáticas e resolutivas, constituíram fator não desprezível ao êxito obtido.

6. Relação de Proximidade

Os cortiços apresentam-se como comunidades fechadas. A alta migração interna das famílias observadas no “troca-troca” de apartamentos no cortiço Sólon sugerem tanto uma comunidade com “laços de sangue” quanto processos de expulsão daqueles que estão fora destes laços. Se fosse feito um mapa de relações de proximidade entre moradores deste cortiço seria mais bem apresentado pela malha de relações de parentesco e de conterraneidade presentes. Este fato explica em parte os ganhos de consenso e ação observados no processo.

De fato, os cortiços apresentam a particularidade de se constituírem moradia coletiva. Neles a privacidade é tênue. Assim é comum – como ato de sobrevivência/resistência – uma ocupação feita por parentes e conterrâneos.

Ao mesmo tempo expressa possibilidade de mudança enquanto coletivo. Assim as mudanças de percepção e as conseqüentes mudanças físicas no prédio foram facilitadas por esta condição particular de coletivo.

7. O Papel do Poder Público

A atuação do Poder Público neste projeto foi pontual apesar do esforço da FAU e dos moradores na construção desta aliança. Fez o desadensamento do prédio, fundamental no processo como um todo, mas poderia ter feito mais. Os agentes públicos não tiveram flexibilidade e percepção para inovar, colocando toda a dificuldade na irregularidade da propriedade, ou seja, ausência de titularidade de propriedade dos moradores, como se esse fosse o risco maior. Os riscos comuns de um cortiço são remetidos e reduzidos à condição social existente no país, seus efeitos ficam mais restritos a população carente até porque as elites brasileiras já encontraram uma forma de resolver e se prevenir destes problemas. A naturalização das condições precárias no

cortiço é reafirmada pela tecnocracia do Poder Público. Ele se exime da responsabilidade das situações de perigo, ou melhor, coloca-se como tolerante e, portanto, “bonzinho” ao aceitar as precárias condições de moradia dos pobres. Propõe algumas medidas aos moradores para permanecerem no cortiço, mas que se mostram difíceis de serem implementadas. Não há programas de gerenciamento de risco ambiental voltado para cortiços. Esta “desresponsabilização” e insensibilidade do Poder Público só são explicáveis pela alta desigualdade existente no país.

8. A Sinergia

Houve uma sinergia dos “Stakeholders” na história do Cortiço após a entrada da FAUUSP.

Sem o apoio do Poder Público na requalificação do cortiço, o corpo técnico do projeto foi em busca de novas alternativas. O Projeto significava custos, que a população não tinha condições de arcar. A parceria com o setor privado foi a saída possível, mas não só; tiveram outros parceiros da sociedade civil, voluntários que foram igualmente importantes no processo.

Achava impossível chegar até aqui sem o apoio do Poder Público. Mas aí é que está; quando começou a se falar em parceria pública e privada, os caminhos mudaram,... A maioria dos apoios recebidos da iniciativa privada teve uma contrapartida financeira da população. Através de parcerias, saíram várias melhorias, os tijolinhos para iluminação natural e ventilação nos andares foi o ITAU; a fachada e a reforma do teto a Hang Loose. Conseguimos, inclusive, mudar a relação deles com o cortiço. Foram várias conquistas, as janelas era a pior parte, porque era a mais cara. As conseguimos completas, com vidro e tudo, até as borrachas laterais para fixação, ganhamos da empresa YKK. (Coordenadora do projeto interdisciplinar, 2006).⁴⁷

“A entrada do IPT no projeto foi muito importante, pois além de trazer uma experiência que não tínhamos, conseguiu doações como os extintores e a

⁴⁷ Trecho da entrevista feita em maio 2006

roupa de EPI para os brigadistas do cortiço.” (Coordenador do projeto de Comunicação e Gerenciamento de Risco Ambiental, 2006)⁴⁸.

Ao buscar novas alternativas, o envolvimento e comprometimento dos professores, alunos e pesquisadores foram desencadeando novas alianças que tiveram, durante o projeto, diferentes graus de envolvimento e de participação. No entanto, foram indispensáveis no resultado obtido.

9. Flexibilidade do Projeto

A Flexibilidade Existente no processo desta pesquisa-ação. Talvez esta tenha sido uma condição pouco visível, mas de enorme importância.

- Flexibilidade no nascedouro da escolha do projeto “Cortiço Sólon” que não era a primeira opção. Antes se tinha projetado uma pesquisa sobre riscos tecnológicos e para tal a escolha inicial recaía sobre São Bernardo e a favela de Heliópolis.

Esta flexibilidade foi importante para lidar com a complexidade e variabilidade de interesses e possibilidades. E, também, para acolher expectativas novas: na época, a escolha final da FSP pelo cortiço ganhou sentido de inovação, para a qual não havia “uma receita de bolo pronta”.

Nas reuniões, eu comecei a mudar a minha expectativa em relação ao nosso projeto, achei que era realmente possível você criar um grupo organizado, apontando lideranças; verifiquei que havia pessoas lá que tinham um treinamento nas áreas de riscos. Por exemplo, aquela moça era uma líder, a coordenadora do cortiço, uma líder em busca de resultados, dedicada e compromissada. E achei que o trabalho lá poderia ser feito, era bem feito, havia uma curiosidade em relação a nós, porque havia um primeiro obstáculo social, e uma curiosidade positiva. É quase como criar uma expectativa independentemente da nossa linguagem acadêmica, eles estavam tentando se

⁴⁸ idem

capacitar para defender alguma coisa. (Coordenador do projeto de Comunicação e Gerenciamento de Risco, 2006).⁴⁹

- Flexibilidade do projeto-piloto no seu processo.

“O conceito de requalificação foi resultante da realidade, em cima do possível. É lógico que eu gostaria de uma coisa perfeita cheia de arrojos de criatividade. Temos um projeto, mas é a realidade quem comanda, senão, você não faz nada se deixar o ideal tomar conta. Não fomos e nem poderíamos ser rígidos, como os outros projetos, pois trabalhamos dentro do possível, aquilo que é possível ser feito. Não tínhamos e não temos o apoio necessário da Prefeitura, então, tudo foi feito buscando parceria e profissionais interessados no projeto.” (Coordenadora do Projeto Interdisciplinar, 2006).⁵⁰

O que motivou a considerar o cortiço, como um projeto de comunicação e gerenciamento de risco ambiental foi o perigo evidente e os riscos heterogêneos. Os riscos eram fáceis de ser identificados, difíceis eram os atos, não só por falta de recursos materiais, mas também, a falta de uma estrutura mais organizada. Era complexo, mas os perigos eram concentrados; entretanto, mais fáceis de serem identificados. Diferente da favela que, além de aberta, tinha uma série de coisas encoberta. E no cortiço o perigo está descoberto, está nucleado, você trabalha todo ele como uma coisa só. Então eu vi o cortiço como um sistema muito mais fácil de trabalhar que a favela. A entrada do IPT foi uma mudança muito boa, chegou o pessoal já com, um certo, treinamento e especialização em combate a incêndio em favelas, trazendo uma experiência que desconhecíamos. (Coordenador do Projeto de Comunicação e Gerenciamento de Risco, 2006).⁵¹

- Flexibilidade no desenho do projeto de pesquisa-ação.

Embora apoiada no rigor científico e no referencial teórico-metodológico de pesquisa-ação era preciso flexibilidade para desenhá-la para um sujeito-objeto definido, e um contexto de ação que implicava sinergias inter-faculdades (FAU e FSP) institutos, ONGS e governo municipal - atores externos e a necessária co-autoria do grupo alvo.

⁴⁹ Trecho de entrevista feita em maio de 2006

⁵⁰ idem

⁵¹ idem

- Flexibilidade para alterar rotas e estratégias pré-definidas.

Esta flexibilidade permitiu, de fato, o acionamento da inventabilidade e criatividade.

10. A Metodologia da Pesquisa-ação

A metodologia de pesquisa-ação, tal qual aplicada, valeu-se de arranjos estratégicos intencionais e procedimentais que abarcam o geral e o particular em espiral entranhando dialeticamente o singular e o coletivo.

Sua aplicação subordinou-se ao contexto e reconheceu sua dinâmica sócio relacional.

O Cortiço foi outra experiência muito interessante, pois a proposta teve que ser diferente. Apesar de ser um sistema mais fechado e mais complexo, portanto, mais perigoso que a favela, o trabalho com os moradores foi mais fácil por conta do trabalho de vocês. Outra questão foi, vocês trouxeram outros conceitos que nós não tínhamos pensado até então. A questão do gerenciamento de risco e o próprio conceito de prevenção que foi trabalhado de uma forma mais ampla, envolvendo todos os riscos avaliados no cenário, não só de incêndio, tanto para a comunidade como para o meio ambiente.

A proposta de gerenciamento propõe, além de mudanças de hábitos dos moradores, um plano de metas construído por eles das melhorias das condições de habitabilidade, dando condições para eles pensarem nas possíveis mudanças que eles poderiam fazer, culminando com a reforma da rede elétrica do prédio e da maioria dos apartamentos.

(Coordenador da capacitação da Brigada de Incêndio, 2006)⁵².

Agregou arranjos estratégicos voltados a produzir ampla informação, comunicação, negociação, articulação e adesão de um conjunto heterogêneo de sujeitos sociais.

4.3. A REPLICABILIDADE

A metodologia utilizada na construção do plano de gerenciamento pelos moradores, valeu-se de estratégias “comuns” possíveis de serem implantadas pelo poder público ou replicáveis por outras instituições. A participação da população na tomada

⁵² Trecho de entrevista realizada em maio de 2006

de decisões possibilitou um entendimento mais amplo das percepções e atitudes dos moradores no seu dia a dia, contribuindo para a formulação de um gerenciamento mais eficaz, uma vez que ele é construído na ótica dos moradores.

A inclusão da participação da população nos projetos não é uma idéia nova, tampouco, a utilização de instrumentos como: dinâmicas de grupo, uso de fotografias, aulas teórico - práticas. Foi à combinação de princípios e estratégias de comunicação, reflexão e ação que permitiram êxito ao projeto. A participação direta da população na construção de um plano de gerenciamento de risco, em sua vivência diária, permitiu a ela analisar, compreender, confrontar e discutir as melhores soluções para o seu cotidiano e, conseqüentemente, obter um bom resultado no gerenciamento a partir do sentimento de pertencimento e da apropriação do Programa.

Talvez o mais difícil em sua replicabilidade seja o compromisso da equipe externa: um compromisso calcado em princípios reconhecedores da potencialidade do público alvo e em relações não tutelares ou infantilizadoras com os pobres. Ao contrário, a afirmação de relações igualitárias produtoras do bem coletivo.

A parceria não parou por aí, ampliou suas ações. Partindo da experiência da Rua Sólón foi desenvolvido um projeto de gerenciamento de risco ambiental para ser aplicado também nas favelas e, um outro, para ser aplicado em instituições educacionais.

4.4. A MUDANÇA DA PERCEPÇÃO DE RISCO AMBIENTAL DOS MORADORES

As percepções, sobre riscos ambientais encontradas no início do processo, estavam praticamente cristalizadas pela falta de informação, isolamento e máxima exclusão a que estava submetida esta população.

Jamais será pouco relembrar a condição de “sujeição à exclusão” que os moradores apresentavam no início do processo:

- A entrada ao prédio era aberta, qualquer pessoa poderia entrar e sair a qualquer hora, indicando a dificuldade dos moradores de se apropriarem de seu habitat.
- A área coletiva aberta do prédio, iniciava pela entrada da rua, atravessando o corredor da lateral, as escadas, e uma parte do oitavo andar, era considerado um espaço de ninguém, dos excluídos; tanto que os marginais, os usuários de droga e assaltantes costumavam adentrar no prédio e se refugiar nos últimos andares. Não era rara a polícia entrar no prédio atrás de “bandido”.
- As áreas comuns do prédio tinham lixo espalhado. O teto dos vizinhos de parede, por outro lado, eram cobertos de lixo jogado pelos moradores do cortiço. Portanto, os moradores se sentiam merecedores do mesmo tratamento que o teto dos vizinhos, como se este espaço lhe fosse hostil, de não pertencimento.
- Auto-exclusão simbólica dos moradores, tratando aquele espaço seu como a sociedade os vêem: sujos e clandestinos.

A metodologia de pesquisa-ação implicou pensá-la neste caso, na perspectiva de enfrentamento à exclusão e desigualdade, chagas maiores que imobilizam os grupos.

O foco não pode estar centrado apenas na coleta de dados de interesse do pesquisador, nem tampouco, nos moradores por si, mas também, e, sobretudo, centrado no coletivo.

As pressões externas com as quais os moradores tiveram que enfrentar os perigos surgidos (incêndio), características e força (poder) relacional de aliados externos, moradores e lideranças “resilientes”, moveram e moldaram o processo de alteração de percepções. Foi em razão de uma equação ótima, entre estas variáveis, que se deu um

processo e produtor ímpar nas transformações encontradas hoje, tanto nas condições físicas do prédio e melhoria dos apartamentos, quanto e, sobretudo, nos ganhos de aprendizagem, alteridade, e mudanças de percepção dos moradores e atores envolvidos.

A metodologia utilizada na construção do plano de gerenciamento pelos moradores, valeu-se de estratégias “comuns” possíveis de serem implantadas pelo poder público ou replicáveis por outras instituições. A participação da população na tomada de decisões possibilitou um entendimento mais amplo das percepções e atitudes dos moradores no seu dia a dia, contribuindo para a formulação de um gerenciamento mais eficaz, uma vez que ele é construído na ótica dos moradores.

A inclusão da participação da população nos projetos não é uma idéia nova, tampouco, a utilização de instrumentos como: dinâmicas de grupo, uso de fotografias, aulas teórico - práticas. Foi à combinação de princípios e estratégias de comunicação, reflexão e ação que permitiram êxito ao projeto. A participação direta da população na construção de um plano de gerenciamento de risco, em sua vivência diária, permitiu a ela analisar, compreender, confrontar e discutir as melhores soluções para o seu cotidiano e, conseqüentemente, obter um bom resultado no gerenciamento a partir do sentimento de pertencimento e da apropriação do Programa.

Por fim, o fortalecimento da identidade coletiva ocorrida por meio da participação mais ativa, nas tomadas de decisões coletivas e da ampliação de conhecimentos e habilidades, alterou percepções e comportamentos frente ao seu cotidiano e possibilitou a construção de novos projetos de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M.A.; KOHARA L.; FARIA S.C. A história da atuação em cortiços in: CARICARI, Ana Maria E KOHARA, Luiz. (orgs) **Cortiços em São Paulo: Soluções viáveis para habitação social no centro da cidade e legislação de proteção a moradia**, São Paulo, Mídia Alternativa Comunicações e Editora, 2006

ALMANZA, Victoriano Garza ; MARTINEZ, Pedro César C. – Salud Ambiental, com um Enfoque de Desarrollo Sustentable **in Revista Salud Pública y Nutrición**, v. 3, n. 3, México, Centro de Estudios Ambientales, Universidad Autónoma de Cd. Juárez. Facultad de Salud Pública y Nutrición, Universidad Autónoma de Nuevo León, Julio-Septiembre, 2002

AMARAL E SILVA, Carlos Celso Amaral. **Comunicação de Riscos Ambientais**. São Paulo, Palestra proferida no Simpósio e Toxicologia e Preservação de Qualidade da Água , 2001

AMARAL E SILVA Carlos Celso. **Percepção de Risco à Saúde**. Palestra proferida no curso Percepção e Comunicação Ambiental organizado pela Coordenadoria de Planejamento Estratégico e Educação Ambiental- CPLEA, São Paulo, CETESP, 2004a. Disponível em: www.ambiente.sp.gov.br/EA/cursos/cursos_din2.asp?ano=2004&anoant=S&cod_curos_pale=19 [2005 fev.18]

AMARAL E SILVA, Carlos Celso – Gerenciamento de Riscos Ambientais in: Phillipi Junior et all (orgs) **Curso de Gestão Ambiental** , São Paulo, Editora Manole, 2004b

ARRETCHE, M. Intervenção do Estado e setor privado: o modelo brasileiro de política habitacional. In: **Estado, Mercado e Habitação**, São Paulo, Espaço e Debates. nº 31, ano X, 1990.

BARREIRA, Maria Cecília R.N. – **Avaliação Participativa de Programas Sociais**, São Paulo, Veras Editora, 2000

BARROS, Anna – **A arte da Percepção: um namoro entre a luz e o espaço**. São Paulo, ANNABLUME/FAPESP, 1999

BERLO, David K. **O Processo da Comunicação: Introdução á teoria e à prática**. São Paulo.Martins Fontes, 9º edição, 1999

BERNSTEIN, Peter L. **Desafio dos Deuses: A fascinante história do risco**. Rio de Janeiro, Editora Campus, 8º edição, 1997

BÓGUS, Lúcia M.M.; Wanderley, Luis Eduardo W.(orgs) **A Luta pela Cidade em São Paulo**, Cortes Editora, São Paulo,1992

BONDUKI, Nabil. Crise na Habitação e luta pela moradia pós-guerra in: **Lutas Sociais e a Cidade : São Paulo Passado e Presente** .2º edição,Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1994

BONDUKI, Nabil. **Habitar São Paulo: reflexões sobre a gestão urbana**. São Paulo, Editora Estação Liberdade, 2000

CAMARA MUNICIPAL. **Comissão de Estudos sobre Habitação na Área Central**. Relatório Final,

Câmara Municipal de São Paulo, setembro de 2001

CARICARI, Ana Maria E KOHARA, Luiz. (orgs) **Cortiços em São Paulo: Soluções viáveis para habitação social no centro da cidade e legislação de proteção a moradia**, São Paulo, Mídia Alternativa Comunicações e Editora, 2006

CARLOS, Ana F.A. **O Espaço Urbano: Novos escritos sobre a cidade**, São Paulo, editora Contexto, 2004

CARVALHO, Maria do Carmo B. **Avaliação de Projetos Sociais in Gestão de Projetos Sociais – Coleção Gestores Sociais**, 2ªed, São Paulo, AAPCS- Associação de Apoio ao Programa Comunidade Solidária, 2000

CARVALHO, Maria do Carmo B. - **O Combate Infantil na Voz e na Agenda da Sociedade e do Estado Brasileiro** –São Paulo, Relatório para a OIT- -1997

CARVALHO, M.C.B. (org.) **Teorias da ação em Debate**. São Paulo, Cortez Editora, 1993

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**, edição revisada, São Paulo, Editora Paz e Terra, 2000

CASTELLS, Manuel. **Posfácio à questão urbana** . Espaços e debates, São Paulo, nº1 , 1981

CDHU – Perfil da Produção , <http://www.cdhu.sp.gov.br/http/indexhtm.htm>, 10/09/2006

CDHU-SEADE- Programa de atuação em Cortiços- PAC- Setores Básicos de Intervenção, , Município de São Paulo, São Paulo, Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 2002

CETESP – **Manual de Orientação para Elaboração de Estudos de Análise de Riscos**, São Paulo, 1999

CHAFFUN, N. Dinâmica global e desafio urbano. In: BONDUKI, N.G. **Habitat: as práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

CIAMPA, Antonio da C. - **A estória do Severino e a História da Severina - um ensaio de psicologia social** – São Paulo, 2ªedição , Ed.Brasiliense , 1987

COSTA, Lúcia C. **O dilema brasileiro da desigualdade social in Sociedade e Cidadania: desafios para o século XXI**, Editora UEPG, Paraná, 2005

COSTA, Lúcia C. **Os Impasses do Estado Capitalista : uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil**, São Paulo, CORTEZ/UEPG, 2006

DEÁK, C. E SCHIFFER, S.R. .(orgs.) **O Processo de Urbanização no Brasil** ,São Paulo, EDUSP/FUPAM, 1999

FABES- Secretaria Municipal da Família e Bem Estar Social. **Cortiços: Subsídios para Intervenção**. Prefeitura Municipal de São Paulo, julho, 1984

FABES –Secretaria Municipal da Família e Bem Estar Social. **Caracterização dos Cortiços de FABES/MG** habitados pelos usuários dos programas. Prefeitura Municipal de São Paulo, 1985

FERRARA, Lucrécia D’Alessio. **Design em Espaços** , São Paulo, Editora Rosaris, 2002

FERRARA, Lucrecia D’ Alessio. **Os Significados Urbanos**. São Paulo, EDUSP/ FAPESP, 2000

FERRARA, Lucrécia D’Alessio. As Cidades Ilegíveis : Percepção Ambiental e Cidadania in **Percepção Ambiental – A Experiência Brasileira** , São Paulo , Studio Nobel, 1999

FERRARA, Lucrécia D’Alessio.**Olhar Periférico**. São Paulo, EDUSP/FAPESP, 2º edição 1993

FURTADO, C. A habitação. **Estudos Avançados**. São Paulo, , vol.17, n. 48, maio/ago. 2003

GIDDENS, Anthony . **As Conseqüências da Modernidade**, São Paulo, UNESP, 1991

GUILAM, Maria Cristina Rodrigues. **O conceito de risco, sua utilização pela Epidemiologia, Engenharia e Ciências Sociais**, Rio de Janeiro , FIOCRUZ, jul/1996 - <http://www.ensp.fiocruz.br/projetos/esterisco/maryfim6.htm>

GROSTEIN, Marta D. Expansão Urbana e habitação da classe trabalhadora : da vila operária ao lote popular in:SAMPAIO, Maria Ruth A.S. (coord.) **Habitação e Cidade** , São Paulo, FAUUSP/FAPESP,1998

GROSTEIN, M.D. **Metrópole e expansão urbana a persistência de processos “insustentáveis”**. São Paulo em Perspectiva. 15(1) 2001.

HELLER , Agnes - **O Cotidiano e a História** . 3º ed., Ed. Paz e Terra , SP , 1989

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Trad. Márcia de Sá Cavalcanti, v.1, Petrópolis, Vozes,1998

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 2000**, volume 7,Rio de Janeiro, IBGE,2001

IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas. **Programa de Segurança contra Incêndio em Assentamentos Urbanos Precários(PSIAUP)** São Paulo, Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo documento interno, 2003

JACOBI, Pedro – **Cidade e meio ambiente: percepções e práticas em São Paulo**, Annablume Editora, São Paulo, 2000.

KOHARA, Luis - **Rendimentos obtidos na Locação e Sublocação De Cortiços - Estudo de casos na área central da cidade de São Paulo**, São Paulo, Dissertação de mestrado em engenharia , Escola Politécnica da Universidade de São Paulo ,São Paulo,1999

KOVARICK, Lucio ; ANT, C. Cem anos de promiscuidade : o cortiço na cidade de São Paulo in: **Lutas Sociais e a Cidade : São Paulo Passado e Presente** , 2º edição, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1994

LEAL, Omar Lima. **Avaliação Preliminar dos Riscos de Incêndio do Cortiço da Rua Sólon**.São

Paulo. Corpo de Bombeiros, documento interno, julho, 2003

LEMOS, Carlos A.C. Os primeiros cortiços paulistanos In: SAMPAIO, Maria Ruth A.S. (coord.) **Habitação e Cidade**, São Paulo, FAUUSP/FAPESP, 1998

LOURENÇO, Gilmar M. **Lula e FHC : obras parecidas**. Análise Conjuntural, v.28, nº 03-04, mar/abr.2006

MARCATTO, Flávia S. **A Participação Pública na Gestão de Área Contaminada : uma análise de caso baseada na convenção de AARHUS**, dissertação de mestrado em Saúde Pública, São Paulo, FSP/USP, 2005

MARICATTO, Emilia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias in: ARANTES, O.; VAINER, C. e MARICATTO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**, São Paulo, 2ª Edição, Editora Vozes, 2000

MARICATO, Empília. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: HUCITEC, 1996

MARGONARI, Emilia. **Alguns aspectos da realidade social dos cortiços da área da paróquia de Santa Cecília da cidade de São Paulo**. Dissertação de mestrado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1978

MARTINS, Maria Lucia Refinetti. Moradia Social e Meio Ambiente – Regularização de Loteamentos em áreas de mananciais na RMSP in **Profissionais da Cidade: Reunião de São Paulo**, São Paulo, FAUUSP, 2003

MEDINA, Ceres de Carvalho . **Bexiga- do 460 ao 490**. dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1982

MERLEAU- PONTY, Maurice . **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo, Martins Fontes, 2ª edição, 1999

MENDES, Patricia B.M.T. **Cuidadores: heróis anônimos do cotidiano** in Envelhecimento com dependência: Revelando Cuidadores (orgs) Karsch, U . São Paulo, EDUC, 1998

MENDES, Patricia B.M.T.; AMARAL E SILVA, C.C.; SAMPAIO, M.R.A; TOMINA, J.C. **Comunicação e Gerenciamento de Risco Ambiental em Favelas e Cortiço Vertical: Relato de uma Experiência**, Ponta Grossa, Paraná, Anais do IX Simpósio Internacional Processo Civilizador, UEPG, 2005

MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo – Rio de Janeiro, Hucitec – Abrasco, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de, MIRANDA, Ary C. (organizadores) **Saúde e Ambiente Sustentável: estreitando nós**, Editora Fio Cruz, Rio de Janeiro, 2002.

MONTEBELLO, Alexandre **Aspectos Teóricos da renda da Terra e da renda fundiária urbana**. Dissertação de mestrado em Economia Política, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004

MOREIRA, A.C.M.L.; LEME,M.C.S.; TASHNER,S.P. **Favelas e Cortiços: análise de uma experiência didática**, São Paulo, FAUUSP , 2000

MOREIRA, A.C.M.L.; LEME, M.C.S.; PASTERNAK,S. Favelas e Cortiços: Planejamento em Áreas Especiais in **Profissionais da Cidade : Reunião de São Paulo**, São Paulo, FAUUSP, 2003

NARDOCCI, Adelaide Cássia – **Risco como Instrumento de Gestão Ambiental** – Tese de Doutorado em Saúde Ambiental,São Paulo, Faculdade de Saúde Pública- USP , 1999

NIETZSCHE, Friedrich W. **Além do bem do mal**. Trad. Helóisa da Graça Burati, São Paulo,Rideel,2005

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Em Defesa da Política**, São Paulo, SENAC editora, 2001

PASTERNAK, S.; BALTRUIS, N. **Um olhar sobre a habitação em São Paulo**. Rede Nacional de avaliação e disseminação de experiências alternativas em habitação popular. Projeto Observatório de Políticas urbanas e gestão Municipal – Habitare, 2002.

PERES, Frederico – Onde mora o Perigo? Percepção de riscos, ambiente e saúde in: **Saúde e Ambiente Sustentável: estreitando nós**, Editora Fio Cruz, Rio de Janeiro, 2002.

PICCINI, Andréa. **Cortiços na Cidade: conceito e preconceito na reestruturação do centro urbano de São Paulo**,2º edição, Annablume, São Paulo, 2004

PICCINI, Andréa. Contexto Urbano in: **Laboratório de Projeto integrado e participativo para requalificação de cortiço**, FAUUSP, São Paulo, 2002.

PIERCE, Charles Sanders. **Semiótica e Filosofia**, São Paulo, 9º edição, Editora Cultrix,1993

PIGNATARI, Décio. **Informação, Linguagem e Comunicação**, São Paulo, Ateliê Editorial, 2002

ROCCA, Fátima F.D. **A Percepção de Risco como subsídio para os processos de gerenciamento ambiental**, Tese de Doutorado em Ciências na Área de Tecnologia Nuclear, Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares- IPEN, USP, 2002.

ROLNICK, Raquel. **A cidade e a Lei**. 2ºedição, FAPESP/Studio Nobel, 1999

ROLNICK, Raquel . São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política in:**Lutas Sociais e a Cidade : São Paulo Passado e Presente** .2º edição,Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1994

ROLNIK, Raquel – **São Paulo na virada do século: o espaço é político** in : Espaços e Debates – revista de estudos Regionais e Urbanos – anoVI, nº17, Livraria Nobel, São Paulo, 1986

SAMPAIO, Maria Ruth A. de. **Cortiço Vivo: Projeto de reabilitação de cortiço na área central-Bom Retiro, São Paulo**, Revista de Cultura e Extensão USP, nº 0 Julho-Dezembro 2005

SAMPAIO, Maria Ruth A. de – **Cortiço Vivo: Metodologia de Trabalho**, documento da proposta de trabalho,FAU/USPdezembro/2003

SAMPAIO, Maria Ruth A. do. **Novas Formas de Encortiçamento Verticalizado na Metrópole Paulista**”. - documento preliminar, FAU/USP, São Paulo, 2003a.

SAMPAIO, Maria Ruth A. e PEREIRA, Paulo César X. **Habitação em São Paulo**. Estudos Avançados, vol17, nº48 :167-183, maio/ago.2003b.

SAMPAIO, Maria Ruth A. **Promoção Privada da Habitação Econômica e Arquitetura Moderna**, Rima Editora, São Paulo, 2002.

SAMPAIO, Maria Ruth A. do. **O papel da iniciativa privada na formação da periferia paulistana** in Espaço e Debates: Revista de estudos Regionais e Urbanos, Ano XIV, nº 37, São Paulo, 1994

SAMPAIO, Maria Ruth A. do. **Habitação e Cidade**, FAUUSP, São Paulo, 1993.

SAMPAIO, Maria Ruth A. e PEREIRA, Paulo César (coords) **Profissionais da Cidade: Reunião da Cidade**, FAUUSP, 2003

SANTAELLA, Lúcia. **A Percepção, uma teoria semiótica**, São Paulo, 2º edição, Experimento, 1998

SANTAELLA, Lucia . Apresentação in: BARROS, Anna – **A arte da Percepção: um namoro entre a luz e o espaço**. São Paulo, ANNABLUME/FAPESP, 1999

SANTOS, Boaventura .S. – **Crítica a Razão Indolente**, São Paulo, Cortez editora, 2000

SANTOS, Milton. **Urbanização Brasileira**, 5º edição, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**, São Paulo, EDUSP, 2002

SAWAIA, Bader- Exclusão ou Inclusão Perversa ? in : SAWAIA, B. (org) **As Artimanhas da Exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social**, Editora Vozes, São Paulo, 2001

SEMPLA- Secretaria Municipal do Planejamento. **Cortiços em São Paulo, frente e verso**. Prefeitura Municipal de São Paulo, 1986

SEMPLA - São Paulo - Secretaria Municipal do Planejamento. **Perfil Socioeconômico do Município de São Paulo**, caderno 3, Prefeitura Municipal de São Paulo, 2000

SILVA, Maclovio C. **Urbanismo nas cidades brasileiras durante a primeira metade do século 20** in Sinopses São Paulo , 2002

SLOVIC, Paul .**The Perception of Risk**, Earthscan Publications LTDA, UK and USA, 2000

SPOSATI, Aldaíza. **Cidade em Pedacos**. Editora Brasiliense, São Paulo, 2001

TASCHNER, Suzana Pasternak . São Paulo : moradia da pobreza e o redesenho da cidade in: **Habitação e Cidade**, FAUUSP/FAPESP, São Paulo, 1998

TASCHNER, Suzana Pasternak - Um olhar sobre o urbano: políticas Públicas em São Paulo in: **Ambientalismo e Participação na Contemporaneidade**, EDUC/FAPESP, São Paulo, 2001.

TASCHNER, Suzana Pasternak. Alternativas habitacionais para a população de renda baixa: Conceito, mensuração e evolução na cidade de São Paulo in : **Sinopses São Paulo, nº 37**, São Paulo, FAUUSP,

abril 2002

TAVOLARO, Sérgio B.F. **Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral.** São Paulo, Annablume/ FAPESP, 2001

TEIXEIRA, Antonio Carlos. **Cortiço: O pequeno espaço do Povo.** Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1985

THIBAUD, Jean-Paul. O ambiente sensorial das cidades: para uma abordagem de ambiências urbanas in **Psicologia e Ambiente.** Tassara, E.; Rabinovich, E. e Guedes, M.C. (orgs), EDUC, São Paulo, 2004

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação,** São Paulo, Cortez Editora, 1985

TRUZZI, Osvaldo. **Etnias em convívio: o bairro do Bom Retiro em São Paulo,** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 28, 2001

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar. A perspectiva da experiência.** São Paulo, DIFEL, 1983

VARGAS, Heliana, Ribeiro, Helena (organizadoras) **Novos Instrumentos de Gestão Ambiental Urbana .** São Paulo, EDUSP, 2000

VERAS, Maura P. B. Cortiço em São Paulo: velhas e novas formas da pobreza urbana e da segregação social in: Bógus, Lúcia M.M.; Wanderley, Luis Eduardo W. (orgs) **A Luta pela Cidade em São Paulo,** Cortes Editora, São Paulo, 1992

VIEIRA, A. ; BOGGI C. ; SILVA, D.S.G.S. in: CARICARI, Ana Maria E KOHARA, Luiz. (orgs) **Cortiços em São Paulo: Soluções viáveis para habitação social no centro da cidade e legislação de proteção a moradia,** São Paulo, Mídia Alternativa Comunicações e Editora, 2006

VILLAÇA, Flávio. **O que o cidadão precisa saber sobre habitação.** São Paulo, Global, 1986

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil in DEÁK, C. E SCHIFFER, S.R. (orgs.) **O Processo de Urbanização no Brasil ,** São Paulo, EDUSP/FUPAM, 1999

ANEXOS

6.1. Modelo do Questionário

QUESTIONÁRIO SOBRE PERCEPÇÃO DE RISCO EM SAÚDE AMBIENTAL

Nº:

Data:.....

Nome:.....

Andar:.....

Preenchido por:.....

Secção 1: Composição Familiar da Unidade Habitacional

Nº	Rel. familiar	Natural	Idade	PNE	Sexo	Est. civil	Relig	Estuda	escolar	Tempo SP	T. cortiço
1	entrevistado										
2											
3											
4											
5											
6											
7											
8											
9											
10											

Onde Morava antes : imóvel alugado favela.....cortiço.....

Seção 2. Situação Ocupacional da Família – Renda mensal familiar :

Nº	Rel.Familiar	Sit. Ocupacional	Local de trabalho	Situação Previdenciaria	Rendimento mensal
1	Chefe familiar				
2					
3					
4					
5					
6					
7					

Seção 3- Gastos Mensais

Despesas	R\$	Despesas	R\$
Transporte		Escola/mat.escolar	
Condominio		Convenio Médico	
Luz		Remédio	
Comida		Telefone/celular	
Outros		Outros	

Seção 4 : Condições de Habitabilidade da Moradia : N ° de cômodos :-----

Descrição	Quarto 1	Quarto 2	Cozinha	Sala	banheiro	Á.serviço
Claridade						
Ventilação						
Humidade						
Azulejada						
Janela						
Acabamento						
lixo						
Inseto						
Fiação elétrica adequada						

Seção 5 - N° de pessoas que dormem : quarto nº 1 (.....) quarto nº 2 (.....) sala (.....)

Seção 6 - Avaliação do grau de satisfação

	Muito insatisfeito 1	Insatisfeito 2	Mais ou menos 3	Satisfeito 4	Muito satisfeito 5
Ambiente físico do apartamento					
Tamanho do apartamento					
Ambiente físico do cortiço					
Limpeza nos andares					
Limpeza no cortiço					
Relações com os vizinhos no andar					
Apoio dos moradores					
As mudanças no prédio					
Participação dos moradores nas questões do prédio					

Seção nº 6 – Equipamentos existentes no domicílio

Equipamentos	QT	Equipamentos	QT	Equipamentos	QT
Aspirador de pó		Maquina de costura		Telefone/Celular	
Computador		Micro-ondas		televisão	
Ferro de passar roupa		Rádio		Video cassete/DVD	
fogão		geladeira		freezer	

Seção 7 - Qualidade de vida percebida no Centro

Grau de satisfação : ruim, regular, satisfatório, bom, ótimo

Motivo	Grau	Grau de Prioridade
Morar no Centro		
Trabalhar no Centro		
+ oportunidades de emprego		
Transporte		
Escola		
Transporte		
Espaços e áreas de lazer		
Serviços de saúde próximos		
Custo de vida mais barato		
Segurança		
Outro		

Seção 8- Saúde -Como você avalia a sua saúde e a de seus familiares?

	Rel. Familiar	Ótima	Boa	Regular	Ruim	Alguma Doença	Faz Algum tratamento
1	Entrevistada						
2							
3							
4							
5							
6							
7							

1- alergias
2- asma
3- artrite
4- estomago
5- garganta
6- coração

7- rim
8- pulmão
9- pressão
10- diabete
11- dente
12- depressão

13- varizes
14- dermatite
15- paralisia in.
16- coluna,
perna,
joelho ou

braço
17- menopausa
18- cancer
19- outra

Seção 9 - Avaliação dos perigos

Como você avalia os perigos no cortiço ?	Nenhum 1	Muito pouco 2	mais ou menos 3	Grave 4	Muito Grave 5	O mais grave 6 ⁵³
Relógio de luz coletivo						
Fiação elétrica dos corredores						
Fiação elétrica dos apartamentos						
Apartamentos com infiltração						
Gás de Botijão						
Lixo nos corredores						
Umidade dos apartamentos						
Escada						
Presença de roedores e insetos						
Precariedade das janelas						
Objetos nas janelas e parapeitos						
Rede de esgoto						
Rede de água						
Infiltração na garagem						
Alagamento da Rampa						
Assalto						
Segurança						
O Preconceito do Entorno com o Cortiço						
Outro.....						

Seção 10.

Você já se inscreveu em algum programa habitacional ? SIMNÃO

Foi chamada? SIM.... NÃO

O que você entende por direito social de moradia? Você acha que o Poder Público tem que dá casa para população de baixa renda?E/Ou tem que financiar moradia? Ou tem que criar condições de acesso,? E/Ou aumentar o poder aquisitivo da população pois moradia quem tem que dar conta é a população?

.....

.....

.....

⁵³ Só pode escolher um

6.2. TERMO DE CONSENTIMENTO DA ENTREVISTA:

Morador do Cortiço

PESQUISA :

PERCEPÇÃO DE RISCO EM CORTIÇO – Uma Metodologia de Avaliação

Eu _____ estou _____ de acordo em receber em minha casa a pesquisadora Patricia Brant Mourão Teixeira Mendes RG: _____ da Pós Graduação da Faculdade de Saúde Pública USP, a qual tem a finalidade de levantar dados sobre a minha percepção de risco em saúde ambiental.

- **Objetivo do estudo:** Desenvolver metodologia de avaliação de percepção de risco para monitorar e gerenciar as situações de perigo em comunidades que residam em habitações precárias verticalizadas.
- **Procedimento:** estudo longitudinal aplicação de um questionário estruturado a partir de percepções sobre moradia, trabalho, saúde, família, riscos ambientais, dados sócio-econômicos em dois momentos diferenciados .
- **Confidencialidade:** A identidade dos participantes não será revelada
- **Utilização dos dados:** Os dados obtidos somente serão utilizados em comunicações científicas e para fins didáticos, mantendo-se sempre o anonimato dos participantes;
- **Assinatura do pesquisador e pesquisado**

Assinatura do pesquisado

Assinatura do pesquisador

Patricia Brant M. Teixeira Mendes

End: R. Itacolomi, 561/apto 02 - São Paulo

Fone: (11) 9157.1926 / (11) 3256-7966

6.2. TERMO DE CONSENTIMENTO DE ENTREVISTA:

Técnicos Especializados

PESQUISA :

PERCEPÇÃO DE RISCO EM CORTIÇO – Uma Metodologia de Avaliação

Eu _____, estou de acordo em dar entrevista a pesquisadora Patricia Brant Mourão Teixeira Mendes da Pós Graduação da Faculdade de Saúde Pública USP, a qual tem a finalidade de levantar dados sobre a percepção de risco em saúde ambiental em cortiços.

- **Objetivo do estudo:** Desenvolver metodologia de avaliação de percepção de risco para monitorar e gerenciar as situações de perigo em comunidades que residam em habitações precárias verticalizadas.
- **Procedimento:** Entrevista com um roteiro semi-estruturado com questões a respeito de percepções sobre política habitacional, moradia, trabalho, saúde, família, riscos ambientais em cortiços verticalizados.
- **Confidencialidade:** A identidade dos participantes não será revelada
- **Utilização dos dados:** Os dados obtidos somente serão utilizados em comunicações científicas e para fins didáticos, mantendo-se sempre o anonimato dos participantes;
- **Assinatura do pesquisador e pesquisado**

Assinatura do pesquisado

Assinatura do pesquisador

Patricia Brant M. Teixeira Mendes

End: R. Itacolomi, 561/apto 02 - São Paulo

Fone: (11) 9157.1926 / (11) 3256-7966

6.3. ROTEIRO DE ENTREVISTA:

Representantes de ONGs

NOME DA ONGS:

DATA DA ENTREVISTA:

FORMACÃO PROFISSIONAL DO ENTREVISTADO:

TRABALHA NA ONGS DESDE:

CARGO QUE EXERCE ATUALMENTE :

1. Fale -me sobre a história desta ONGs. Desde quando? Qual o foco e qual a área de atuação?
2. Conte-me sobre a composição da equipe de profissionais e como é a atuação de cada um.
3. Conte-me sobre sua formação profissional e sua atribuição nesta ONGs.
4. Há quanto tempo trabalha nesta área e a quanto tempo trabalha nesta ONGs?
5. Como você avalia a política habitacional brasileira? Ela contempla ou visualiza os cortiços como área de atuação?
6. Você considera os cortiços verticalizados do centro como área de risco? Que tipo de risco mais comum você percebe no cortiço?Quais riscos os moradores dos cortiços estão expostos?
7. Você acha o cortiço verticalizado apresenta problemas de saúde ambiental? Que tipos de problemas?
8. Você acha que deveria ter um programa voltado para os riscos em saúde ambiental?
9. Como você vê o Estado nesta questão, sensibilizados ou distantes e desinformados

sobre a questão ambiental?

6.3. ROTEIRO DE ENTREVISTA:

Representantes do Poder Público

NOME DA SECRETARIA E DEPARTAMENTO:

DATA DA ENTREVISTA:

FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENTREVISTADO:

TRABALHA NA PMSP DESDE:

CARGO QUE EXERCE ATUALMENTE :

1. Conte-me sobre sua formação profissional.
2. Há quanto tempo trabalha na PMSP e há quanto tempo faz parte dessa equipe? É efetivo ?
3. Conte-me como foi seu ingresso nesta equipe.
4. Relate sobre a sua relação com os moradores de cortiços verticalizados, com as ONGs envolvidas com eles.
5. Como a equipe de vocês vem atuando nos cortiços? Que tipo de abordagem vocês vem fazendo?
6. A Secretaria ou PMSP possui algum programa voltado para cortiços verticalizados? Qual? E o que faz?
7. Que tipo de informação, dados vocês possuem sobre os cortiços? Vocês têm dados sobre os riscos mais comuns em cortiços e suas probabilidades?
8. A Secretaria possui algum programa de gerenciamento e monitoramento de riscos nos cortiços?

9. A Secretaria tem mapeado os perigos e riscos mais recorrentes nos cortiços verticalizados?
10. Quais os riscos mais comuns que você identifica em saúde ambiental nos cortiços verticalizados?

6.3.ROTEIRO DE ENTREVISTA:

Representantes das Instituições de Pesquisa envolvidos no projeto.

NOME DA ONGS:

DATA DA ENTREVISTA:

FORMACÃO PROFISSIONAL DO ENTREVISTADO:

TRABALHA NA ONGS DESDE:

CARGO QUE EXERCE ATUALMENTE:

1. Conte-me sobre sua trajetória profissional.
2. Como foi sua aproximação com a problemática habitacional e especificamente o cortiço.
3. Você acha que os programas de habitacionais populares existentes hoje promovem melhoria na qualidade de vida do usuário? Você acha que os conjuntos no tempo se tornam encortiçados? Por que?
4. Como você vê os problemas dos cortiços nas áreas centrais da cidade de São Paulo?
5. Como você avalia o programa de requalificação dos cortiços na região central financiados pelo BID, CDHU e COHAB? Você acha que eles tem abrangência e atende a demanda ?
6. Eles conseguem visualizar as necessidades dos encortiçados? Eles conseguem incluí-los nos programas de requalificação?

7. Fale sobre a sua participação no projeto piloto da Rua Sólon.
8. Você acha que um programa de gerenciamento de risco ambiental nos cortiços pode minorá-los e melhorar a qualidade de vida deles ?
9. Como você vê o Estado nesta questão dos cortiços, sensibilizados ou distantes e desinformados sobre a questão dos riscos ambientais que esta população está exposta?

6.3. ROTEIRO DE ENTREVISTA:

Moradores do Cortiço

Nome:

Data:

Andar:

Ano que veio morar no cortiço:

1. Conte – me a sua história no cortiço . Porque você veio morar aqui?
2. Como foi viver sobre as ameaças de despejo? Quantos despejos tiveram?
3. Como você se envolveu nas questões do prédio? Como você foi fazer parte da diretoria da associação?
4. Como você vê a entrada da FAU/USP no cortiço?
5. O que significou para você estes trabalhos aqui no cortiço? As reformas, os mutirões, a capacitação da brigada de incêndio? A construção do plano de gerenciamento de risco?

6.4. AVALIAÇÃO PRELIMINAR DOS RISCOS DE INCÊNDIO

Prédio residencial situado na Rua Sólon, 945. Barra Funda São Paulo – SP

Referência: “Novas Formas de Encortiçamento Verticalizado na Metrópole Paulistana” Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e a Faculdade de Saúde Pública ambas da Universidade de São Paulo

População estimada em 72 famílias e 247 moradores.

Não há **portas corta-fogo** e as escadas estão desprotegidas e sem corrimão, havendo risco de propagação de fumaça nas **rotas de fuga**, ou seja, prejudicando a saída dos moradores e a entrada de socorristas em caso de incêndio no edifício. Em cada pavimento tem um portão de ferro que isola os apartamentos, onde cada morador tem a chave do cadeado, dificultando a acessibilidade dos serviços de emergência. Existem aberturas para passagem de fiação que também favorecem a propagação de fumaça em caso de incêndio.

Devido ao hábito dos moradores de jogar sacos de lixo pelas janelas, existe um acúmulo de **material de fácil combustão** (papel, plástico, madeira) estocadas no telhado dos vizinhos do prédio, que podem pegar fogo a qualquer momento, por ato de vandalismo ou queda de balão.

O **sistema elétrico** é levado por cabos para cada andar com fiação de forma precária externamente, conduzida pelo teto, sem conduítes, com fios com emendas e embaraçados entre si as várias fiações dos apartamentos.

Não **existe rede de hidrantes**, pois o prédio não tem tubulações apropriadas e tampouco caixa d'água, portanto dependem do fluxo da água vinda da rua.

Constatou que a estrutura do prédio não oferece riscos de **desabamento**, entretanto a fragilidade da fixação das janelas, podendo se desprender com facilidade, havendo possibilidade de queda de pessoas ou objetos sobre o corredor de acesso ao edifício.

Cada morador mantém nos apartamentos um estoque de **gás liquefeito de petróleo** em botijão de 13 kg, sendo uma fonte de risco de incêndio.

RECOMENDAÇÃO:

Para este tipo de residência, por força do Decreto Estadual nº 46.076/2001, que institui o Regulamento de Segurança contra Incêndio no Estado de São Paulo e suas respectivas Instruções Técnicas, o Corpo de Bombeiros exige extintores de incêndio, rede de hidrantes e iluminação de emergência, acrescidos de brigada para combate a princípios de incêndio. Estes itens devem ser apresentados em um projeto específico com responsabilidade técnica de engenheiro de segurança.

São Paulo, 10 de julho de 2003.

CAPITÃO OMAR LIMA LEAL